

G'NOVA

enap

28

Concurso
Inovação no
Setor Público

**INICIATIVAS
PREMIADAS**



Fundação Escola Nacional de Administração Pública



◆ Presidenta

Betânia Peixoto Lemos

◆ Diretora-Executiva

Natália Teles da Mota Teixeira

◆ Diretor de Altos Estudos

Alexandre de Ávila Gomide

◆ Diretor de Desenvolvimento Profissional

Braulio Figueiredo Alves da Silva

◆ Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

◆ Diretor de Gestão Interna

Lincoln Moreira Jorge Junior

◆ Diretora de Inovação

Camila de Castro Barbosa Medeiros

◆ Coordenadora-Geral de Inovação Aberta

Keicielle Schmidt de Oliveira

◆ Equipe da Coordenação-Geral de Inovação Aberta

Caroline Nagel Moura de Souza

Eduardo Beraba Villarim

José Vaz de Souza

Kauara Rodrigues Dias Ferreira

Luís Guilherme Izycki

Maikel Trento

Samantha Albano Amorim Cardoso

◆ Equipe do projeto

Samantha Albano Amorim Cardoso

Caroline Nagel Moura de Souza

Eduardo Beraba Villarim

◆ Equipe **Ceça Colaboratório**
Coordenação Geral

Arthur Braga

Gestão de Projeto e Produção Executiva

Sara Régia

Redação e Comunicação

Lenne Ferreira

Projeto Gráfico

Priscila Lins e Tiago Salgueiro





Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

C7449 28º Concurso inovação no setor público: iniciativas premiadas
/ Escola Nacional de Administração Pública. -- Brasília:
Enap, 2025.
217 p.: il.

ISBN: 978-65-87791-51-7

1. Inovação. 2. Modernização administrativa. 3. Primeiro
setor. 4. Administração pública. I. Título. II. Escola Nacional
de Administração Pública.

CDD 352.367

Bibliotecária: Kelly Lemos da Silva – CRB1/1880



Enap, 2025. Este trabalho está sob a Licença Creative Commons – Atribuição: Não Comercial – Compartilha Igual 4.0 Internacional. As informações e opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Escola Nacional de Administração Pública (Enap). SAIS – Área 2-A – 70610-900 — Brasília-DF, Brasil



S U M Á R I O

pág. 7	Apresentação
pág. 10	Introdução
pág. 13	A evolução da premiação
pág. 16	Sobre a 28ª edição do Concurso
pág. 20	Avaliação
pág. 27	Iniciativas Vencedoras
pág. 32	Premiação

Vencedores na **Categoria 1** • INOVAÇÃO EM PROCESSOS ORGANIZACIONAIS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL, ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL

pág. 35	1º LUGAR e ESCOLHA DO PÚBLICO • Relatório de Estudantes com Tendência à Reprovação - RETRE. Instituição: Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco.
pág. 46	2º LUGAR • Banco de sanções: Transparência, celeridade e eficiência na verificação de habilitação de empresas para contratações públicas. Instituição: Controladoria Geral da União
pág. 56	3º LUGAR • Qualificação da gestão de emergências em arboviroses a partir do uso de estratégias de inovação e cooperações internacionais. Instituição: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



S U M Á R I O

Vencedores na **CATEGORIA 2** • INOVAÇÃO EM SERVIÇOS OU POLÍTICAS PÚBLICAS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL

- pág. **70** **1º LUGAR** • Decreto nº 11.430/2023: Política de Cotas para Mulheres em Situação de Violência Doméstica nos Contratos Públicos. Instituição: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
- pág. **79** **2º LUGAR** • Programa Centelha - Instituição: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- pág. **98** **3º LUGAR** • Registro Fácil: migração sem complicação - Instituição: Polícia Federal
- pág. **112** **ESCOLHA DO PÚBLICO** • Sistema de Certidões: Desburocratização da emissão de nada consta para agentes públicos pelas corregedorias do País - Instituição: Controladoria-Geral da União

Vencedores na **CATEGORIA 3** • INOVAÇÃO EM SERVIÇOS OU POLÍTICAS PÚBLICAS NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, DO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAL (MUNICÍPIOS OU CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS COM MAIS DE 200 MIL HABITANTES)

- pág. **121** **1º LUGAR** • Programa de Recondicionamento de Computadores e Inclusão Digital - Sukatech. Instituição: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás
- pág. **140** **2º LUGAR** • NAVIO - Navegação Ampliada para Vigilância Intensiva e Otimizada. Instituição: Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul
- pág. **154** **3º LUGAR** • Participa DF - Plataforma de Participação Social. Instituição: Controladoria-Geral do Distrito Federal
- pág. **167** **ESCOLHA DO PÚBLICO** • Ambiência aliada à humanização do cuidado pediátrico nas unidades de urgência e emergência do município do Rio de Janeiro. Instituição: Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro (RioSaúde) - Prefeitura do Rio de Janeiro



S U M Á R I O

Vencedores na **CATEGORIA 4 • INOVAÇÃO PARA O CUIDADO**

pág. **177** **1º LUGAR** • Equipe Multiprofissional de Apoio às Gestantes e Puérperas em Situação de Vulnerabilidade: relato da experiência em Belo Horizonte. Instituição: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

pág. **188** **2º LUGAR** • Programa Estadual - Cuidar de quem cuida. Instituição: Secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos do Mato Grosso do Sul

pág. **197** **3º LUGAR** • Formação de Doulas Comunitárias da Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com as Maternidades da rede SUS-BH. Instituição: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

pág. **209** **ESCOLHA DO PÚBLICO** • Projeto Óculos Amigo. Instituição: Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital do Paraná

pág. **215** **ANEXO 1** • Edital

pág. **216** **ANEXO 2** • Relação dos avaliadores voluntários (Avaliação inicial)

pág. **217** **ANEXO 3** • Relação de membros do comitê julgador (Avaliação final)



APRESENTAÇÃO



Inovar é abrir novos caminhos em meio a desafios. É transformar dificuldades em oportunidades e reinventar a forma como o setor público responde às demandas da sociedade. Desde 1996, o Concurso Inovação no Setor Público tem sido um catalisador desse movimento, impulsionando mudanças concretas e fortalecendo a cultura da inovação dentro do governo brasileiro.

Em 28 anos de história, a iniciativa já conta com quase 4 mil participações e já premiou mais de 450 novas maneiras de criar e de entregar políticas e serviços públicos que geram impacto positivo na vida das pessoas. Essas soluções estão reunidas neste e-book, que registra e valoriza essas iniciativas, além de torná-las acessíveis ao público como parte de um esforço contínuo de transparência e disseminação do conhecimento. Ao documentar e compartilhar essas experiências, a Enap contribui para que boas práticas sejam replicadas e aprimoradas, fortalecendo a inovação no setor público como um todo.

A 28ª edição do Concurso traz um diferencial importante: a categoria temática específica **Inovação para o cuidado**, que reconheceu iniciativas voltadas para a valorização, reorganização e compartilhamento da responsabilidade social pelo cuidado. Essa categoria reflete o compromisso da Enap com a promoção da equidade de gênero e raça e do cuidado como eixo central da inovação no setor público.

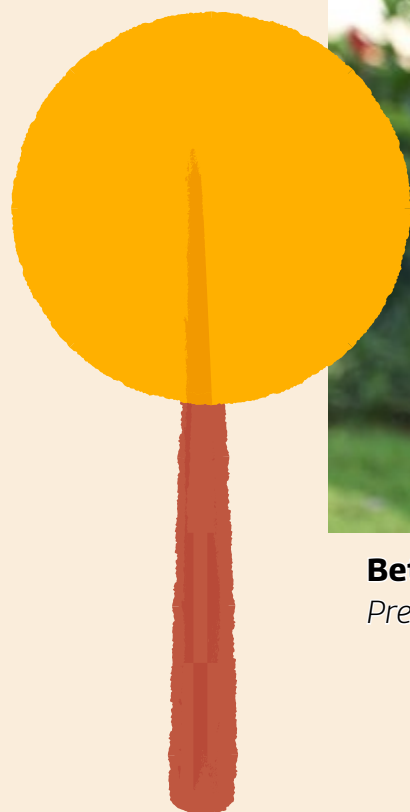
Mais do que uma premiação, o Concurso Inovação impulsiona a transformação do setor público ao fomentar a experimentação e a busca por novas abordagens para desafios persistentes. A cada edição, ele fortalece redes de aprendizado, amplia o alcance de soluções exitosas e inspira a adoção de práticas inovadoras em diferentes instâncias governamentais. O impacto dessas iniciativas transcende os órgãos e instituições envolvidos, contribuindo para uma administração pública mais ágil, centrada no usuário e orientada às demandas da população.

A inovação no setor público depende de pessoas comprometidas, dispostas a desafiar padrões e a transformar realidades. Que este e-book sirva de inspiração para quem atua no serviço público e acredita no poder da inovação como ferramenta de mudança. Seguimos em parceria nessa jornada de aprimoramento constante, promovendo soluções que impactam positivamente a sociedade.

Boa leitura!



Betânia Lemos
Presidenta da ENAP





INTRODUÇÃO



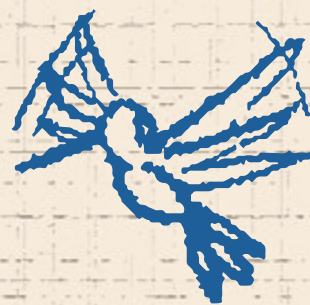
A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) tem o prazer de apresentar, neste volume, as iniciativas vencedoras da 28ª edição do Concurso Inovação no Setor Público. Realizado anualmente, esse concurso tem como propósito fomentar e divulgar soluções criativas que possam inspirar novas práticas e aprimorar a gestão pública. Com isso, a Enap reforça seu compromisso com o desenvolvimento de um governo mais eficiente e preparado para lidar com os desafios contemporâneos.

Nesta publicação, você terá a oportunidade de conhecer em detalhes as iniciativas premiadas, que foram idealizadas e implementadas por servidores e equipes dedicadas de 13 diferentes instituições e que têm contribuído significativamente para transformar a administração pública no Brasil.

Além de destacar os projetos vencedores, este volume apresenta um panorama da trajetória do Concurso, que se consolidou ao longo de quase três décadas como um importante instrumento de valorização da inovação no serviço público. Também traz informações sobre a última edição, realizada no segundo semestre de 2024, evidenciando a diversidade de instituições envolvidas e o alcance das soluções premiadas.

A inovação no setor público é mais do que uma possibilidade, é uma necessidade urgente. Em um cenário de mudanças constantes e demandas sociais cada vez mais complexas, a capacidade de inovar se torna essencial para garantir um serviço público mais ágil, eficiente e conectado às necessidades da população. O Concurso Inovação no Setor Público não apenas reconhece as melhores práticas já implementadas, mas também estimula uma cultura de criatividade, adaptação e excelência na gestão governamental.

Convidamos você, servidor ou profissional do setor público, a explorar estas páginas e descobrir iniciativas que fazem a diferença. Que este material sirva de inspiração para repensar processos, criar soluções e contribuir para um serviço público cada vez mais inovador e orientado ao cidadão.



PARTE 01

SOBRE O CONCURSO





A EVOLUÇÃO DA PREMIAÇÃO



Desde 1996, a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) realiza anualmente o Concurso Inovação no Setor Público, uma iniciativa que busca fortalecer a cultura de inovação na gestão pública. O concurso tem três objetivos principais:

- Incentivar a implementação de novas práticas em serviços, processos ou políticas públicas nas diferentes esferas governamentais, promovendo melhorias tanto para a administração pública quanto para a sociedade;
- Reconhecer e valorizar equipes de servidores e empregados públicos que atuam de forma criativa e proativa, contribuindo para o interesse coletivo;
- Compartilhar soluções inovadoras que possam servir como modelo ou inspiração para outras iniciativas, ampliando a capacidade de governo.

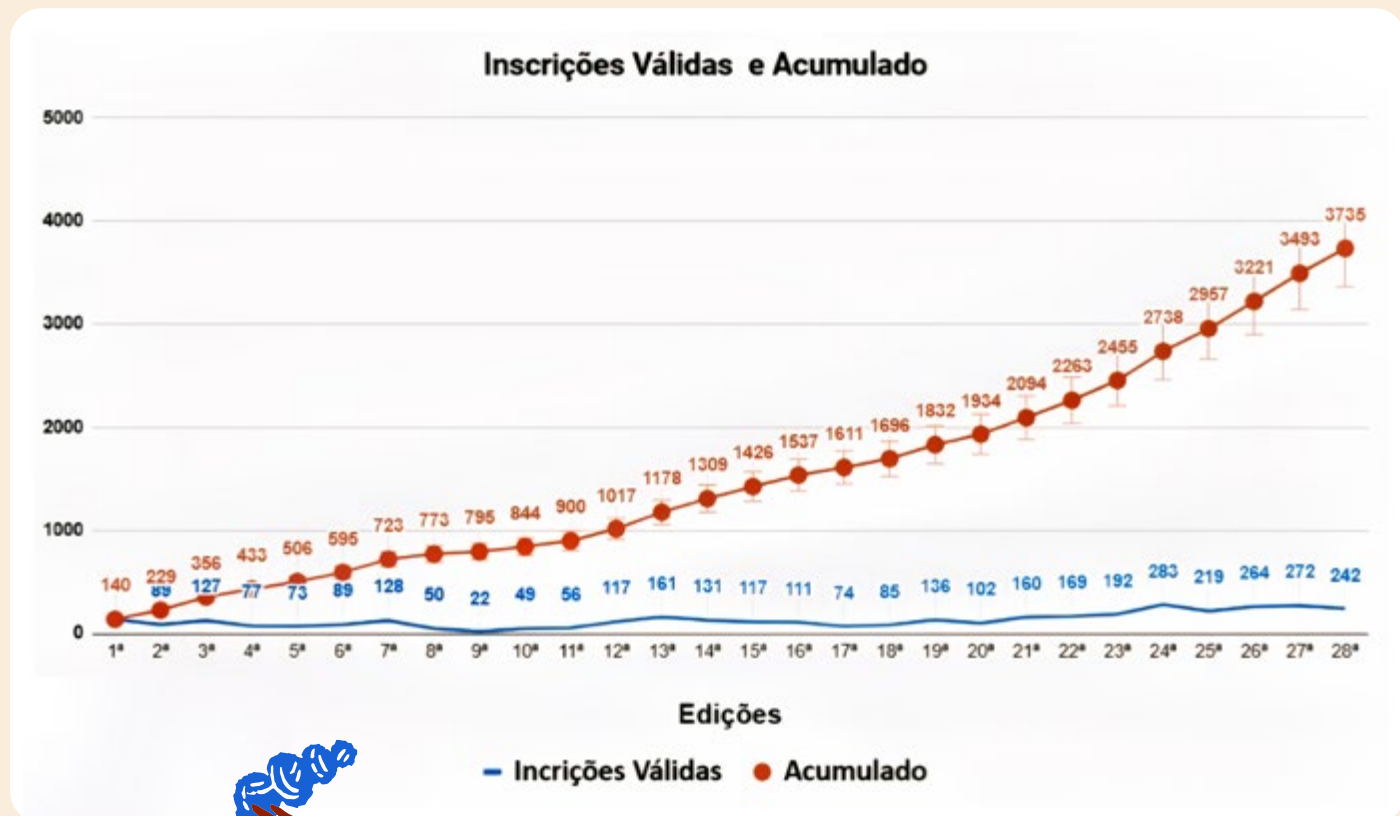
Ao longo dos anos, o Concurso passou por diversas transformações, considerando as demandas sociais e as do próprio setor público e as novas abordagens de inovação. Com isso, sua metodologia foi aprimorada constantemente, incorporando novos temas e categorias, além de aperfeiçoar critérios de seleção, estrutura dos relatos e conceitos utilizados.

O alcance do Concurso também se expandiu ao longo do tempo. Inicialmente voltado exclusivamente para iniciativas do Poder Executivo federal, passou a incluir projetos de governos estaduais e do Distrito Federal a partir de 2016. Em 2020, em sua 24ª edição, deu mais um passo adiante ao incorporar, de forma experimental, ações desenvolvidas por governos municipais, começando pelas capitais dos estados.

Em seus 28 anos de existência, o Concurso acumulou **3.735 inscrições válidas**

e reconheceu **465 iniciativas inovadoras**. O gráfico a seguir ilustra a evolução do número de projetos inscritos ao longo desse período.

Gráfico 1 – Inscrições Válidas e o valor acumulado das inscrições totais

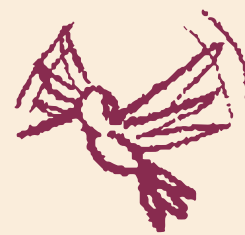




**S O B R E A 28^a
E D I Ç Ã O D O
C O N C U R S O**



A 28ª EDIÇÃO DO CONCURSO



O edital desta edição foi divulgado em 29 de maio de 2024 e a submissão de iniciativas teve início em 12 de junho do mesmo ano. O período de inscrições se encerrou com um marco histórico. Foram recebidas **472 propostas** de iniciativas inovadoras, cujo perfil é apresentado abaixo.

Gráfico 2 – Distribuição das inscrições totais, por categoria, na 28ª edição (2024)

Caracterização do perfil das iniciativas

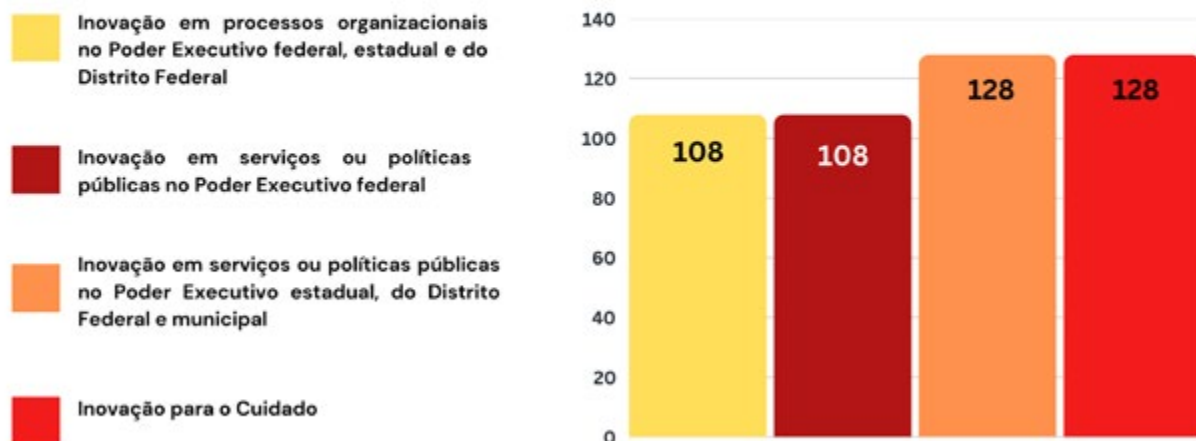
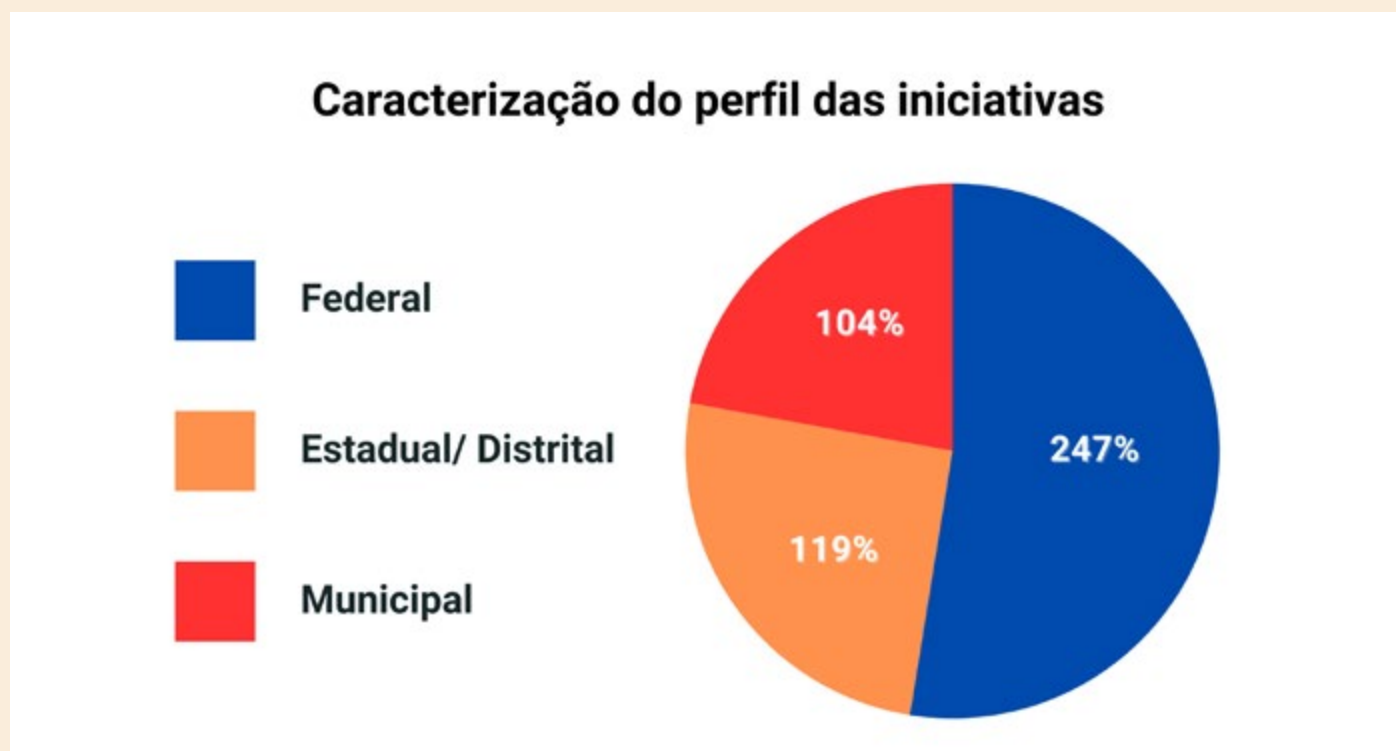


Gráfico 3 - Distribuição percentual de iniciativas inscritas entre as instituições do Poder executivo federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em 2024.



O público-alvo do Concurso abrange equipes compostas por servidores ou empregados públicos que atuam no Poder Executivo em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal (neste último caso, restrito a municípios e consórcios intermunicipais com mais de 200 mil habitantes). São elegíveis tanto integrantes da administração direta quanto da indireta, incluindo autarquias, fundações públicas, empresas estatais, sociedades de economia mista e consórcios intermunicipais.

A ampliação progressiva do público-alvo para incluir governos subnacionais trouxe novas oportunidades de intercâmbio e disseminação de soluções inovadoras entre diferentes esferas governamentais. Além disso, a crescente participação de iniciativas do nível local tem tornado o conjunto de projetos premiados um reflexo ainda mais representativo da inovação no país.

Na 28ª edição, o Concurso foi estruturado em quatro categorias. As equipes participantes deveriam submeter suas iniciativas a uma das três categorias gerais:

- **Inovação em processos organizacionais no Poder Executivo federal, estadual e do Distrito Federal;**
- **Inovação em serviços ou políticas públicas no Poder Executivo federal;**
- **Inovação em serviços ou políticas públicas no Poder Executivo estadual, distrital e municipal** (exclusivo para municípios e consórcios intermunicipais com mais de 200 mil habitantes).

Além disso, havia a possibilidade de inscrição na categoria específica, desde que atendidos os critérios estabelecidos:

- **Inovação para o Cuidado:** destinada a iniciativas que transformam a maneira como são atendidas as necessidades de quem demanda cuidados e/ou de quem cuida. Abrange ações voltadas à oferta de serviços, benefícios, capacitação, conscientização, regulamentação, entre outros aspectos, promovendo a valorização, a reorganização e o compartilhamento da responsabilidade social pelo cuidado.

Seis equipes foram selecionadas como finalistas em cada uma das categorias. Após um rigoroso processo de avaliação, as três iniciativas mais bem classificadas em cada categoria foram declaradas vencedoras. Além disso, as propostas mais votadas pelo público em cada categoria também receberam reconhecimento.



AVALIAÇÃO



O processo de avaliação das categorias gerais e da categoria específica ocorreu em quatro fases: **triagem de conformidade, avaliação inicial, avaliação final e escolha do público.**

Nas próximas páginas, você poderá conhecer mais detalhes sobre cada uma dessas etapas. Para informações completas sobre o regulamento do Concurso, consulte o Edital Enap nº 68/2024, cujo link de acesso encontra-se disponível no Anexo 01, ao final desta publicação.

1. Triagem de Conformidade

A primeira etapa do processo avaliativo consistiu na triagem de conformidade, realizada logo após o encerramento do período de submissões. Nessa fase, as iniciativas foram analisadas com base nos seguintes quesitos:

- **Instituição:** apenas foram consideradas válidas as iniciativas pertencentes ao Poder Executivo nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal. No caso dos municípios, a participação foi restrita àqueles com mais de 200 mil habitantes ou a consórcios intermunicipais que atendam a esse critério, conforme os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- **Equipe:** para se qualificar à premiação, as equipes responsáveis pelas iniciativas deveriam ter entre 2 e 20 integrantes, todos servidores ou empregados públicos.
- **Prazo de implementação:** somente foram aceitas iniciativas que estivessem em execução há pelo menos seis meses;
- **Ineditismo:** iniciativas já premiadas em edições anteriores do Concurso foram invalidadas nesta etapa.

- **Inovação para o Cuidado:** no caso dessa categoria específica, a triagem avaliou se as iniciativas inscritas atendiam aos critérios estabelecidos no edital para esse tema.

A triagem foi conduzida por uma equipe de 13 servidores da Enap, com o apoio do time da Ceça Colaboratório, que seguiu rigorosamente os critérios mencionados para avaliar as 472 iniciativas submetidas.

Após a triagem, as iniciativas desclassificadas foram notificadas por e-mail e tiveram um prazo de cinco dias corridos para apresentar recursos.

Ao final dessa fase, das 472 iniciativas submetidas, **230 foram invalidadas, enquanto 242 avançaram** para as etapas seguintes do Concurso.

2. Avaliação inicial

A fase inicial de avaliação do 28º Concurso contou com a participação de um grupo de avaliadores voluntários, selecionados por meio de uma chamada pública disponibilizada no site da Enap entre 29 de julho e 11 de agosto de 2024.

A divulgação da chamada ocorreu por meio das redes sociais e demais canais institucionais da Enap, resultando em uma ampla adesão: 222 pessoas se candidataram para a função. Desse total, 71 foram convocadas e 66 participaram efetivamente do processo, após passarem por um treinamento promovido pela Enap com o apoio da Ceça Colaboratório.

A relação completa dos 66 avaliadores voluntários, provenientes de diversas áreas do setor público e privado e de diferentes regiões do Brasil, pode ser consultada no Anexo 02.

Cada avaliador recebeu, em média, 20 iniciativas para análise, com prazo de avaliação entre 26 de agosto e 16 de setembro. Para garantir rigor e diversidade na análise, cada iniciativa foi avaliada por, no mínimo, três voluntários, seguindo os critérios estabelecidos no edital:

- **Inovação;**
- **Resultados;**
- **Foco nas pessoas e impacto para o cidadão;**
- **Utilização eficiente de recursos;**
- **Mecanismos de transparência e controle social.**

Durante todo o processo, as atividades foram acompanhadas de perto pelas equipes da Enap e da Ceça Colaboratório. Concluída a avaliação inicial, a Enap divulgou em seu site, no dia 18 de setembro, a lista das 24 iniciativas finalistas, sendo seis selecionadas em cada uma das quatro categorias do Concurso.

As iniciativas finalistas seguiram para a etapa de Avaliação Final, que será detalhada na próxima seção.

3. Avaliação Final

A etapa final de avaliação do Concurso ocorreu entre 20 e 27 de setembro, inteiramente de forma remota. Para a condução do processo, foram utilizadas as plataformas Zoom, para reuniões virtuais, e Miro, para colaboração visual e organização das discussões.

1ª Etapa (20/09) - Capacitação do Comitê Julgador

As atividades da Avaliação Final tiveram início com um encontro de boas-vindas conduzido pelas equipes da Enap e da Ceça Colaboratório e direcionado aos membros do Comitê Julgador, cuja relação completa pode ser consultada no Anexo 03. Durante essa sessão,

foi detalhada a metodologia de avaliação e realizada uma simulação prática do uso do Miro, ferramenta essencial para a fase de deliberação.

2ª Etapa (20/09) - Treinamento de pitch para os finalistas

Nesta fase, os representantes das iniciativas finalistas participaram de um treinamento voltado para o aprimoramento de suas apresentações (pitches) e otimização do tempo de exposição. Além disso, os participantes receberam orientações específicas sobre os critérios de avaliação aplicados na última etapa do Concurso.

O treinamento também abordou estratégias para tornar os pitches mais claros e impactantes, garantindo o melhor aproveitamento dos 10 minutos disponíveis para apresentação, incluindo o uso eficiente dos slides.

3ª Etapa (26/09) - Apresentação dos pitches

No terceiro dia, as iniciativas finalistas foram apresentadas ao Comitê Julgador, em transmissões ao vivo organizadas em quatro salas do Zoom, cada uma dedicada a uma das categorias do Concurso. Interessados previamente inscritos puderam acompanhar as apresentações como espectadores.

A condução dessa etapa ficou sob responsabilidade da Ceça Colaboratório, com suporte técnico da equipe da Enap. Facilitadores acompanharam as apresentações, gerenciando o tempo e mediando o momento de perguntas e respostas, no qual cada finalista teve três minutos para responder às questões do Comitê.

4ª Etapa (27/09) - Escolha e classificação das iniciativas vencedoras

• Avaliação Final - Comitê Julgador

Na última fase, os membros do Comitê Julgador se reuniram para deliberar sobre as

iniciativas vencedoras (1º, 2º e 3º lugares de cada categoria).

O encontro foi pautado por uma revisão criteriosa das avaliações, utilizando o Miro para facilitar a organização do processo decisório. Os participantes foram divididos em quatro salas virtuais, contando com o suporte da equipe da Ceça Colaboratório na mediação e registro das discussões.

A metodologia aplicada manteve os mesmos critérios avaliativos da Avaliação Inicial. Após uma análise detalhada, as três iniciativas mais bem avaliadas de cada categoria foram destacadas e submetidas a uma revisão final, com base no debate entre os avaliadores. Esse processo resultou na definição das iniciativas vencedoras.

• Escolha do público

A categoria **“Escolha do Público”** foi definida por meio de votação popular, realizada no site da Enap. Para cada iniciativa, foram produzidos e disponibilizados vídeos ao público, permitindo que a sociedade civil conhecesse melhor as propostas.

Essa ação possibilitou ao público avaliar as iniciativas selecionadas para a etapa de avaliação final e, assim, votar naquela que considerou mais relevante. O votante pode escolher apenas uma iniciativa por categoria.

Os vídeos foram elaborados a partir das **apresentações (pitches)** realizadas durante a etapa de Avaliação Final. Participaram da votação popular as 24 iniciativas selecionadas para compor a etapa de Avaliação Final.

Ao todo, foram computados **79.767 votos** somando as quatro categorias.

Na **Categoria 1**, com **8.723 votos**, a iniciativa vencedora foi o **“Relatório de Estudantes com Tendência à Reprovação - RETRE”**, da Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco.

Na **Categoria 2**, a iniciativa “**Sistema de Certidões: Desburocratização da Emissão de Nada Consta para Agentes Públicos pelas Corregedorias do País**”, da Controladoria-Geral da União, recebeu **1.979 votos** e garantiu a primeira colocação.

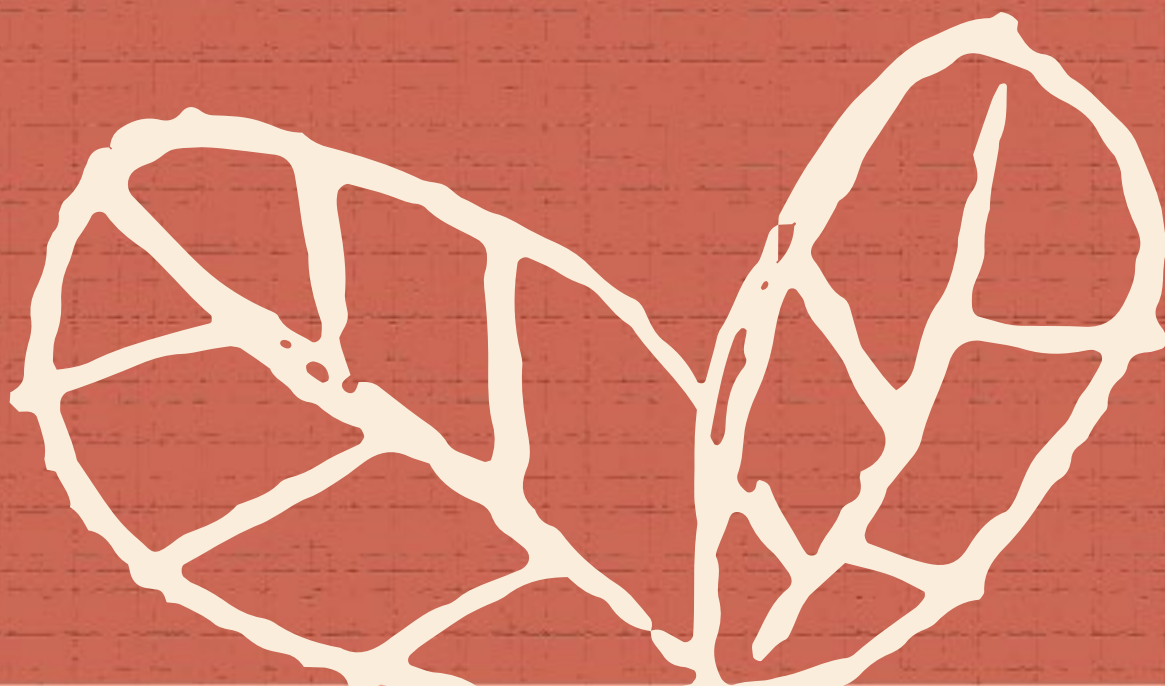
Na **Categoria 3**, com **2.474 votos**, a vencedora foi a iniciativa “**Ambiência Aliada à Humanização do Cuidado Pediátrico nas Unidades de Urgência e Emergência do Município do Rio de Janeiro**”, da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro (RioSaúde) – Prefeitura do Rio de Janeiro.

Por fim, na **Categoria 4**, o “**Projeto Óculos Amigo**”, da Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital do Paraná, conquistou a vitória com **2.323 votos** computados.





INICIATIVAS VENCEDORAS





CATEGORIA 01

INOVAÇÃO EM PROCESSOS ORGANIZACIONAIS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL, ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL

1º LUGAR e ESCOLHA DO PÚBLICO:

Relatório de Estudantes com Tendência à Reprovação - RETRE

Instituição: Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco

2º LUGAR: Banco de sanções: Transparência, celeridade e eficiência na verificação de habilitação de empresas para contratações públicas

Instituição: Controladoria-Geral da União

3º LUGAR: Qualificação da gestão de emergências em arboviroses a partir do uso de estratégias de inovação e cooperações internacionais

Instituição: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais





CATEGORIA 02

INOVAÇÃO EM SERVIÇOS OU POLÍTICAS PÚBLICAS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL

1º LUGAR: Decreto nº 11.430/2023: Política de Cotas para Mulheres em Situação de Violência Doméstica nos Contratos Públicos

Instituição: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

2º LUGAR: Programa Centelha

Instituição: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

3º LUGAR: Registro Fácil: migração sem complicação

Instituição: Polícia Federal

ESCOLHA DO PÚBLICO: Sistema de Certidões: Desburocratização da emissão de nada consta para agentes públicos pelas corregedorias do País

Instituição: Controladoria-Geral da União





CATEGORIA 03

INOVAÇÃO EM SERVIÇOS OU POLÍTICAS PÚBLICAS NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, DO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAL (MUNICÍPIOS OU CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS COM MAIS DE 200 MIL HABITANTES)

1º LUGAR: Programa de Recondicionamento de Computadores e Inclusão Digital - Sukatech

Instituição: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás

2º LUGAR: NAVIO - Navegação Ampliada para Vigilância Intensiva e Otimizada

Instituição: Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul

3º LUGAR: Participa DF - Plataforma de Participação Social

Instituição: Controladoria-Geral do Distrito Federal

ESCOLHA DO PÚBLICO: Ambiência aliada à humanização do cuidado pediátrico nas unidades de urgência e emergência do município do Rio de Janeiro

Instituição: Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro (RioSaúde) - Prefeitura do Rio de Janeiro





CATEGORIA 04

INOVAÇÃO PARA O CUIDADO

1º LUGAR: Equipe Multiprofissional de Apoio às Gestantes e Puérperas em Situação de Vulnerabilidade: relato da experiência em Belo Horizonte

Instituição: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

2º LUGAR: Programa Estadual - CUIDAR DE QUEM CUIDA

Instituição: Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos do Mato Grosso do Sul

3º LUGAR: Formação de Doulas Comunitárias da Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com as Maternidades da rede SUS-BH

Instituição: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

ESCOLHA DO PÚBLICO: Projeto Óculos Amigo

Instituição: Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital do Paraná





PREMIAÇÃO

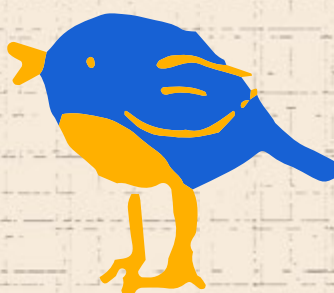
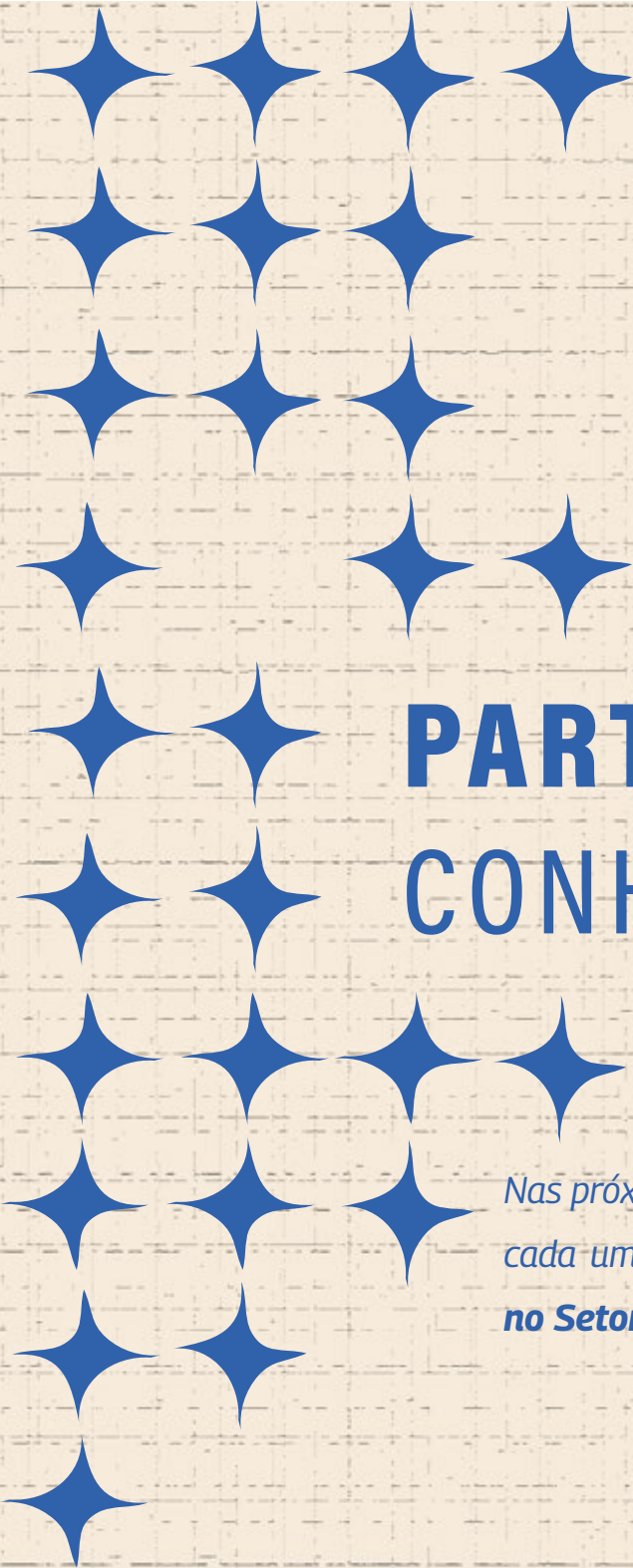




A premiação da 28ª edição do Concurso Inovação no Setor Público foi realizada em 31 de outubro de 2024, na sede da Enap, em Brasília, e transmitida ao vivo pelo canal da Escola Nacional de Administração Pública no YouTube. O evento fez parte da programação da Semana de Inovação 2024, promovida pela Enap.

Durante a cerimônia, foram revelados os vencedores das três primeiras colocações em cada categoria, além das iniciativas escolhidas pelo público por meio de votação popular. Os prêmios concedidos foram:

1. Um troféu entregue à instituição responsável pela iniciativa;
2. Certificados individuais, enviados digitalmente após o evento;
3. Direito ao uso do Selo Inovação em materiais promocionais, impressos ou digitais, relacionados à iniciativa;
4. Posterior inserção do relato da iniciativa no Repositório Institucional da Enap, ampliando o acesso ao conhecimento sobre inovação na administração pública;
5. Oportunidade de participação para membros da equipe executora em cursos, eventos e missões técnicas, nacionais ou internacionais, no período de até um ano após a premiação.



PARTE 02

CONHECENDO OS

VENCEDORES

*Nas próximas páginas você poderá conferir, na íntegra, os relatos de cada uma das iniciativas vencedoras do **28º Concurso Inovação no Setor Público.***



CATEGORIA 01 - INOVAÇÃO EM PROCESSOS ORGANIZACIONAIS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL, ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL

1º LUGAR E ESCOLHA DO PÚBLICO:

Relatório de Estudantes com Tendência à Reprovação - RETRE

Instituição: Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco.

Resumo

O RETRE é uma ferramenta gratuita e online que auxilia os profissionais de educação estadual a identificar estudantes com tendência à reprovação e ao abandono para cumprir a missão de busca ativa e monitoramento da distorção idade-ano. Seu principal resultado foi tornar o abandono praticamente nulo na rede estadual. Em 2015, primeiro ano de implantação do RETRE, a taxa de abandono caiu significativamente: a do EFAF atingiu 1,5% (3ª menor entre UFs e DF), a do EM, 2,5% (a menor do Brasil). Na edição do IDEB do mesmo ano, o Ensino Médio atingiu a primeira colocação no país.

Em 2009, antes da criação do RETRE, a distorção no Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF) era 41,2%, a do Ensino Médio (EM) era 53,5%, ambas entre as maiores do país. A taxa de abandono estava em 9,5% e 15,7% para EFAF e EM. Aprovação no EFAF era 72%, no EM, 78%. O IDEB, também estava desafiador: 3,0 no EFAF (22ª posição entre UFs e o DF) e 3,0 no EM (18ª posição entre as UFs e o DF).

CATEGORIA 1 // 1º LUGAR E ESCOLHA DO PÚBLICO**Qual era a situação-problema a ser enfrentada?**

Os gestores escolares e professores da Rede Estadual de Educação tinham dificuldade de tomar decisões relativas a práticas pedagógicas e realizar busca ativa de estudantes em virtude de não haver um sistema de Gestão à Vista que os situassem em termos de tendência ao abandono, reprovação, distorção idade-ano ou infrequência. Em um contexto em que os professores possuem vários vínculos, inclusive com outras redes, e os gestores escolares têm seu tempo consumido majoritariamente em rotinas administrativas, o trabalho de detecção dos problemas de aprendizagem dos alunos pode ficar aquém do necessário. Assim, se fez necessário o uso de uma ferramenta que atuasse na consolidação de notas e faltas em gráficos fáceis de serem interpretados e contextualizados pelos profissionais da educação. Assim surgiu o Relatório de Estudantes com Tendência à Reprovação - RETRE. A ferramenta foi desenvolvida pelo Núcleo de Gestão para Resultados na Educação (NGR-SEE). Essa estrutura gerencial foi fruto de uma parceria entre a Secretaria de Educação e Esportes (SEE) e a Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional (SEPLAG). Esse esforço conjunto tinha em vista a melhoria dos indicadores educacionais de Pernambuco, especialmente, a taxa de abandono, a distorção idade-ano, a reprovação e o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) da Rede Estadual. Com a parceria estabelecida, a SEPLAG enviou servidores de carreira à SEE para a criação no Núcleo, atuando como consultores educacionais consultivos do(a) Secretário(a) da pasta da Educação e lotados no prédio da SEE. Essa parceria se iniciou em 2011 e depois de várias reuniões e visitas às escolas foi finalmente elaborado o RETRE, pelo NGR-SEE, em 2015, através de uma macro do MS Excel. Estava criada a Macro RETRE, que evoluiu em 2018 para uma aplicação do MS Power BI, passando a se chamar Power RETRE.

Antes da parceria entre SEE e SEPLAG, mais de 50% dos alunos do Ensino Fundamental estavam com distorção idade-série; taxas de abandono escolar no patamar de 20%; 70% dos alunos do Ensino Médio maiores de 18 anos; 180 mil crianças entre 07 e

CATEGORIA 1 // 1º LUGAR E ESCOLHA DO PÚBLICO

14 anos estavam fora da rede escolar e 12% da população com idade entre 15 e 17 anos fora do sistema escolar. Em 2005 e 2007, a rede estadual de Pernambuco teve o menor resultado dos Anos Finais do Ensino Fundamental (EFAF) entre todos os estados brasileiros no principal indicador que verifica a qualidade da educação básica, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Os resultados do Ensino Médio (EM) no IDEB também eram preocupantes, em 2005 a rede estadual ocupou a 20ª posição. No ano de 2007, a taxa de abandono da rede estadual era a segunda maior do Brasil (26º lugar de 27 estados, em ambas as etapas) no ranking das taxas de abandono no EFAF e no EM, registrando 17,8% e 24%, respectivamente.

Qual foi a inovação implementada?

O RETRE (Relatório dos Estudantes com Tendência à REprovação e ao abandono), desenvolvido em 2015 pelos servidores do Núcleo de Gestão para Resultados na Educação (NGR-SEE), se trata de uma ferramenta de Gestão à Vista gratuita e online que auxilia os profissionais da rede estadual a identificar estudantes com tendência à reprovação e ao abandono para cumprir a missão social de busca ativa e de monitoramento da distorção idade-ano. Inicialmente a ferramenta surgiu através de uma macro do MS Excel, ficou conhecida entre os educadores como Macro RETRE. A adesão por parte das escolas foi massiva a ponto de a Secretaria de Educação adotar em seu sistema de informações oficial o Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE), em 2017. O êxito da ferramenta junto à rede estadual se deveu ao fato de seu desenvolvimento ter sido feito com base em entrevistas in loco nas unidades educacionais para diagnóstico.

Isso é outra inovação da ferramenta, seu viés social colaborativo entre escolas e o NGR-SEE. Posteriormente, em 2018, a ferramenta foi aprimorada através do MS Power BI, a partir de então ficou online e acessível através de senha, assim surgia o Power RETRE, que é disponível desde o professor até os titulares da pasta da Educação e da chefia do Poder Executivo.

CATEGORIA 1 // 1º LUGAR E ESCOLHA DO PÚBLICO

Também é inovador no Power RETRE seu caráter preditivo do desempenho e permanência do estudante na escola quando elenca a análise de componentes curriculares, boletim, estudante (quantidade de disciplinas abaixo da média), abandono (estudantes sem médias em Português, Matemática, Biologia e História), lacunas (disciplina sem atribuição de carga horária ao professor) e familiares em reuniões escolares. Na edição 2024 ainda foram acrescentados os filtros de gênero, residência (urbana/rural), raça/cor e INSE (Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica). O último indicador é divulgado quando da publicação dos resultados do IDEB.

Quais são os objetivos da iniciativa?

Analisar, em tempo hábil, as taxas de aprovação e tendência a reprovação e abandono dos estudantes em todos os níveis para seu eventual resgate, isto permite maior tempo de permanência do aluno em sala de aula, aumentando sua proficiência e seu rendimento; Possibilitar ao professor rever sua prática pedagógica baseando-se na quantidade de estudantes abaixo da média em sua disciplina permitindo ré-ensino tempestivo das habilidades não consolidadas pelos estudantes e assegurando o ganho de proficiência; Identificar escolas, turmas e estudantes prioritários para o acompanhamento do rendimento escolar e assim permitir aos estudantes a conclusão da etapa de ensino na idade adequada e com a proficiência suficiente para seguir sua vida escolar e profissional.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

O público-alvo são os profissionais de educação que trabalham nas escolas, os estudantes e seus responsáveis, isso em nível operacional. Secundariamente, em nível tático estão os gestores escolares e gerentes de Gerências Regionais de Educação (GRE). Terciariamente, em nível estratégico, estão os secretários de pasta e chefia do poder executivo.

Nas escolas, além dos professores e gestores, estão analistas educacionais, educadores de apoio e apoios pedagógicos. Analistas educacionais são encarregados de analisar a

CATEGORIA 1 // 1º LUGAR E ESCOLHA DO PÚBLICO

quantidade de faltas, matrículas, notas, lacunas de professores e presença de familiares em reuniões. Educadores de apoio são adjuvantes do processo de ensino e aprendizagem auxiliando professores e estudantes, atuam junto aos professores na elaboração de itens das avaliações conforme o desempenho dos estudantes nas disciplinas ao longo do ano letivo. Finalmente, os profissionais de apoio pedagógico são encarregados de assistirem os estudantes com necessidades especiais.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

Até 2015 o monitoramento das notas e presença dos estudantes na rede estadual era feito através de planilhas, porém essas planilhas não eram intuitivas, de interpretação rápida. Durante as reuniões (que ocorriam desde 2011) com escolas e GRE, o NGR-SEE percebeu que os profissionais da maioria das escolas não estavam plenamente satisfeitos com as planilhas fornecidas pelo Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE). O SIEPE é um sistema eletrônico de informações que até então produzia seus relatórios apenas em forma de planilhas, porém persistia a necessidade de uma interface mais amigável ao processo decisório dos profissionais da Educação.

De posse dessas planilhas o RETRE foi criado, e vem sendo mantido desde 2015, pelo NGR-SEE, um grupo de servidores da SEPLAG lotado na SEE. Inicialmente era elaborado através de uma macro do MS Excel que produzia gráficos intuitivos a partir de planilhas extraídas do SIEPE. As escolas tiveram reações positivas e passaram a chamar a ferramenta de Macro RETRE. Alegavam que tal produto as ajudariam na prática pedagógica diária de prevenção de reprovação e abandono, também contou a favor o fato de as escolas terem contribuído para o desenvolvimento da ferramenta em uma abordagem de baixo para cima, ou seja, suas necessidades foram atendidas diretamente e antes das gerências regionais de educação e da própria SEE. Antes, o tempo de análise dos indicadores bimestrais das escolas era de até 15 dias, com o RETRE, quase instantâneo. Em 2017, devido às boas impressões por parte dos profissionais da

CATEGORIA 1 // 1º LUGAR E ESCOLHA DO PÚBLICO

educação, a SEE decidiu pela oficialização do RETRE no rol de seus relatórios do SIEPE, ou seja, ele não era mais uma macro, mas um relatório (Relatório 5) fornecido pelo sistema. O que lhe conferiu mais legitimidade institucional.

Mesmo com essa evolução, os decisores de nível estratégico ainda não tinham uma ferramenta que lhes desse um panorama em nível macro da SEE e do Estado. Diante dessa necessidade, em 2018 o Núcleo inovou mais uma vez ao utilizar o MS Power BI criando assim o Power RETRE. A partir de então as consultas poderiam ser feitas online e através de navegações entre painéis de indicadores numa interface mais rica que o RETRE incorporado ao SIEPE. Os filtros permitem análises por escola, gerência regional de educação e Secretaria de Educação. Ambas as ferramentas são acessíveis, para segurança, via senhas, tal qual ocorre com o SIEPE. A partir de 2024, a capacidade de análise da ferramenta se sofisticou com a incorporação dos filtros de quadrante (tamanho e desempenho da escola), gênero, raça/cor e residência do estudante (urbana ou rural).

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Reduzir a taxa de distorção idade-ano (TDI) no Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF)	Reduzir a TDI de 41,2% (a 9a maior em 2009) a 35% até 2015	Em 2015 a TDI foi de 33,1% (15a posição entre UFs e DF). A taxa diminuiu e o estado melhorou seu resultado.	2009-2021	Censo escolar

CATEGORIA 1 // 1º LUGAR E ESCOLHA DO PÚBLICO

Reduzir a taxa de distorção idade-ano (TDI) no Ensino Médio (EM)	Reduzir a TDI de 53,3% (a 5ª maior em 2009) a 40% até 2015.	Em 2015 a TDI foi de 33,6% (14ª posição entre UFs e DF). A taxa diminuiu e o estado melhorou seu resultado significativamente.	2009-2021	Censo escolar
Reduzir a taxa de abandono no EFAF (Rede Estadual)	Reduzir a taxa de abandono de 9,5% (5ª maior em 2009) a 7% até 2015.	Em 2015 atingiu 1,5% (3ª menor entre UFs e DF)	2009-2021	Censo escolar
Reduzir a taxa de abandono no EM	Reduzir a taxa de abandono de 15,7% (20ª maior em 2007) a 10% até 2015	Em 2015 atingiu 2,5% (a menor entre UFs e DF)	2009-2021	2009-2021
Melhorar aprovação no EFAF (Rede Estadual)	Aumentar a taxa de aprovação para 85% até o final de 2021. Em 2009 era 72% (21ª posição entre UFs e DF).	Taxa de aprovação de 86% em 2015 (a 8ª melhor entre UFs e DF)	2009-2021	Censo escolar
Melhorar aprovação no EM	Aumentar a taxa de aprovação para 85% até o final de 2021. Em 2009 era 78% (12ª posição entre UFs e o DF)	Taxa de aprovação de 89% em 2015 (a 2ª melhor entre UFs e DF)	2009-2021	Censo escolar
Aumentar o IDEB do EFAF (Rede Estadual)	Aumentar o IDEB para 3,5 até 2015. Em 2009, era 3,0 (22ª posição entre UFs e o DF)	Atingiu 4,1 no IDEB em 2015, (10ª posição entre UFs e o DF)	2009-2021	IDEB
Aumentar o IDEB do EM	Aumentar o IDEB para 3,5 até 2015. Em 2009 era 3,0 (18ª posição entre as UFs e o DF)	Atingiu 3,9 no IDEB em 2015, (1ª posição entre UFs e o DF)	2009-2021	IDEB

CATEGORIA 1 // 1º LUGAR E ESCOLHA DO PÚBLICO**Como os recursos foram utilizados?****Recursos Humanos:**

Os servidores efetivos da Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional lotados na Secretaria de Educação foram os desenvolvedores da iniciativa. São os Gestores Governamentais de Planejamento, Orçamento e Gestão. Eles compõem o Núcleo de Gestão para Resultados na Educação. Na criação do RETRE, em 2015 eram 15, em 2024 são 6 os componentes da equipe.

Recursos Financeiros:

Os recursos financeiros são a folha de pagamento dos servidores do Núcleo de Gestão para Resultados na Educação.

Recursos Tecnológicos:

Os recursos tecnológicos utilizados foram, primeiramente, em 2015, a licença do MS Excel paga pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional e os computadores por ela fornecidos. A partir de 2018 foi desenvolvido o Power RETRE através de licença gratuita governamental do MS Power BI.

Outros Recursos:

Tempo em reuniões para apresentação da ferramenta pode ser considerado um recurso importante. As reuniões eram feitas com profissionais da educação, estudantes, gerentes de regionais e secretário de educação, isso foi fundamental para dar credibilidade à ferramenta, afora a abertura à sugestões por parte desse público usuário.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

Tempo em reuniões para apresentação da ferramenta pode ser considerado um recurso importante. As reuniões eram feitas com profissionais da educação, estudantes, gerentes de regionais e secretário de educação, isso foi fundamental para dar credibilidade à ferramenta, afora a abertura à sugestões por parte desse público usuário.

CATEGORIA 1 // 1º LUGAR E ESCOLHA DO PÚBLICO**Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?**

Tempo em reuniões para apresentação da ferramenta pode ser considerado um recurso importante. As reuniões eram feitas com profissionais da educação, estudantes, gerentes de regionais e secretário de educação, isso foi fundamental para dar credibilidade à ferramenta, afora a abertura às sugestões por parte desse público usuário.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

A primeira barreira encontrada foi a falta de uma interface amigável para os profissionais da educação no MS Excel. Basicamente foi uma barreira tecnológica. O processo não era online, a macro que, no princípio, originava o RETRE era compartilhada por email ou diretamente nas reuniões táticas com escolas e GRE via pendrives. Esse processo gerava alguns desafios porque a rede de computadores das escolas, vinculada à Secretaria de Educação, não permitia que a macro fosse executada no perfil de usuário, apenas no de administrador.

Vencidas as dificuldades com a instalação, foram necessários tutoriais para ensinar a baixar as planilhas do SIEPE, executar a macro e interpretar os gráficos gerados. Depois desse movimento, o RETRE se consolidou nas escolas. Isso chamou a atenção da Secretaria de Educação, que incrementou o SIEPE a ponto de o sistema incorporar a macro e gerar o relatório em seus comandos, abolindo a necessidade de uso.

Para o nível das escolas o RETRE estava bem interessante, mas faltava à Secretaria de Educação e suas gerências regionais uma ferramenta de Gestão à Vista que consolidasse os RETREs das escolas. Daí surgiu o Power RETRE, uma ferramenta desenvolvida via MS

CATEGORIA 1 // 1º LUGAR E ESCOLHA DO PÚBLICO

Power BI e que estava disponível online e gratuita disponível a toda a rede estadual de educação. No caso desta versão e especialmente durante a pandemia foram elaborados tutoriais e reuniões online. Como sua interface era mais intuitiva, foi mais rápido o processo de expansão.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

Dentre os fatores que contribuíram para o sucesso da iniciativa estão o baixo custo e o atendimento de uma necessidade identificada nas escolas, gerências regionais de educação e na própria secretaria, além de uma interface mais amigável (especialmente o Power RETRE). Em outras palavras, havia necessidade de um sistema de apoio à tomada de decisões relativas a acompanhamento pedagógico multi nível (operacional, tático e estratégico), porém as ferramentas disponíveis à SEE não atendiam o público-alvo de modo satisfatório. Essa lacuna se constituiu em uma oportunidade para o florescimento da iniciativa, afora o fato de ser de baixo custo, personalizável e de desenvolvimento doméstico no tocante ao governo do estado. Há de ser citado o fato de ela ter surgido de baixo para cima, ao se consultar primeiramente com as escolas in loco, ao ouvi-las em suas demandas cotidianas, já que são elas as executoras das políticas estaduais de educação. O intercâmbio com as unidades de ensino e suas sugestões foram fundamentais para a efetividade do uso do RETRE.

Responsável institucional:

Carlos Eduardo Cavalcanti do Nascimento - Gerente Geral do NGR-SEE

CATEGORIA 1 // 1º LUGAR E ESCOLHA DO PÚBLICO**Equipe envolvida:**

Nome	Cargo
Diego da Silva Rodrigues	Gestor Governamental de Planejamento e Gestão
Adriano Ramos de Santana	Gestor Governamental de Planejamento e Gestão
Janaína de Araújo Sobral	Gestora Governamental de Planejamento e Gestão
Dalva Maria de Moraes Carvalho	Gestora Governamental de Planejamento e Gestão
José Roberto Gomes de Oliveira	Gestora Governamental de Planejamento e Gestão

Parceiros:

Nome	Instituição	Cargo
Joselma Pereira Canejo	Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco	Gerente de Monitoramento da Rede da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco

Links:

<https://www.secti.pe.gov.br/2021/11/25/usina-pernambucana-de-inovacao-premia-projetos-inovadores-na-administracao-publica-do-estado/>

<https://www.seplag.pe.gov.br/noticias/330-pacto-pela-educacao-leva-escolas-integrais-de-pe-a-serem-referencia-no-brasil>

<https://www.seplag.pe.gov.br/noticias/305-projetos-inovadores-da-seplag-vencem-os-tres-lugares-do-premio-usina-de-inovacao>

<https://youtu.be/gEPxOhpZhy4>

https://docs.google.com/presentation/d/1bUZ4L6_60wNMyGz8B_C3iESMXan0070p/edit?usp=sharing&ouid=113815759963970177039&rtpof=true&sd=true

CATEGORIA 1 // 2º LUGAR**Banco de sanções: Transparência, celeridade e eficiência na verificação de habilitação de empresas para contratações públicas**

Instituição: Controladoria-Geral da União

Resumo

O Banco de Sanções foi uma inovação implementada para resolver a situação-problema da falta de um repositório central que unificasse as informações sobre todas as sanções aplicadas no âmbito da administração pública brasileira. Antes da inovação, não havia uma única plataforma para o registro e consulta das sanções, o que levava à necessidade de buscar dados em diversos sistemas e bases diferentes, tornando o processo complexo e ineficiente.

A solução implementada foi o desenvolvimento do Banco de Sanções, um repositório transversal que permite a gestão de todas as sanções aplicadas nas esferas federal, estadual e municipal. Com o sistema, qualquer órgão ou entidade pública pode consultar, cadastrar fundamentos e efetuar o registro das sanções aplicadas. Além disso, as sanções com transparência pública definida são automaticamente publicadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

Os objetivos da iniciativa foram facilitar a consulta de sanções, disponibilizar uma plataforma para a gestão de sanções em toda a administração pública, desonerar as Unidades Correcionais, criar um repositório central para as sanções, eliminar registros duplicados, aumentar a celeridade na transparência das sanções, entre outros. O público-alvo da iniciativa são a sociedade em geral, os órgãos e entidades públicas e as Unidades Correcionais, que foram diretamente afetados pela implementação do Banco de Sanções.

CATEGORIA 1 // 2º LUGAR

A iniciativa é considerada inovadora porque aprimora a forma como as sanções são geridas na administração pública brasileira, proporcionando maior transparência, eficiência e integração dos registros. Antes do Banco de Sanções, não havia uma plataforma com essas funcionalidades.

Os principais resultados obtidos pela inovação incluem a otimização do trabalho de cadastramento e pesquisa de sanções, a melhoria da transparência e acesso às informações, a integração com outros sistemas, o avanço das integrações dos sistemas correcionais e o aumento da celeridade nos processos de contratação. Os recursos utilizados na iniciativa incluem duas equipes, uma de desenvolvedores de TI e outra de negócios, com servidores em dedicação parcial ao sistema. A iniciativa identificou as necessidades dos usuários ao considerar os feedbacks dos servidores das Unidades Correcionais, que relataram a assimetria de informações sobre as sanções.

A transparência e controle social são promovidos pelo Banco de Sanções, que é integrado ao Portal da Transparência, e disponibiliza informações sobre sanções em diferentes formatos no Painel Correição em Dados. Entre as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da iniciativa, destacam-se a baixa disponibilidade de horas de desenvolvimento em TI para a evolução e manutenção do Sistema.

Os principais fatores que contribuíram para o sucesso da iniciativa foram a disponibilidade de pessoal na equipe para levantamento dos requisitos e suporte do sistema, e o apoio da alta gestão às demandas necessárias ao desenvolvimento e evolução do sistema.

Qual foi a inovação implementada?

Uma inovação de processo tecnológico é a implantação/adoção de métodos de produção ou comercialização novos ou significativamente aprimorados. Pode, também, envolver mudanças de equipamento, recursos humanos, métodos de trabalho ou a combinação deste. (OCDE, 2005).

CATEGORIA 1 // 2º LUGAR

Partindo-se deste princípio, o Banco de Sanções é uma inovação por aprimorar a forma como são geridas as sanções aplicadas no âmbito da Administração Pública brasileira, não existindo plataforma anterior equivalente em suas funcionalidades, capaz de transacionar com outros sistemas e atuar como um repositório central de sanções aplicadas em função do arcabouço normativo brasileiro.

Quais são os objetivos da iniciativa?

Uma inovação de processo tecnológico é a implantação/adoção de métodos de produção ou comercialização novos ou significativamente aprimorados. Pode, também, envolver mudanças de equipamento, recursos humanos, métodos de trabalho ou a combinação deste. (OCDE, 2005).

Partindo-se deste princípio, o Banco de Sanções é uma inovação por aprimorar a forma como são geridas as sanções aplicadas no âmbito da Administração Pública brasileira, não existindo plataforma anterior equivalente em suas funcionalidades, capaz de transacionar com outros sistemas e atuar como um repositório central de sanções aplicadas em função do arcabouço normativo brasileiro.

Qual é o público-alvo da iniciativa?**Diretamente afetados:**

1. Órgãos e entidades públicas
2. Unidades interessadas no registro e consulta de sanções.
3. Sociedade em geral

CATEGORIA 1 // 2º LUGAR**Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?**

1. 2021 e 2022 - Prospecção, levantamento de requisitos e Desenvolvimento do Banco de Sanções e integração dos sistemas SISCOR e ePAD;
2. 25/11/2022 - Entrada em produção do Sistema Banco de Sanções. Início da utilização do sistema Banco de Sanções.
3. 03/01/2024 - Integração com o Sicaf finalizada.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Aumentar o número de sanções disponíveis para consulta	100%	710%	novembro/2021 a jun/2024	Verificação das sanções ativas no Portal da Transparência e o total de sanções cadastradas no Banco de Sanções
Integrar o cadastro de sanções do Sicaf;	Integrar, no Banco de Sanções, os registros cadastrados de sanções realizadas no Sicaf	14.711 sanções cadastradas no Banco de Sanções via API de integração	janeiro a julho de 2024	Verificação do total de sanções provenientes do Sicaf no período apurado

CATEGORIA 1 // 2º LUGAR**Outras informações sobre os resultados da iniciativa:**

Como principais resultados, temos um aumento significativo do registro das sanções. Como principal destaque, temos que a quantidade de multas registradas no Banco de Sanções com fundamento da Lei 8666/93 aumentou em 31,5% em relação ao sistema anterior (SIRCAD).

Antes da entrada em produção do Banco de Sanções, apenas as sanções em transparência pública eram disponíveis para consulta por outros órgãos da Administração Pública (24.246 sanções). Este quantitativo subiu para 172.245 sanções disponíveis em consulta, perfazendo um aumento de sete vezes no total de sanções que podem ser pesquisadas, robustecendo a capacidade da Administração em melhorar a qualidade da análise de futuras contratações.

No contexto de melhorar a aplicação de sanções públicas, ao prover um histórico mais completo das sanções já aplicadas, o Banco de Sanções solucionou o problema da verificação de empresas anteriormente sancionadas e que, na ocorrência de novas sanções, seriam reincidentes nessas condutas. Desta forma, o Sistema provê ao gestor público uma ferramenta que permite a aplicação dos dispositivos legais que versam sobre reincidência na forma prevista pelo legislador.

Quanto ao avanço das integrações dos sistemas que transacionam dados e informações sobre sanções, além da integração dos sistemas correccionais já existentes (CGUPAD, CGUPJ e ePAD), verifica-se a importação periódica das sanções do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCIAI) e a integração ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).

Destaca-se que a consulta integrada do Banco de Sanções e Sicaf já está em produção e gerando resultados práticos, à medida em que os pregoeiros e demais servidores envolvidos em contratações públicas agora dispõem dos dados relativos às sanções

CATEGORIA 1 // 2º LUGAR

anteriores no mesmo extrato do SICAF. No período de janeiro de 2024 a julho de 2024, foram cadastradas 14.711 sanções via API de integração, que teriam de ser cadastradas manualmente pelos usuários caso não houvesse a integração entre as plataformas. Ainda, verificou-se a otimização do trabalho da administração no cadastramento e pesquisa de sanções, uma vez que estes podem ser cadastradas diretamente no Sistema por diferentes meios, como a importação de planilhas, integração via API ou o cadastro manual via web.

Verifica-se também a melhoria da transparência dos registros que envolvem impedimento de contratar com a Administração, conforme legislação aplicável, uma vez que o Sistema Banco de Sanções possui diferentes níveis de transparência.

A partir da entrada em produção do Banco de Sanções, os órgãos estaduais e municipais reforçaram o cadastro de normativos que fundamentam as sanções já aplicadas naqueles entes. A normatização do Banco de Sanções, em maio de 2023, reforçou o processo de disseminação e expansão do Sistema no âmbito dos demais entes.

Como os recursos foram utilizados?***Recursos Humanos:***

O sistema envolveu o trabalho de duas equipes, sendo uma de desenvolvedores de TI, com nove componentes, e a equipe de negócio, com três servidores em regime parcial de dedicação ao sistema.

Recursos Financeiros:

O Sistema de Certidões não envolveu a alocação de recursos específicos para a ação, estando seus custos constantes nas rubricas orçamentárias relativas a custeio de pessoal e infraestrutura de tecnologia da informação da CGU.

CATEGORIA 1 // 2º LUGAR***Recursos Tecnológicos:***

O sistema envolveu o trabalho de duas equipes, sendo uma de desenvolvedores de TI, com nove componentes, e a equipe de negócio, com três servidores em regime parcial de dedicação ao sistema.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

A situação problema verificada pela Corregedoria-Geral da União - CRG, enquanto supervisora da atividade correcional do Poder Executivo Federal - PEF, era que havia uma grande assimetria de informação sobre as sanções aplicadas na Administração Pública. No próprio desenvolvimento do trabalho das Unidades Correcionais, verificou-se que era um problema comum aos demais poderes e esferas, de forma que o órgão passou a priorizar soluções que contribuíssem para a alteração desta realidade.

A partir dos feedbacks dos servidores das Unidades Correcionais, era comum a necessidade de se cadastrarem e se manterem sanções em diferentes sistemas e bases, gerando retrabalho e assimetria de informações.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

O Banco de Sanções é integrado ao Portal da Transparência (<https://portal.datransparencia.gov.br/>). Abaixo temos os principais cadastros federais referentes às sanções que são alimentados pelo Banco de Sanções: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) - Consolida a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que restringiram o direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP) - Consolida as sanções aplicadas a pessoas jurídicas, pela prática de atos lesivos, com

CATEGORIA 1 // 2º LUGAR

base na Lei no 12.846/2013. Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF) - Consolida as sanções expulsivas aplicadas a servidores públicos, como demissões e cassação de aposentadorias. Acordos de Leniência - o Banco de Sanções também é o repositório dos Acordos de Leniência celebrados por todas as autoridades legitimadas pela Lei no 12.846/2013.

Além disso, as informações referentes às sanções também são apresentadas em diferentes formatos de visualização no Painel Correição em Dados, possibilitando a comparação das sanções aplicadas em diferentes órgãos do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - Siscor.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Entre as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da iniciativa, destacam-se a baixa disponibilidade de horas de desenvolvimento em TI para a evolução e manutenção do Sistema.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

Disponibilidade de pessoal na equipe da CGM/CRG para levantamento dos requisitos e manutenção do suporte do sistema.

Acolhimento, pela alta gestão, das demandas necessárias ao desenvolvimento e evolução do sistema. Disponibilidade de outros órgãos para formalizar a integração via API.

Responsável institucional:

Ricardo Wagner de Araújo - Corregedor-Geral da União

CATEGORIA 1 // 2º LUGAR**Equipe envolvida:**

Nome	Cargo
Wendell Figueiredo Taveira	Auditor Federal de Finanças e Controle
Vital Cruvinel Ferreira	Auditor Federal de Finanças e Controle
Roberta Matos de Souza	Auditor Federal de Finanças e Controle
Rafael Oliveira Prado	Auditor Federal de Finanças e Controle
Pedro Otavio Lima Gazzola	Auditor Federal de Finanças e Controle
Victor Teixeira Barros	Auditor Federal de Finanças e Controle
Oscar Haruo Miyake	Auditor Federal de Finanças e Controle
Michael Anderson Ferreira Melo	Auditor Federal de Finanças e Controle
Mayumi Ayres Sakuma	Auditor Federal de Finanças e Controle
Marcio Haruzo Otta	Auditor Federal de Finanças e Controle
Marcelo Machado Justo Pinheiro	Auditor Federal de Finanças e Controle
Gustavo Gomes Teixeira	Auditor Federal de Finanças e Controle
Flavio Massayoshi Yamashita	Auditor Federal de Finanças e Controle
Fernando Augusto Terêncio do Vale	Auditor Federal de Finanças e Controle
Fabiola Ferreira Rodrigues Signoretti	Auditor Federal de Finanças e Controle
Euclides Pereira do Lago Junior	Auditor Federal de Finanças e Controle
Diego Araújo de Castro	Auditor Federal de Finanças e Controle

CATEGORIA 1 // 2º LUGAR

Parceiros:

Nome	Instituição	Cargo
Isabely Fontana da Mota	Conselho Nacional de Justiça - CNJ	Pesquisadora
Aline Araújo de Souza Pereira	Ministério da Gestão e da Inovação	Assistente Técnico-Administrativo

Links:

<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/sistemas-correcionais/banco-de-sancoes>

<https://cgugovbr.sharepoint.com/:o/s/ou-crg-cgmc/En5BABVD2FIAIPDLkMBdZq8BmKAK4E6N9BavEJNs0TJ2zQ?e=AiKLkR>

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR**Qualificação da gestão de emergências em arboviroses a partir do uso de estratégias de inovação e cooperações internacionais**

Instituição: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Resumo

No dia 27 de janeiro de 2024, foi decretada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no estado de Minas Gerais. O que ainda não se sabia é que essa viria a ser a maior epidemia de arboviroses da história do estado. Porém a Subsecretaria de Vigilância em Saúde da SES-MG, em cooperação com a OPAS, iniciou suas ações meses antes, implementando nova metodologia para enfrentamento às arboviroses. Ainda em novembro de 2023 realizaram exercícios simulados e oficinas de revisão do Plano de Contingência, identificando lacunas e fortalecendo os sistemas de preparação e resposta. A antecipação permitiu a intensificação das ações, planejando 17 capacitações presenciais no território, sendo uma na capital e 16 em macrorregionais. Essa estratégia possibilitou a qualificação dos municípios para gestão da emergência. Por fim, realizaram oficina de avaliação, identificando os desafios e lições aprendidas, aprimorando as medidas de prevenção, controle e capacidade de resposta para futuras emergências.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

No dia 27 de janeiro de 2024, foi decretada, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Estado, em razão do cenário epidemiológico de Doenças infecciosas virais: 1.5.1.1.0 ? Arboviroses. De acordo com a publicação foram considerados os seguintes aspectos para decretar tal situação:

1. O impacto econômico e social historicamente relacionado à Dengue no Estado, podendo ser potencializado durante uma epidemia com ocorrência simultânea de casos de Chikungunya;

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR

2. Que Minas Gerais registrou, em 2023, um aumento significativo nos casos e óbitos confirmados de Dengue e Chikungunya; que, no ano de 2024, já foram registrados até a Semana Epidemiológica no 3 um total de 11.490 casos confirmados de Dengue e 3.067 casos confirmados de Chikungunya;

3. A predominância da circulação do sorotipo DENV 1, o aumento crescente de positividade laboratorial dos casos de Dengue e Chikungunya e a detecção do sorotipo DENV 3 autóctone na região Metropolitana de Belo Horizonte;

4. Que houve aumento nas solicitações de internação no Estado, especialmente em razão dos casos graves de Dengue com complicações.

O cenário existente no dia 27 de janeiro de 2024, conforme desenhado acima pelo Decreto, já apresentava gravidade suficiente para gerar enorme preocupação de qual seria o grau que a epidemia alcançaria nos próximos meses.

O que ainda não se sabia era que essa seria a maior epidemia já registrada na história do estado, ultrapassando mais de 1.000.000 (um milhão) de casos confirmados de dengue, 100.000 (cem mil) casos de Chikungunya e mais de 800 óbitos por dengue. Para padrões de comparação a maior epidemia até então registrada havia sido no ano de 2016, com 435.000 (quatrocentos e trinta e cinco mil) casos confirmados de dengue, 983 (novecentos e oitenta e três) casos de Chikungunya e mais de 281 óbitos por dengue. A epidemia para o ano de 2024 havia sido apontada por modelos preditivos, o que possibilitou um período prévio de preparação da gestão para enfrentamento da emergência, ainda no final do ano de 2023, e capacitação das equipes regionais e municipais, mesmo não se sabendo a magnitude que tomaria.

Esse novo cenário exigiu que o estado implementasse estratégias inovadoras pró-ativas e bem coordenadas para reduzir a ocorrência de casos, controlar a proliferação dessas

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR

doenças no estado e reduzir ao máximo a ocorrência de internações e desenvolvimento de casos graves da doença.

Qual foi a inovação implementada?

Ao final de 2023, com os indicadores epidemiológicos apontando que no ano de 2024 provavelmente o estado de Minas Gerais enfrentaria novamente uma epidemia de arboviroses, a Subsecretaria de Vigilância em Saúde (SUBVS) identificou a necessidade de aperfeiçoar seus processos para o enfrentamento das arboviroses, introduzindo uma nova metodologia. Tal metodologia contempla três importantes etapas da Gestão de Emergências de Saúde e Risco de Desastres: Preparação, Resposta e Avaliação.

A etapa de preparação iniciou em novembro 2023, através de articulações com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que conduziu a realização de um exercício simulado de surto de arboviroses com responsáveis técnicos e gestores de diferentes áreas da SES-MG, contemplando desde a gestão estratégica, gestão regional, assistência em saúde, até a comunicação social. O evento visou identificar lacunas e fortalecer os sistemas de preparação e resposta, discutindo os componentes essenciais do Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses (PEC-Arbo).

Posteriormente, buscando garantir que tal metodologia fosse replicada para os 853 municípios do estado de Minas Gerais, a equipe da SUBVS planejou a realização de 17 capacitações presenciais, sendo uma na capital e 16 em municípios sede de Macrorregionais de Saúde, entre os dias 30 de janeiro e 26 de março de 2024. Novamente a cooperação com a OPAS foi essencial que apoiou com profissionais especialistas para compor a equipe que iria à campo. O conteúdo programático das capacitações foi organizado em dois dias, sendo o primeiro voltado para o PEC ARBO, um instrumento para organizar, planejar, e guiar ações mais oportunas e assertivas para resposta oportuna às emergências em Saúde Pública por arboviroses. O PEC ARBO, assim como

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR

os Planos Municipais de Contingência são instrumentos rotineiramente elaborados, porém apresentam um grande gargalo, são “instrumentos de gaveta”, elaborados com antecedência, mas não utilizados quando mais são necessários.

O segundo dia das capacitações abordou o manejo clínico dos pacientes com dengue, chikungunya e febre amarela, abordando tópicos como o acolhimento inicial, classificação de risco, diagnóstico e acompanhamento laboratorial das arboviroses.

A última etapa da iniciativa, foi a realização de uma oficina de Avaliação Pós-Evento, nos dias 9 e 10 de julho, organizada pela Coordenação Estadual de Vigilância das Arboviroses e Controle Vetorial (CEVARB- CV) em colaboração com a OPAS, trazendo novamente sua expertise. A oficina teve como principais objetivos compreender os desafios enfrentados durante a epidemia e identificar quais foram as lições aprendidas. Dessa forma, a metodologia torna-se retroalimentável, fechando um ciclo completo de planejamento, execução e avaliação, que garantirão uma resposta mais efetiva e qualificada em um próximo período epidêmico, em que o planejamento poderá ser realizado de forma mais assertiva e, também, com mais antecedência.

Quais são os objetivos da iniciativa?

Os objetivos da iniciativa foram:

*Fortalecer os sistemas de preparação e resposta às emergências em saúde pública, garantindo uma atuação coordenada e eficiente durante surtos/epidemia;

*Capacitar as áreas técnicas de Vigilância, Assistência em Saúde, dentre outras, dos 853 municípios de Minas Gerais para que houvesse uma resposta mais qualificada e efetiva à epidemia de arboviroses;

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR

*Capacitar profissionais de saúde no manejo clínico dos pacientes com dengue, chikungunya e febre amarela, abordando tópicos como o acolhimento inicial, classificação de risco, diagnóstico e acompanhamento laboratorial das arboviroses, garantindo que o tratamento e recuperação dos pacientes ocorresse da melhor forma, não avançando para quadros graves;

*Replicar metodologias de Gestão de Emergências de Saúde e Risco de Desastres, orientando na revisão e utilização dos Planos de Contingência de Enfrentamento de Arboviroses (PEC ARBO) e Planos Municipais de Contingência para o Enfrentamento das Arboviroses (PMC-ARBO), e de como estabelecer centros de operações de emergência (COE) para uma gestão eficiente das ações durante surtos;

*Avaliar as políticas e ações implementadas após surtos/epidemia, buscando continuamente aprimorar as medidas de prevenção, controle e resposta para futuros períodos sazonais.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

Para o enfrentamento das arboviroses é importante o fortalecimento dos eixos: de vigilância, assistência, gestão, comunicação e o laboratório. Portanto, o público-alvo são os profissionais da saúde das áreas de Atenção Primária em Saúde, Atenção às Urgências e Emergências, Atenção Especializada, Atenção Hospitalar, Vigilância Epidemiológica, Centro de Informações Estratégicas e Resposta de Vigilância em Saúde (CIEVS), Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (RENAVEH), Laboratório Central de Saúde Pública e Assessoria de Comunicação Social. Assim como gestores e profissionais de saúde municipais e regionais e, também, os cidadãos do estado de Minas Gerais.

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR**Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?**

A iniciativa de Qualificação da gestão de emergências em arboviroses a partir do uso de estratégias de inovação e cooperações internacionais foi composta por três principais etapas de implementação que compõe a metodologia de Gestão de Emergências de Saúde e Risco de Desastres: (1) Preparação; (2) Resposta; (3) Avaliação.

1. PREPARAÇÃO

A Subsecretaria de Vigilância em Saúde da SES-MG, em cooperação com a OPAS, promoveu um exercício simulado de surto de arboviroses nos dias 23 e 24 de novembro de 2023, em Belo Horizonte. O evento visou identificar lacunas e fortalecer os sistemas de preparação e resposta, discutindo os componentes essenciais do Plano Estadual de Contingência de Arboviroses, utilizando exercícios simulados para fortalecer capacidades e identificar fragilidades. Os eixos de vigilância, assistência, gestão, comunicação e laboratório foram fundamentais para organizar e implementar ações e estratégias direcionadas no estado de Minas Gerais. Esta metodologia é ministrada pela OPAS para as equipes técnicas e gestores da Secretaria de Estado de Saúde que, posteriormente, seria replicada para os municípios de Minas Gerais.

2. RESPOSTA

Essa etapa contemplou todas as ações e estratégias que foram desenvolvidas para resposta da epidemia, sendo elas:

Estratégias de Monitoramento e Coordenação: Intensificação das rotinas de monitoramento de indicadores por meio do Comitê Estadual de Enfrentamento das Arboviroses, organizando ações em níveis central e regional e Implementação do Centros de Operações de Emergência responsáveis pela gestão operacional desses planos em situações de impacto na saúde pública.

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR

Planos de Contingência e Gestão de risco: Aperfeiçoamento dos sistemas de preparação com foco no controle das operações e elaboração e revisão de planos de contingência. Regionalização das Estratégias: Adaptação das estratégias de enfrentamento às realidades regionais, compreendendo melhor o contexto e as complexidades de cada área para uma resposta mais eficaz. Os esforços para o enfrentamento da epidemia duraram até meados de junho, com a decretação do fim da emergência no dia 2 de julho.

3. AVALIAÇÃO

Após a epidemia, foi realizada uma oficina de avaliação técnica das ações realizadas, visando identificar os principais desafios e lições aprendidas vividos durante o período de emergência em saúde, buscando assim aprimorar as medidas de prevenção, controle, capacidade de resposta e monitoramento para futuros surtos.

Essas inovações permitiram ao estado de Minas Gerais antecipar e preparar-se de maneira mais eficaz para o enfrentamento das arboviroses, estabelecendo novas formas de tratar problemas antigos com inovação e estratégias mais efetivas.

Após a etapa de avaliação, a equipe técnica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde do estado de Minas Gerais poderá acertar os pontos e se preparar de forma ainda mais efetiva para o surgimento de uma próxima epidemia, podendo reiniciar o ciclo de etapas aqui descrito: Preparação, Resposta e Avaliação.

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Fortalecer os sistemas de preparação e resposta às emergências em saúde pública, garantindo uma atuação coordenada e eficiente durante surtos/epidemia; implementação da metodologia	Qualificar metodologia de enfrentamento aos surtos e emergências relacionadas a arboviroses	Padronização da metodologia em todo o território do estado de Minas Gerais para o fortalecimento dos sistemas de preparação e respostas; direcionamento das ações em áreas de maiores riscos e capacidade de planejamento hábil.	Novembro de 2023 a julho de 2024	Reuniões de monitoramento de projeto de implementação da iniciativa
Capacitar as áreas técnicas da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais para resposta à epidemia de arboviroses	Realização de oficina de simulação de surtos/epidemia	Nova metodologia incorporada e equipe técnica qualificada para realização das ações e multiplicação nas macrorregionais do estado.	23 e 24 de novembro de 2023	Realização da oficina

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR

Capacitar profissionais de saúde no manejo clínico dos pacientes com dengue, chikungunya e febre amarela	Realizar capacitação presencial em manejo clínico para profissionais de saúde abordando tópicos como o acolhimento inicial, classificação de risco e diagnóstico	16 macrorregionais capacitadas presencialmente contribuindo para menor letalidade da doença	30 de janeiro e 26 de março de 2024	Planilha de monitoramento e painel BI
Replicar metodologias de Gestão de Emergências de Saúde e Risco de Desastres	Capacitar referências técnicas municipais presencialmente replicando metodologia de Gestão de Emergências de Saúde e Risco de Desastres	16 macrorregionais capacitadas presencialmente	30 de janeiro e 26 de março de 2024	Planilha de monitoramento
Avaliar as ações implementadas após surtos/epidemia	Realizar Evento de Avaliação Pós-Epidemia identificando desafios e lições aprendidas	Principais desafios e lições aprendidas da epidemia de 2024 identificados, registrados e compartilhados entre referências técnicas e gestores da SES-MG	9 e 10 de julho de 2024	Realização da oficina

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR**Como os recursos foram utilizados?****Recursos Humanos:**

Foram sensibilizados multiplicadores da equipe técnica do nível central da SES-MG, por meio das Unidades Regionais de Saúde, na capacitação denominada "Qualificação em arboviroses: manejo clínico e Planos de Contingência", programada para ocorrer nas 16 macrorregiões de saúde. O evento contou com a participação de gestores municipais, coordenadores de vigilância e assistência, além de médicos e enfermeiros que atuam na rede pública dos municípios pertencentes a cada macrorregião de saúde.

Recursos Financeiros:

O governo estadual repassou um incentivo de R\$32,2 milhões aos municípios mineiros para o combate à dengue, zika e chikungunya. Esse valor se soma aos R\$80,5 milhões repassados em dezembro, enquanto outros R\$32,2 milhões serão pagos no mês de julho. Ademais, o estado de Minas Gerais através do Termo de Cooperação com a OPAS, foram repassados R\$3.832.075,80 pelo Termo de Ajuste ?Vigilância Baseada em Dados e Respostas a Emergências em Saúde? que possibilitaram muitas das ações descritas.

Recursos Tecnológicos:

Em complementação às ações apresentadas investiu-se recentemente em duas inovações tecnológicas que também contribuirão para o enfrentamento das arboviroses:

1. Financiamento do projeto para drones como suporte às ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti* com o repasse de R\$30,5 milhões.
2. Implementação da Biofábrica Wolbachia como parte do Acordo Judicial que visa reparar os danos decorrentes do rompimento das barragens em Brumadinho, com orçamento total de aproximadamente R\$50 milhões.

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR**Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?**

Os exercícios de simulação realizados na pré-epidemia e a oficina realizada pós-epidemia identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos através de um processo abrangente de coleta de dados, análise e participação das comunidades. A coleta dos dados epidemiológicos foi decisiva para monitorar a incidência e a prevalência de arboviroses em todo o estado. Esse monitoramento contínuo permitiu identificar áreas de maior risco e a intensidade da epidemia, além de prever possíveis surtos. Ferramentas de predição e análise de dados foram fundamentais para antecipar a epidemia de 2024 e planejar as ações.

Para incentivo da participação dos cidadãos a SES-MG promoveu eventos como os Dias D no Combate às Arboviroses, que contaram com a adesão de centenas de municípios. Esses eventos não só mobilizaram a população para ações de combate ao mosquito, mas também serviram como momentos de coleta das principais preocupações e sugestões dos cidadãos.

A capacitação de multiplicadores e a formação de profissionais de saúde nas 16 macrorregiões de saúde permitiram que os gestores municipais, coordenadores de vigilância, assistência e comunicação, além de médicos e enfermeiros, contribuíssem com suas perspectivas e experiências locais, focando na população.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

A divulgação das informações é feita com muita transparência como o desenvolvimento de painéis de controle, como o painel de arboviroses, que permitem o acompanhamento em tempo real das ações e resultados. Além dos boletins epidemiológicos e outras informações que se encontram nas redes sociais e no site oficial da SES-MG, fornecendo informações acessíveis e em tempo real à população.

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR

Outro mecanismo de transparência para os dados referentes a SES, está disponível no e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), uma plataforma digital que viabiliza o acesso às informações públicas de órgãos e entidades estaduais, conforme preconizado pela Lei de Acesso à Informação. O propósito primordial desse sistema é simplificar o exercício do direito de acesso às informações públicas por parte de qualquer indivíduo, seja pessoa física ou jurídica.

Aedes | Painel de Monitoramento de Casos | Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (saude.mg.gov.br)

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

O estado de Minas Gerais, com seus 853 municípios, apresenta uma complexidade operacional significativa no enfrentamento das arboviroses. Reconhecendo essa diversidade territorial, a inovação nos processos e planejamento da Subsecretaria de Estado de Saúde juntamente com a OPAS visou alinhar e colaborar efetivamente com os municípios e as Unidades Regionais de Saúde. Esse alinhamento permitiu o direcionamento de ações e estratégias mais eficazes, respeitando as particularidades e necessidades específicas de cada região.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

Um dos fatores que pode ser apontado como fundamental para o sucesso da iniciativa foi a ajuda e cooperação técnica da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que contribuiu com a expertise e recursos adicionais para fortalecer as ações de preparação e resposta. Na maior epidemia já registrada por Minas Gerais até então, a cooperação com a OPAS se mostrou essencial, agregando muito para a qualificação das ações que foram realizadas.

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR

Outra colaboração crucial foi a união das diversas áreas temáticas envolvidas na gestão e resposta de emergência em saúde pública. Precisou-se de recursos humanos disponíveis para entender a metodologia e multiplicá-la para os municípios e regionais. Na realização dos simulados participaram representantes das regionais e da SES-MG, incluindo profissionais das áreas de Atenção Primária e Atenção Especializada em Saúde, Vigilância Epidemiológica, Laboratório Central de Saúde Pública, Gestão Regional e Comunicação.

Por fim, pode-se destacar também a revisão do Plano Estadual de Contingência, um documento já muito completo e importante na gestão de emergências em saúde pública, que ficou bem estruturado, e ganhou foco após as capacitações, deixando de ser um instrumento de gaveta e proporcionando uma resposta coordenada e abrangente em todo o território. A utilização de indicadores de monitoramento contínuo e a realização de simulações permitiram ajustes rápidos durante a implementação de todas as medidas do enfrentamento das arboviroses.

Responsável institucional:

Karina Maia Lage: Coordenadora

Equipe envolvida:

Nome	Cargo
Jaqueline Silva de Oliveira	Superintendente de Vigilância Epidemiológica
Danielle Costa Capistrano Chaves	Coordenadora de Vigilância de Arboviroses
Vanessa Normandio de Castro	Equipe Subsecretaria de Vigilância em Saúde

CATEGORIA 1 // 3º LUGAR**Links:**

<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/minas-gerais-treina-profissionais-para-o-combate-as-arboviroses>

<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/secretaria-de-saude-faz-avaliacao-tecnica-das-politicas-de-combate-a-dengue-em-minas-gerais>

Governo de Minas investe na capacitação em manejo clínico de enfrentamento das arboviroses para agilizar e melhorar assistência | Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (saude.mg.gov.br)

SES-MG promove capacitação em manejo clínico de arboviroses nas macrorregiões de Saúde Sul e Extremo Sul | Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (saude.mg.gov.br)

Aedes | Painel de Monitoramento de Casos | Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (saude.mg.gov.br)

CATEGORIA 02 - INOVAÇÃO EM SERVIÇOS OU POLÍTICAS PÚBLICAS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL

1º LUGAR:

Decreto nº 11.430/2023: Política de Cotas para Mulheres em Situação de Violência Doméstica nos Contratos Públicos

Instituição: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Resumo

a) O Brasil é um dos países com maiores índices de violência contra as mulheres no mundo, sendo a violência doméstica uma das principais, resultando em um cenário de vulnerabilidade dessas mulheres, que dificulta sua qualificação profissional e atuação social. A terceirização de serviços carrega um estigma de desumanização e precarização das relações de trabalho.

b) O Decreto no 11.430/2023, fruto de proposta elaborada pela equipe da DELOG/SEGES/MGI, representa um marco em regulamentação de ação afirmativa via contratações públicas. O decreto regulamenta o art. 25, § 9, inciso I (reserva de vagas para mulheres em situação de violência), e o art. 60, III (ações de equidade de gênero como critério de desempate em licitações), ambos da Lei no 14.133/2021.

c) O Decreto estabeleceu as regras para implementação da cota de 8% para mulheres em situação de violência doméstica nos contratos federais e, desde a sua entrada em vigor, foram formalizados, até o momento, 7 ACTs com Estados parceiros.

CATEGORIA 2 // 1º LUGAR**Qual era a situação-problema a ser enfrentada?**

O Brasil é um dos países com maiores índices de violência contra as mulheres no mundo. Essas violências, em geral, são perpetradas por alguém próximo e no ambiente doméstico e familiar, potencializando os seus efeitos psicológicos deletérios, uma vez que criam o sentimento de insegurança nos relacionamentos e no espaço que deveria ser de aconchego e afeto. A violência de gênero pavimenta uma trajetória de vulnerabilidades na vida das mulheres, dificultando sua qualificação profissional, inserção laboral e atuação

social. Um ciclo vicioso de vulnerabilidade é delineado, no qual devido à violência sofrida, as mulheres não conseguem ter autonomia econômica, e ao não ter autonomia, acabam ficando presas a relações abusivas. É necessário, portanto, que o Estado contribua com o rompimento desse ciclo, ampliando as oportunidades de autonomia econômica. E as contratações públicas podem ser um instrumento nesse sentido, ao reservar percentual mínimo de vagas para mulheres em situação de violência..

Qual foi a inovação implementada?

A reserva de vagas para mulheres em situação de violência encontra-se prevista pela lei geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021). Sua efetivação na prática no âmbito da Administração Pública federal dependia, entretanto, de regulamentação, a qual se deu por meio do Decreto no 11.430, proposto pela equipe da Diretoria de Normas e Sistemas de Logística (DELOG) da Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), e assinado pelo Presidente da República em 08 de março de 2023.

O decreto estabelece as regras para a operacionalização da cota de 8% para mulheres em situação de violência nas contratações de serviços contínuos com regime de

CATEGORIA 2 // 1º LUGAR

dedicação exclusiva de mão de obra. A regra se restringe a contratos com quantitativos mínimos de 25 colaboradores e as vagas incluem mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino e devem ser destinadas, prioritariamente, a mulheres pretas e pardas.

Além da reserva de vagas, o decreto regulamenta outro dispositivo da Lei no 14.133/2021 (art. 60, III), que estabelece, dentre os critérios de desempate em licitações, as ações de equidade de gênero desenvolvidas pelas empresas licitantes.

Além do decreto em si, a DELOG/SEGES elaborou, em conjunto com a Assessoria Especial de Cooperação Federativa do MGI e organizações parceiras ? Ministério das Mulheres, Ministério do Trabalho e Emprego e ONU Mulheres ? o Caderno de Logística ? Implementação do Decreto no 11.430/2023. O Caderno sintetiza os aspectos conceituais relacionados à questão da violência contra mulheres e traz um conjunto de orientações para que todas as partes interessadas envolvidas na implementação da política possam colocar em prática as regras do Decreto no 11.430/2023 de forma efetiva. O Caderno foi lançado em 08 de março de 2024, em webinar transmitido pelo portal do MGI no YouTube e encontra-se disponível, juntamente com outros materiais sobre a iniciativa, no portal [Compras.gov.br](https://compras.gov.br).

Quais são os objetivos da iniciativa?

O objetivo da iniciativa consiste na utilização do poder de compra governamental como um instrumento para romper o ciclo de violência doméstica sofrida pelas mulheres, em especial a violência de caráter patrimonial, que coloca a mulher em situação de dependência total de seu agressor, por meio da oferta não apenas de oportunidades de trabalho, mas também de um ambiente seguro e inclusivo.

A norma visa, ainda, fomentar a construção de uma cultura voltada à equidade de gênero no ambiente de trabalho, tanto nos próprios órgãos públicos como nas empresas por eles

CATEGORIA 2 // 1º LUGAR

contratadas. Essa medida não apenas contribui para a reintegração social das mulheres em situação de vulnerabilidade, mas também sinaliza um compromisso do governo em promover a equidade de gênero e combater a violência doméstica, fortalecendo os direitos e a segurança das mulheres em todo o país.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

O público direta e indiretamente afetado pela iniciativa são: os órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional que realizam contratações de serviços de natureza contínua e com regime de dedicação exclusiva de mão de obra; os organismos estaduais de políticas para mulheres (OPM), que realizam o atendimento às mulheres vítimas de violência; as empresas que prestam serviços aos órgãos e entidades federais; e as mulheres em situação de violência doméstica familiar atendidas pelos OPM.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

A partir da promulgação da Lei no 14.133/2021, a equipe da DELOG/SEGES deu início à elaboração de proposta de decreto para regulamentação do seu art. 25, § 9º, inciso I (reserva de vagas para mulheres vítimas de violência) e do art. 60, inciso III (ações de equidade como critério de desempate em licitações).

A proposta foi objeto de consulta pública, realizada durante o mês de março de 2022, e passou pela análise dos órgãos de assessoramento jurídico competentes. Após a realização dos necessários ajustes à minuta inicialmente proposta, foi elaborada a respectiva Exposição de Motivos, a qual foi submetida à apreciação da Presidência da República, processo que resultou na assinatura do Decreto no 11.430, em 8 de março de 2023.

A partir do início da vigência do decreto, foram adotadas ações voltadas à sua efetivação, tais como a confecção de modelos de contratos pela Advocacia Geral da União (AGU)

CATEGORIA 2 // 1º LUGAR

e pela Coordenação-Geral de Normas da DELOG/SEGES, bem como foram iniciadas as primeiras tratativas junto aos governos subnacionais, para fins de celebração de Acordos de Cooperação Técnica (ACT), instrumento definido pelo Decreto no 11.430/2023 como condição para operacionalização da regra pelos órgãos federais nas suas contratações.

Os primeiros a celebrarem ACT com o governo federal foram o governo do Distrito Federal (GDF) e o Estado do Rio Grande do Norte, ainda em 2023. Em 2024, outros estados passaram a integrar a lista de parceiros da iniciativa: Maranhão, Bahia, Piauí, Rio de Janeiro e Paraíba. Outros estados estão em processo de negociação para a formalização ainda em 2024.

O piloto de implementação da cota foi o próprio MGI, no âmbito do Colabora Gov, arranjo que envolve 13 Ministérios, no qual foram contratadas, até o momento, 14 mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Cota para mulheres em situação de violência	8% das vaga	Contrato-piloto MGI: 14 mulheres contratadas pela cota	01/03/24 a 19/07/24	Relatório gerencia
Formalização de ACT com Estados parceiros	formalizados	7 ACT formalizados	08/03/23 a 19/07/24	Publicação de extratos no DOU

CATEGORIA 2 // 1º LUGAR**Outras informações sobre os resultados da iniciativa:**

Desde a publicação do Decreto no 11.430/2023, foram celebrados 7 Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com o DF e Estados parceiros, que viabilizam a adoção da regra pelos órgãos e entidades federais sediados nesses estados. O contrato-piloto da iniciativa celebrado pelo MGI já conta com 14 mulheres contratadas através da cota de 8%.

A DELOG/SEGES trabalha, neste momento, na adaptação da norma e do sistema de gestão de contratos (Contratos.gov.br) para facilitar o monitoramento de novos indicadores relacionados ao cumprimento do decreto pelos órgãos contratantes e pelas empresas contratadas, tais como aspectos relacionados a gênero e raça, dentre outros.

Como os recursos foram utilizados?***Recursos Humanos:***

Equipe de servidores da DELOG/SEGES e parceiros - 12 pessoas

Atuação no processo de elaboração do Decreto e em ações de comunicação da inicia

Recursos Tecnológicos:

Realização de webinar para lançamento do Caderno de Logística - Implementação do Decreto no 11.430/2023 (portal do MGI no YouTube)

Disponibilização de conteúdo orientativo em página específica do Portal de Compras do Governo Federal.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

As necessidades dos usuários beneficiados pela iniciativa foram identificadas a partir do diálogo da DELOG/SEGES junto a organizações parceiras, integrantes ou não da

CATEGORIA 2 // 1º LUGAR

estrutura do governo, bem como por meio da realização de consulta pública sobre a proposta de regulamentação.

Após a publicação do Decreto no 11.430/2023, a DELOG/SEGES promoveu ações de comunicação (publicação de notícias e realização de webinar de lançamento do Caderno de Logística), bem como disponibilizou canal para atendimento dos usuários da norma (email da Coordenação-Geral de Normas).

Foi identificada, ainda, a necessidade de realização de ações formativas junto aos atores envolvidos na aplicação da regra, por meio de oficinas realizadas em formato híbrido nos Estados parceiros.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

Publicação dos extratos dos Acordos de Cooperação Técnica (ACT) no Diário Oficial da União.

Página exclusiva sobre a iniciativa no portal Compras.gov.br, com publicação de orientações, modelos de documentos e contatos dos organismos estaduais de políticas para mulheres (OPM): <https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/>

Disponibilização de canal de atendimento
(e-mail institucional: cgnor.seges@gestao.gov.br).

CATEGORIA 2 // 1º LUGAR**Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?**

A principal barreira observada no processo de implementação da iniciativa consiste na falta de estrutura de muitos dos organismos estaduais de políticas para mulheres (OPM), que pode dificultar na viabilização da iniciativa na prática, dado que as listas de mulheres a serem beneficiadas pela iniciativa devem ser encaminhadas pelos referidos OPM.

Se o OPM não dispõe de uma estrutura de atendimento adequada, se não há uma coordenação entre os órgãos locais que prestam o primeiro atendimento às mulheres em situação de violência (por exemplo, delegacias de polícia, defensoria pública, secretaria de mulheres etc.), a sistematização das informações sobre as mulheres, a realização de ações de capacitação profissional e o encaminhamento dessas mulheres para as vagas previstas nos contratos públicos podem restar prejudicados.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

A conjunção de esforços entre diferentes áreas do MGI e entre diferentes órgãos do governo federal (Ministério das Mulheres), além da contribuição de organizações externas (ONU Mulheres) contribuiu significativamente para o sucesso quanto à edição do Decreto no 11.430/2023 e à publicação do Caderno de Logística.

Na ponta da implementação, o alinhamento de entendimentos, o estabelecimento de fluxos processuais simplificados e o diálogo permanente entre os OPM, os órgãos contratantes e as empresas contratadas também constituem fatores decisivos para o sucesso da iniciativa.

CATEGORIA 2 // 1º LUGAR**Responsável institucional:**

Roberto Seara Machado Pojo Rego - Secretário de Gestão e Inovação

Equipe envolvida:

Nome	Cargo
Thais Sabará Vieira de Góes	Arquiteta e Urbanista
Scheyla Cristina de Souza Belmiro do Amaral	Economista
Kadu Freire de Abreu	Coordenador de Acompanhamento Normativo
Denize Coelho Cavalcanti	Coordenadora de Sustentabilidade
Herbert Borges de Barros	Secretário Adjunto de Gestão e Inovação
Everton Batista dos Santos	Diretor de Normas e Sistemas de Logística
Kathyana Dantas Machado Buonafina	Secretária Adjunta de Gestão e Inovação

Parceiros:

Cargo	Instituição	Cargo
Danilo MarascanBertazzi	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Chefe Assessoria Especial de Cooperação Federativa
Mariana Brito	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Coordenadora Geral de Cooperação Federativa em Ges

Links:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/>

<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-logistica-decreto11430-ver1.pdf/>

<https://www.youtube.com/watch?v=RBrFgMcYKIM>

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR**Programa Centelha**

Instituição: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Resumo

O Programa Centelha é uma iniciativa de fomento à inovação que tem como objetivo estimular a criação de empreendimentos inovadores e disseminar a cultura empreendedora no Brasil, oferecendo capacitações, recursos financeiros e suporte para transformar ideias inovadoras em negócios de sucesso. Realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e a Fundação CERTI, o programa é executado de forma descentralizada, principalmente pelas fundações estaduais de amparo à pesquisa, que contam com o apoio técnico e financeiro do MCTI e de suas agências de fomento.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

Os diagnósticos existentes sobre o Sistema Nacional de C,T&I convergem ao constatar que o Brasil conseguiu constituir um sistema robusto de pesquisa e pós-graduação, possibilitando avanços importantes na formação de recursos humanos e na ampliação da produção científica nacional. Por isso, a participação brasileira na ciência mundial aumentou significativamente nas últimas décadas, tornando-se compatível com a situação encontrada em países mais desenvolvidos. No entanto, o avanço da ciência brasileira não se refletiu na melhoria dos indicadores tecnológicos e de inovação nas empresas. O fraco desempenho tecnológico das empresas se reflete em déficits na balança comercial e na pauta de exportações do Brasil, composta majoritariamente

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

por commodities e produtos de baixo conteúdo tecnológico. A mudança desse padrão em direção a um modelo mais dinâmico de inserção internacional depende, fundamentalmente, da capacitação tecnológica das empresas nacionais.

O Brasil precisa vencer grandes desafios relacionados à inovação, incluindo ampliar o número de empresas inovadoras, aumentar as atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) nas empresas brasileiras e promover maior interação destas com outros atores do SNCTI. Para elevar sua produtividade e competitividade, as empresas brasileiras precisam e o Estado deve incentivá-las. Nos últimos anos, se formou um consenso entre os especialistas de que era preciso criar no país um programa nacional de apoio a empreendimentos inovadores em estágios iniciais, como de ideação e de prototipação, que oferecesse orientação e suporte ao processo de criação de startups.

Qual foi a inovação implementada?

O Centelha é uma iniciativa de fomento à inovação que tem como objetivo estimular a criação de empreendimentos inovadores e disseminar a cultura empreendedora no Brasil, oferecendo capacitações, recursos financeiros e suporte para transformar ideias inovadoras em negócios de sucesso. Realizado pelo MCTI e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e a Fundação CERTI, o programa é executado de forma descentralizada, principalmente pelas fundações estaduais de amparo à pesquisa, que contam com o apoio técnico e financeiro do MCTI e de suas agências de fomento.

O Centelha foi criado pela Portaria MCTI no 4.082/2018 e visa preencher uma lacuna existente entre a concepção de ideias nas universidades e a aplicação da ciência e tecnologia gerada em soluções inovadoras para o mercado, bem como completar o portfólio de instrumentos disponibilizados pela FINEP para apoiar o desenvolvimento

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

de projetos inovadores. Além disso, o Programa objetiva contribuir para ampliação da quantidade e melhoria da qualidade das propostas de empreendimentos de base tecnológica submetidas aos ambientes promotores de inovação existentes no país, tais como incubadoras e aceleradoras de empresas, espaços de coworking, laboratórios abertos de prototipagem, parques e polos tecnológicos, entre outros, promovendo assim o desenvolvimento econômico e social de todo o território através da criação de novas empresas e tecnologias.

A iniciativa permite o desenvolvimento da cultura empreendedora no país e principalmente, a interiorização das melhores práticas no campo da inovação, para além dos grandes centros. É uma oportunidade para que pessoas físicas possam apresentar seus projetos e testá-los, receber capacitações e investimento semente para abertura de seus negócios. Transformar ideias inovadoras em negócios de sucesso e ser o primeiro impulso para quem quer empreender, são os dois grandes lemas da iniciativa, uma vez que, apoiar a criação de novas empresas contribui para o desenvolvimento econômico regional por meio da criação de novos empregos, geração de impostos e renda e para o desenvolvimento de novas tecnologias com potencial de impacto nos diversos setores econômicos.

A estrutura de governança do Centelha foi desenhada de modo a valorizar o trabalho cooperado entre os atores envolvidos, por meio da articulação institucional e cooperação com órgãos e entidades da administração pública estadual que atuam na área de ciência, tecnologia e inovação, com o apoio técnico e financeiro do MCTI e das agências federais de fomento. No organograma estão importantes instituições, cada qual com um papel de relevância em três principais níveis: estratégico; técnico; e operacional.

O MCTI é responsável pela coordenação do Programa em nível nacional e por estabelecer estratégias de implementação, acompanhamento e avaliação. A Finep é responsável por auxiliar na formulação e no aperfeiçoamento das estratégias de implementação,

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

gestão, acompanhamento e avaliação do Programa; selecionar os parceiros operacionais estaduais; repassar subvenção econômica descentralizada; e realizar o acompanhamento e a avaliação da execução dos instrumentos firmados com os parceiros operacionais estaduais.

Os parceiros estratégicos compõem o nível técnico da governança. A CERTI, por meio de um Termo de Colaboração firmado junto ao MCTI, tem o papel de apoiar o MCTI e a Finep na implementação do Centelha, sendo responsável por oferecer a metodologia, ferramentas, suporte e orientação aos parceiros executores estaduais, além de acompanhar a execução do Programa em nível nacional e monitorar os seus resultados. O CONFAP atua como parceiro na articulação nacional dos órgãos de fomento estaduais e apoio à execução do Programa de forma descentralizada. Tem como papel fazer o intermédio entre as instituições promotoras e as Fundações de Amparo de todos os estados. E, por fim, o CNPq é responsável pela concessão de bolsas de fomento tecnológico, com a finalidade de capacitar e agregar recursos humanos nas empresas apoiadas, e pelo acompanhamento, avaliação e resultados das bolsas concedidas.

As instituições executoras (parceiros operacionais estaduais) compõem o nível operacional, de maneira que os estados interessados em participar do Programa submetem suas propostas à carta convite lançada pela Finep. Firmado o acordo entre as partes, compete aos Parceiros Operacionais Estaduais do Programa Centelha, implementar, gerir, acompanhar e avaliar o Programa em nível estadual, em consonância com as diretrizes e orientações do MCTI e das agências federais de fomento; promover a articulação entre os diversos atores que construíram a rede de parceiros do Programa em nível estadual; e realizar os processos de seleção, contratação e acompanhamento dos projetos, atuando em nome da Finep no repasse dos recursos da subvenção econômica, conforme as normas, diretrizes e orientações técnicas do Programa. Atualmente, são instituições executoras do Programa Centelha em cada Unidade Federativa participante.

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR**Quais são os objetivos da iniciativa?**

Estimular a criação de empreendimentos inovadores, a partir da geração de novas ideias e disseminar a cultura do empreendedorismo inovador em todo território nacional, incentivando a mobilização e a articulação institucional dos atores nos ecossistemas locais, estaduais e regionais de inovação do país, são as diretrizes principais da iniciativa. Para além das diretrizes, foram definidos os seguintes objetivos:

1. Disseminar a cultura do empreendedorismo inovador nas Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTs) brasileiras, incentivando alunos e pesquisadores a criarem empresas inovadoras e de alto crescimento;
2. Promover a formação e a capacitação de empreendedores inovadores em todo o País;
3. Incentivar a apropriação dos resultados da pesquisa produzida nas ICTs no desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores;
4. Incentivar a criação de empresas inovadoras em áreas e setores estratégicos para o desenvolvimento sustentável do País;
5. Ampliar a quantidade de empreendimentos inovadores nos ambientes promotores da inovação, incluindo as incubadoras e aceleradoras de empresas, parques e polos científicos e tecnológicos;
6. Estimular o adensamento tecnológico das cadeias produtivas da economia brasileira por meio da criação de empresas fornecedoras de produtos, processos e serviços inovadores para empresas já consolidadas no mercado nacional; e
7. Melhorar a competitividade da economia brasileira por meio da ampliação da quantidade de empresas brasileiras atuando em segmentos de alto conteúdo científico e tecnológico no mercado internacional.

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR**Qual é o público-alvo da iniciativa?**

1. Equipes Executoras do Programa em cada UF, para o fortalecimento de agentes locais para a execução do programa de forma descentralizada, com metodologias padronizadas e suporte;
2. Pessoas físicas ou empresas de até 12 meses, para promover a formação e a capacitação de empreendedores em todo o Brasil e disseminar a cultura do empreendedorismo inovador nas ICTs, incentivando alunos e pesquisadores;
3. Atores dos ecossistemas de inovação, como avaliadores, parceiros, entre outros.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

A metodologia do Programa Centelha é composta por cinco etapas principais:

Antes de abrir as inscrições do Centelha no estado, é realizada a mobilização dos atores locais para a união dos esforços na Etapa 1 de Articulação e Preparação, essencial para o sucesso das demais etapas do Programa. Nesta etapa, é feita toda a preparação para a abertura das inscrições: preparação da chamada pública de acordo com o modelo nacional e a customização para cada estado, estruturação da rede de parceiros, articulação da rede de avaliadores e a preparação do plano de divulgação do programa.

Na sequência, todas as estratégias desenhadas na etapa 1 são colocadas em prática e é feito o lançamento do edital, inaugurando a Etapa 2, de Divulgação e Captação. Neste momento todos os esforços são voltados para levar o Programa ao conhecimento de todos os potenciais empreendedores, para atrair candidatos que possuam ideias inovadoras nas temáticas e setores descritos na chamada. Os movimentos realizados nesta etapa incluem a realização de eventos de divulgação e capacitação de estudantes, professores, pesquisadores, inventores, empreendedores e todos os interessados

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

a submeterem suas propostas de inovação, por meio do Sistema Web do Programa Centelha.

A Etapa 3, de Capacitação, Avaliação e Seleção é considerada o "Core" do Programa. Uma das mais robustas, é neste momento em que acontece todo o processo seletivo das ideias inovadoras, com a realização da capacitação dos empreendedores e submissão das propostas em 03 fases: Ideia inovadora; Projeto de Empreendimento; e projeto de Fomento.

O processo de seleção é composto por 3 fases em formato de funil para permitir aos participantes o amadurecimento de suas propostas conforme avançam nas fases. Todas as atividades são realizadas online, por meio do Sistema Web do Programa Centelha, criado exclusivamente para receber as inscrições e para a realização das avaliações dos projetos.

Em cada fase do processo seletivo, os proponentes recebem capacitações e preenchem o formulário específico com informações que serão avaliadas por um time de especialistas, seguindo os critérios estipulados no Edital. Cada estado segue as diretrizes gerais do Programa Centelha para a avaliação e seleção de ideias e projetos. Ao final da Etapa 3, todos os aprovados devem constituir empresa ou, aqueles que já possuem CNPJ dentro dos critérios do Programa, devem apresentar a documentação na Etapa 4, de Contratação. Após a formalização dos negócios, as empresas recebem a subvenção econômica e todos os demais benefícios oferecidos, destinados ao desenvolvimento de suas inovações.

Durante os 12 meses seguintes, as novas empresas se dedicam a aplicar os recursos e executar o cronograma de desenvolvimento do produto ou serviço inovador, na quinta e última etapa do Centelha, chamada de Acompanhamento. Este nome deve-se de fato ao acompanhamento que é realizado junto às empresas, que recebem mais uma série

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

de capacitações e suporte para que ao final do Programa, tenham realizado pelo menos a primeira venda.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Estimular a criação de empreendimentos inovadores, a partir da geração de novas ideias e disseminar a cultura do Empreendedorismo inovador em todo território nacional	Estimular a criação de Empreendimentos inovadores, a partir da geração de novas ideias e disseminar a cultura do empreendedorismo inovador em todo território nacional, incentivando	O programa recebeu a inscrição de 15.471 ideias inovadoras oriundas de 1.009 municípios, envolvendo 38.770 empreendedores em suas equipes, sendo contratados 473 projetos de P,D&I.	09/12/2018 a 15/04/2022	Relatório de Execução do Objeto do Termo de Colaboração com a CERTI

Outras informações sobre os resultados da iniciativa:

A primeira edição do Programa Centelha teve 19 estados que lançaram suas chamadas públicas, adotaram o Sistema Web da Fundação CERTI e aplicaram a metodologia do Programa de forma descentralizada em sua região. Com isso, o Centelha pode ser capilarizado em todas as regiões do país, com o envolvimento de quase 40 mil cidadãos. Foram realizados cerca de 700 eventos de articulação e divulgação, que contaram com a participação de mais de 35 mil pessoas. Mais de mil instituições ativas no ecossistema de empreendedorismo e inovação foram mapeadas e acionadas de alguma forma para a mobilização provocada pelo Programa. As inscrições e participação dos empreendedores somaram 15.471 ideias inovadoras submetidas na plataforma do

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

Centelha e 6.926 ideias que ficaram nos rascunhos e não chegaram a ser efetivamente enviadas. A partir disso, desdobram-se mais de 20 mil empreendedores capacitados, sendo as capacitações disponibilizadas atingindo mais de 200 mil visualizações no perfil do Youtube do Programa.

Durante o processo seletivo, a Etapa 3, houve o envolvimento de mais de 2 mil avaliadores cadastrados na plataforma e a realização de mais de 40 mil avaliações nas propostas, nas 3 fases de seleção. O processo de avaliação resultou na aprovação e contratação de 498 projetos, que se transformaram em empresas com sede em mais de 120 municípios e receberam a subvenção econômica oferecida e os demais benefícios da Iniciativa. Foram quase R\$38 milhões investidos, entre subvenção e bolsas de apoio técnico, para a criação de quase 500 startups. No que se refere à comunicação e atingimento do público-alvo, as redes sociais oficiais do Programa somam mais de 13 mil espectadores.

Já a segunda edição, que teve início em 2021 e está em andamento, teve a adesão de 26 Unidades Federativas, apenas o estado do Acre não está participando. As 26 chamadas públicas foram lançadas e o Programa já atingiu mais de 27 mil empreendedores inscritos na plataforma, entre proponentes de ideias inovadoras e membros de equipes e recebeu mais de 11 mil propostas de inovação. Foram realizadas mais de 45,6 mil avaliações e o Banco Nacional de Avaliadores, implementado nesta segunda edição do Centelha, possui mais de 2,7 mil especialistas cadastrados. Até o momento, a segunda edição do Programa Centelha apoiou a criação de 1.049 startups, com sede em 277 municípios brasileiros. Apenas em subvenção econômica, o Centelha 2 prevê o investimento de R\$60,6 milhões nas empresas contempladas.

Em suma, a iniciativa nas suas duas edições, atingiu os seguintes resultados até o momento:

Ideias inovadoras recebidas: 26.516

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

Ideias inovadoras não submetidas (rascunho no sistema): 13.990

Empreendedores envolvidos: 65.820

Municípios envolvidos (origem das ideias): 1.576

Empresas apoiadas: 1.547

Municípios sede das empresas: 311

Avaliações realizadas: 85.915

Avaliadores cadastrados: 2.753

Para além das estatísticas gerais do Centelha, as empresas apoiadas na primeira edição do Programa já apresentam expressivos resultados. Um mapeamento realizado pela Fundação CERTI em 2022, no âmbito do Termo de Colaboração com o MCTI, demonstrou que das 437 startups respondentes (de 473 empresas), 91,3% das startups ainda estão ativas. Considerando o público-alvo do Centelha - pessoas físicas ou empresas com até 12 meses de formalização - e que a iniciativa foi lançada em 2018, com o primeiro edital aberto em 2019, o tempo médio de existência das startups apoiadas era de 3 anos no momento do mapeamento. A grande maioria delas foi formalizada a partir de 2019 (95%), com maior concentração em 2020 (73%), ano em que boa parte dos estados deram início às Etapas de Contratação e Acompanhamento do Programa.

Resgatando o histórico do investimento realizado - pelas organizações promotoras e executoras - para a implementação da primeira operação do Centelha em todos os 19 estados participantes, foram destinados ao Programa R\$40,1 milhões. Considerando apenas as importâncias aplicadas diretamente nas startups na forma de subvenção econômica e bolsas de apoio tecnológico, o montante é de R\$37,1 milhões (recursos

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

FNDCT/FINEP + FAP's + CNPq). Ao fazer a relação entre investimentos do Centelha e faturamento dos empreendimentos, o resultado econômico obtido pelas beneficiárias já supera o total de recursos nelas investidos: são R\$37,5 milhões faturados em um recorte temporal de 18 meses. As 399 empresas ativas apoiadas pelo Centelha faturaram no ano de 2021, juntas, R\$22,1 milhões e no primeiro semestre de 2022, a receita foi de R\$15,4 milhões.

Em relação às previsões de crescimento e faturamento, as empresas da primeira edição do Centelha declararam expectativas positivas de fecharem o segundo semestre de 2022 com R\$25,5 milhões faturados. Para 2023, a meta declarada somou R\$118,6 milhões, quantia que se justifica também pela previsão de entrada no mercado daquelas startups que ainda não realizam vendas.

As startups obtiveram resultados expressivos no que se refere à mercado, relações comerciais e expansão. Até agosto de 2022, foram realizadas 693.661 transações entre as empresas e clientes, e este número tem previsão de crescimento exponencial, já que se refere aos 43,9% das startups que já estão no mercado realizando vendas. Vale ressaltar que para empresas que desenvolvem softwares e aplicativos, por exemplo, é possível atingir com facilidade um alto número de transações em um curto período. Levando em conta o tempo médio de existência das startups e a característica do desenvolvimento de inovações, era esperado que, no recorte temporal em que o mapeamento foi realizado, nem todas estivessem com seus produtos no mercado. Das 399 empresas ativas, 224 (56,1%) ainda não realizam vendas, tendo como motivos principais apontados: a Finalização do produto/testes (39,5%); Ajustes em questões regulatórias (11,4%); e Mapeamento de mercado/acesso a clientes (9,5%).

No quesito quantidade de produtos ofertados, as empresas Centelha somaram 1.636 novas soluções inovadoras. Além de desenvolverem as ideias propostas no Programa, 46,6% das startups apoiadas criaram soluções e expandiram seus produtos. Com quase

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

2 mil soluções criadas, o número de clientes atendidos supera os 44 mil. Ressalta-se que o levantamento realizado buscou identificar o total de clientes acumulados pelas startups, não levando em conta análises de recorrência de clientes.

Ainda sobre mercado e relações comerciais, tem-se um dado interessante no aspecto de internacionalização: 12% das empresas que estão vendendo seus produtos exportam para 15 países. Os principais parceiros internacionais das empresas são Estados Unidos, Itália e México.

Os resultados descritos anteriormente são gerados pelos quase 2 mil empreendedores entre sócios e colaboradores das empresas. O número representa quase 2 mil postos de trabalho e foi estimado com base na quantidade de sócios e de colaboradores com diversos vínculos, declarada pelos respondentes no preenchimento do questionário.

A parceria com universidades, laboratórios, institutos de pesquisa e organizações voltadas à ciência, tecnologia e inovação no geral, é fundamental não só para a disseminação da iniciativa, mas para o suporte às empresas no desenvolvimento das soluções inovadoras. Neste contexto, as startups apoiadas pelo Programa somam 79 patentes registradas e 145 pedidos de patentes depositados. Além disso, 28,2% das empresas desenvolvem seus produtos em parceria com Incubadoras, Laboratórios, Fábricas e Parques Tecnológicos, 35,6% foram incubadas e 32,3% passaram por processo de aceleração. Fazendo um recorte para as equipes das startups, foi estimada a participação de 929 integrantes na função de sócios: 77,7% dos sócios possuem Pós-Graduação, 17,4% possuem Graduação e 4,8% o Ensino Médio ou Técnico completo. Ainda em relação à Pós-Graduação, a estimativa apontou a divisão de 36% na titulação de Doutorado, 24,7% na titulação de Mestrado e 17,1% com títulos de Especialização/MBA.

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR**Como os recursos foram utilizados?****Recursos Humanos:**

O Programa tem a participação da equipe de servidores do MCTI que tratam da seleção de propostas para execução do termo de colaboração com a equipe gestora, descentralização dos recursos financeiros e acompanhamento dos resultados.

Recursos Financeiros:

O Centelha teve como investimento total R\$ 40.144.138,22, divididos em:

- Suporte à implementação do Programa - MCTI (R\$ 3.000.000,00);
- Subvenção descentralizada para apoio às empresas - Finep (R\$ 20.348.000,16);
- Bolsas de Fomento Tecnológico para as empresas - CNPq (R\$ 3.270.000,00); e
- Contrapartida dos parceiros estaduais de subvenção econômica + bolsas de apoio tecnológico. Fundações de Amparo à Pesquisa e Instituições Executoras (R\$ 13.526.138,06).

Na segunda edição, a previsão de investimento total é de:

- Suporte à implementação do Programa - MCTI (R\$ 6.635.935,17);
- Subvenção descentralizada para apoio às empresas - Finep (R\$ 40.190.000,16);
- Bolsas de Fomento Tecnológico para as empresas - CNPq (R\$ xxxxxx) e
- Contrapartida dos parceiros estaduais de subvenção econômica + bolsas de apoio tecnológico - Fundações de Amparo à Pesquisa e Instituições Executoras (R\$ 20.440.692,89).

Recursos Tecnológicos:

A plataforma web disponibilizada pela CERTI possibilita às fundações de apoio estaduais adotarem metodologias padronizadas e utilizarem a mesma plataforma para sua execução.

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR***Outros Recursos:***

O Programa conta ainda com redes sociais para divulgação dos eventos e cursos.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

Durante a execução da iniciativa os participantes do Programa enviam constantemente uma série de feedbacks sobre a operação, assim como os pontos de melhoria que poderiam ser aplicados. Graças a esse tipo de interação, é possível realizar o aprimoramento das ações de modo eficiente, corrigindo e evitando potenciais problemas. Os feedbacks são recebidos pelos diversos canais e nas duas edições da iniciativa foram aplicadas pesquisas de satisfação por meio de formulários online.

Apenas na segunda edição, foram recebidas mais de 13 mil respostas a pesquisas de satisfação do público-alvo e envolvidos na iniciativa: Equipes Executoras, Avaliadores e Empreendedores. Todas as respostas foram analisadas, compiladas e disponibilizadas aos promotores da iniciativa para identificação das necessidades dos usuários.

Além das pesquisas de satisfação, no âmbito do Termo de Colaboração com o MCTI, a Fundação CERTI entre os meses de agosto e novembro de 2022, realizou junto às startups apoiadas pelo Programa Centelha em sua primeira edição, um levantamento de informações para identificar o status, resultados atingidos, bem como a percepção acerca das contribuições do Programa para as empresas.

O mapeamento se deu por meio da aplicação de um questionário online, que foi respondido por 437 empresas (92,4%), das 473 definidas como universo da pesquisa. A metodologia para a construção da lista de perguntas, levou em conta aspectos quantitativos e qualitativos que possibilitaram uma análise exploratória dos dados em forma de tabelas e gráficos. Os resultados do mapeamento foram compilados e organizados em formato de e-book, assim como a história do Programa Centelha desde

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

a sua concepção. O material digital pode ser acessado no link: <https://programacentelha.com.br/#ebook>

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

O Programa Centelha disponibiliza os resultados, estatísticas, relatórios e outros dados, nos seguintes formatos:

- Dashboard de estatísticas do Programa em tempo real;
- Relatórios semanais e mensais de acompanhamento;
- Relatórios anuais de execução;
- Publicação das listas de aprovados nos Diários Oficiais estaduais; e
- Publicação das listas de aprovados no site institucional do Programa e das instituições executoras estaduais.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Os principais desafios relacionados à implementação de uma iniciativa nacional com execução descentralizada, estão relacionados ao alinhamento e sincronização das ações, da comunicação, dos processos institucionais e do cronograma para atender os diversos stakeholders. O alinhamento da comunicação com o público-alvo diversificado, diferenças regionais, institucionais, processo de convencimento para a garantia do sucesso do Programa, é essencial para o atingimento dos objetivos.

Durante a execução da prática inovadora, essas dificuldades foram e são superadas com a construção de uma metodologia validada e padronizada, que leva em conta os

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

aspectos culturais, regionais e orçamentário dos envolvidos, além do estabelecimento de um plano de comunicação unificado e de papéis de governança bem estabelecidos.

O monitoramento constante dos resultados permite o acompanhamento das ações e correção de rumos. Os ajustes de linguagem de comunicação junto ao público-alvo e parceiros, ajustes na metodologia, até se chegar a um ponto de equilíbrio que atendesse a necessidade de todos os envolvidos, também foram cruciais para vencer as barreiras de implementação do Programa Centelha.

Ainda, houve a necessidade de adaptação das atividades e processos devido à pandemia da COVID-19. A pandemia foi decretada em março de 2020, quando os processos da primeira edição do Programa já estavam estabelecidos - maioria dos editais lançados e operações já rodando -, e a segunda edição foi lançada em 2021 causando um impacto significativo na execução das ações. A nova realidade do isolamento social exigiu que a metodologia passasse a ser executada de forma remota, gerando reflexos no número de inscrições e na pulverização do Programa em todo o país. Foi possível aplicar estratégias para adaptação dos processos e, de forma natural, os atores envolvidos foram se adequando ao novo modelo.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

Criação de uma estrutura de governança que priorize o trabalho integrado de diferentes atores de ciência, tecnologia e inovação do país, em detrimento da centralização de esforços em uma única entidade ou instituição. A estrutura de governança do Programa Centelha foi criada de modo a valorizar o trabalho cooperado entre tais atores, garantindo que a soma de esforços individuais resulte em uma iniciativa sólida e capilarizada;

Fornecimento de metodologia consolidada e padronizada, com disponibilização de

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

ferramentas e materiais de apoio para as instituições executoras, o que garante que os processos sejam aplicados de forma isonômica em todo o território;

Criação, realização e disponibilização de capacitações acerca da metodologia para os atores envolvidos, a fim de alinhar as atividades e objetivos a serem atingidos de maneira uniforme; Ter como uma das diretrizes o fortalecimento da cultura do empreendedorismo inovador e dos atores do ecossistema de inovação, o que proporciona uma competição positiva entre os estados participantes com o lançamento das chamadas públicas;

Criação, realização e disponibilização de capacitações acerca de temáticas de empreendedorismo e inovação, com especialistas de referência no mercado e cases práticos, para todos os participantes do Programa. As capacitações para os empreendedores estão disponíveis de forma gratuita e acessível no canal do Youtube do Centelha e contribuem para a ampliação do conhecimento dos participantes e aumento da qualidade das propostas inovadoras submetidas;

Alto engajamento das instituições envolvidas em prol da disseminação e consolidação do Programa, demonstrado pelos resultados alcançados em todo o país em termos de número de inscrições, número de empresas apoiadas, entre outras evidências; e Realização de avaliação e monitoramento constante dos resultados alcançados.

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR**Responsável institucional:**

Felipe Lemos Sereno - Tecnologista

Equipe envolvida:

Nome	Cargo
Sheila Oliveira Pires	Diretora
Guilherme Calheiros	Secretário
Publio Vieira Valadares Ribeiro	Coordenador Geral de Ambiente Inovadores e Startups
Felipe Lemos Sereno	Tecnologista
Carlos Alberto de Matos	Coordenador de Ambiente Inovadores e Startups
Elis Edna Pessoa	Assistente em C&T
Cynthia Mayra Mascarenhas	Assistente em C&T

Parceiros:

Nome	Instituição	Cargo
André Nunes	FINEP	Superintendente
Carlos Alberto Filho	FINEP	Diretor
Celso Pansera	FINEP	Diretor Presidente
Frederick Vilamil	CERTI	Analista de Empreendedorismo e Inovação
Nicolle Amorim	CERTI	Analista de Empreendedorismo e Inovação
Helena Zanette	CERTI	Analista de Empreendedorismo e Inovação
Priscila Silva	CERTI	Coordenadora de Projetos de Empreendedorismo
Fernanda Campos	CERTI	Coordenadora do Núcleo de Empreendedorismo

CATEGORIA 2 // 2º LUGAR

André Pereira	CERTI	Gerente do Centro de Empreendedorismo
Laércio Silva	CERTI	Superintendente de Negócios
Gunter Pfeiffer	CERTI	Superintendente de Operações
Erich Muschellack	CERTI	Superintendente Geral - SG
Damisia Lima	CNPq	Coordenadora- Geral de Cooperação Nacional
Igor Cavalcante	CNPq	Coordenador de Parcerias Estaduais
Ricardo Galvão	CNPq	Presidente
Dalila Oliveira	CNPq	Diretora do Departamento de Cooperação Institucional

Links:

<https://www.programacentelha.com.br/>

<https://programacentelha.com.br/#ebook>

<https://www.youtube.com/programacentelha>

<https://www.instagram.com/programacentelha/>

<https://www.facebook.com/programacentelha>

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR**Registro Fácil: migração sem complicação**

Instituição: Polícia Federal

Resumo

As iniciativas do projeto “Registro Fácil: Migração Sem Complicação” demonstram como a tecnologia e processos inovadores podem melhorar a eficiência e a humanidade dos serviços públicos.

- 1. Formulário Digital:** Facilita o acesso às informações, reduzindo visitas presenciais à PF.
- 2. Automatização:** Envia e-mails com informações necessárias, melhorando a comunicação e entendimento.
- 3. Análise da Documentação por E-mail:** Policiais analisam documentos remotamente, oferecendo feedback imediato, evitando múltiplas visitas.
- 4. Agendamento:** Feito após a revisão documental, garantindo eficiência e segurança no atendimento.
- 5. Redução do Prazo de Espera:** Diminuição do tempo de espera de mais de um ano para 45 dias.
- 6. Aumento da Efetividade nos Agendamentos:** A taxa de sucesso aumentou de 33% para 96%.

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR

- 7. Custo Zero:** Implementação sem custos adicionais, usando recursos disponíveis de forma eficaz.
- 8. Atuação Mais Humanitária da PF:** Atendimento mais eficiente e humanizado, facilitando o acesso dos migrantes a serviços essenciais.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

Conforme dados obtidos a partir da Operação Acolhida, uma força-tarefa do governo federal brasileiro em colaboração com organizações sociais para atender e assistir imigrantes, Santa Catarina é o estado que mais recebeu venezuelanos nos últimos cinco anos no Brasil, totalizando 24 mil imigrantes entre o final de 2018 e julho de 2023. O processo atual de regularização de estrangeiros no Brasil, conduzido pela Polícia Federal (PF), envolve o agendamento de atendimento por meio de um sistema denominado Agenda. Nele, o estrangeiro interessado nos serviços oferecidos pela PF escolhe uma data para comparecer pessoalmente à unidade, munido de seus documentos.

Contudo, no site oficial do governo federal, não é claramente indicado qual serviço de regularização migratória é adequado para cada caso, exigindo familiaridade com conceitos complexos como “reconhecido como refugiado pelo CONARE” ou “reconhecido como apátrida pelo MJSP”. Muitos estrangeiros se apresentavam para atendimento sem compreender qual serviço precisavam, resultando na necessidade de uma orientação inicial, o que consumia tempo dos servidores, gerava custos de deslocamento e frustração para os migrantes.

Uma vez identificado o serviço desejado, os estrangeiros enfrentavam o segundo obstáculo: determinar quais documentos eram necessários para dar início ao processo.

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR

No modelo tradicional, frequentemente eram necessários segundo e terceiro agendamentos para corrigir e completar a documentação, o que implicava em mais deslocamentos dos migrantes. Em média, eram necessários TRÊS atendimentos presenciais para iniciar efetivamente UM processo de regularização, com prazos de espera para agendamento que chegavam a um ano e cinco meses. A eficácia dos agendamentos era de aproximadamente 33%, o que agravava a vulnerabilidade dos estrangeiros sem regularização.

Outro problema identificado foi o uso indevido de vagas de agendamento por sistemas automatizados (robôs) de empresas prestadoras de serviços de apoio aos estrangeiros, que comercializavam essas vagas.

Essa situação evidenciava a necessidade de melhorias tanto em eficiência, otimizando custos em relação aos resultados alcançados, quanto em eficácia, na medida em que se atingissem objetivos e metas estabelecidos, além de efetividade, produzindo mudanças significativas e duradouras para o público beneficiário.

Em resposta a esses desafios, após estudos e discussões com a equipe, optou-se pela implementação de um projeto piloto que propunha uma inversão no processo: em vez de exigir que o estrangeiro descubra qual serviço e documentação são necessários, ele seria guiado diretamente ao serviço desejado, recebendo automaticamente informações sobre os documentos exigidos. O agendamento presencial, com necessidade de deslocamento, seria realocado para o final do processo.

Qual foi a inovação implementada?

Para aprimorar o processo de atendimento, foi desenvolvido um formulário digital que guia o migrante de forma sistemática, levando-o por meio de suas respostas até o serviço mais apropriado para sua situação. Este formulário, projetado com linguagem acessível e

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR

disponível em múltiplos idiomas, permite iniciar o processo de forma universal, podendo ser acessado através de um QRcode disponibilizado fisicamente nas unidades, no site da SR/PF/SC, bem como em consulados e ONGs que oferecem assistência aos migrantes.

Após o preenchimento do formulário e a seleção do serviço desejado, o próximo desafio para o migrante era entender quais documentos seriam necessários para instruir o processo escolhido. Para resolver essa questão, utilizou-se o programa Power Automate da Microsoft. Esse programa automatiza o envio de e-mails personalizados a cada escolha de serviço no formulário, informando ao migrante sobre os documentos específicos exigidos para instrução do processo, além de fornecer orientações claras para os próximos passos. Para enfrentar o desafio da dificuldade de agendamento, foi adotada uma abordagem inovadora: antecipou-se a etapa de análise documental antes do agendamento presencial. Foi estabelecido um canal específico de e-

para recebimento e análise preliminar dos documentos. Cada e-mail enviado gera um processo individual, permitindo que o migrante interaja previamente com o analista responsável pelo seu caso, que avalia a documentação e solicita eventuais documentos adicionais. Somente após a verificação da completude dos documentos é que o analista responsável agendar o comparecimento pessoal do migrante. Esse procedimento visa assegurar que o agendamento seja feito apenas quando todos os documentos necessários estejam corretamente apresentados.

É crucial ressaltar que a automação implementada, utilizando exclusivamente ferramentas disponíveis na Polícia Federal, foi realizada sem NENHUM custo adicional. Combinada à revisão do processo de atendimento, essa iniciativa resultou em economia de recursos e proporcionou maior conforto ao migrante, além de aumentar significativamente a eficácia dos agendamentos. Agora, o migrante precisa comparecer à Polícia Federal apenas uma vez para completar sua regularização. O tempo de espera para agendamento, que anteriormente podia chegar a 1 ano e 5 meses, foi reduzido para no máximo 45 dias, e a eficácia dos agendamentos aumentou de aproximadamente 33% para 96%.

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR

Agora, a agenda é preenchida exclusivamente por migrantes que apresentam a documentação completa, eliminando a interferência de sistemas automatizados de empresas terceirizadas. Com um atendimento mais ágil, proporcionamos aos estrangeiros uma regularização mais rápida no Brasil, facilitando seu acesso a emprego, moradia e serviços em geral. Dessa forma, a Polícia Federal desempenha um papel humanitário fundamental em apoio aos migrantes, promovendo uma integração mais eficaz e digna na sociedade brasileira.

Quais são os objetivos da iniciativa?

- 1.** Universalizar o processo migratório;
- 2.** Facilitar o acesso à informação aos migrantes;
- 3.** Orientar para definição precisa do serviço desejado;
- 4.** Instruir, orientar e interagir virtualmente para a organização da documentação necessária para iniciar o processo;
- 5.** Otimizar o atendimento presencial através de agendamentos, minimizando a perda de vagas para prestação de informações que poderiam ser obtidas eletronicamente;
- 6.** Reduzir os custos ao migrante, evitando visitas físicas desnecessárias à unidade da PF;
- 7.** Maximizar a eficiência dos trabalho desenvolvido pelos servidores da PF;
- 8.** Priorizar um atendimento mais satisfatório e eficiente para os migrantes que necessitam regularizar sua situação migratória no Brasil.

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR**Qual é o público-alvo da iniciativa?**

Estrangeiros de todas as nacionalidades que buscam sua regularização migratória na Delegacia de Imigração da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

01/2023 - Início da elaboração do formulário destinado a auxiliar o migrante na identificação do serviço desejado.

02/2023 - Conclusão do formulário e início do desenvolvimento das soluções de automação, com criação de fluxos para cada possível resultado do formulário.

02/2023 - Conclusão da programação da automação e definição dos textos dos e-mails a serem enviados ao migrante após a definição do serviço no formulário.

03/2023 - Abertura da caixa de e-mail específica para o recebimento da documentação enviada pelos migrantes.

01 a 15 /04/2023 - Realização de testes e treinamento dos servidores e terceirizados do setor.

17/04/2023 - Início das operações do novo sistema de atendimento.

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Reduzir o tempo de espera para atendimento dos migrante	Diminuir substancialmente o prazo de espera para conclusão do processo migratório, o qual girava em torno de 1 ano e 5 meses	O prazo para finalização do processo foi reduzido para Aproximadamente 45 dias	Maio/2023 a Julho 2024	Através do tempo médio entre o envio da documentação pelo imigrante e a data de seu agendamento para coleta biométrica
Eliminar a necessidade de múltiplos deslocamentos dos migrantes	Reduzir a necessidade de comparecimentos presenciais a apenas uma vez	Os migrantes passaram a necessitar comparecer apenas uma vez à unidade física da Polícia Federal	Maio/2023 a Julho 2024	Através da implementação da nova agenda, a qual tem como requisito a ordem de antiguidade por processo completo, sendo incluídos apenas os processos prontos para o deferimento
Prevenir o uso indevido de "robôs" para preenchimento de vagas.	Assegurar que as vagas de agendamento sejam preenchidas apenas por migrantes com a documentação completa	As vagas passaram a ser preenchidas apenas por migrantes com a documentação completa, evitando a comercialização de vagas por empresas prestadoras de serviço	Maio/2023 a Julho 2024	O agendamento eletrônico foi encerrado, sendo o agendamento feito apenas após a análise da documentação do imigrante pelo policial, sendo a convocação feita por e-mail

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR

Aumentar a efetividade dos agendamentos	Elevar a taxa de efetividade dos agendamentos que ficava em torno de 33%, sendo necessário que o estrangeiro realizasse em média 3 agendamentos para concluir seu processo	A efetividade da agenda subiu para 96%, havendo a necessidade de apenas 1 agenda presencial para a conclusão do processo em face da análise prévia da documentação	Maio/2023 a Julho 2024	Pela criação do novo sistema de agendamento por email, onde o imigrante é convocado uma única vez
Otimizar o uso de recursos financeiros	Implementar automação do processo utilizando ferramentas já disponíveis na Polícia Federal sem necessidade de investimento adicional	automação foi realizada sem necessidade de investimento adicional, gerando economicidade	maio/2023 a julho 2024	O custo financeiro de criação e implementação do projeto foi zero, tendo sido despendido apenas recursos humanos diante da necessidade do treinamento da equipe
Proporcionar maior tranquilidade e satisfação aos migrantes	Reduzir frustrações decorrentes de múltiplos deslocamentos e longas esperas	O novo processo permitiu a imigrante que inicie, instrua e conclua seu processo com apenas um comparecimento na unidade da Polícia Federal	maio/2023 a julho 2024	Pela metodologia implementada, onde somente após o processo estar completamente instruído pelo imigrante é que se solicita seu comparecimento pessoal à unidade da PF

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR

Fortalecer a atuação humanitária da Polícia Federal	Promover a inclusão dos migrantes na sociedade brasileira através de um atendimento mais eficiente e humanitário	Com a regularização mais rápida, os migrantes puderam acessar Emprego, moradia e outros serviços essenciais de forma mais célere	maio/2023 a julho 2024	Através do feedback recebido de instituições que prestam auxílio ao imigrante, além da verificação da diminuição substancial do tempo médio para conclusão do processo
Universalizar o processo migratório	Tornar mais acessível e fácil a forma de dar início ao processo de regularização do estrangeiro no Brasil	O QR code do formulário encontra-se disponibilizado no site da PF de SC, e fisicamente na sede da PF em SC, bem como nos consulados e ONGs que prestam auxílio ao migrante. Atualmente 100% dos processos são iniciados por meio do preenchimento do formulário	maio/2023 a julho 2024	Por termos eliminado a necessidade de atendimento presencial para atuação como consultoria ao estrangeiro para definição do serviço que ele necessita
Maximizar os resultados obtidos com o trabalho dos servidores da PF	Aumentar a produtividade, mesmo não havendo incremento no número de pessoas atuando no setor	Aumento da quantidade de estrangeiros atendidos, mantendo a mesma quantidade de servidores atuando	maio/2023 a julho 2024	Pelos números apresentados nos sistemas oficiais da PF e também por números apresentados por que encaminham os Estrangeiros para o processo de imigração

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR**Como os recursos foram utilizados?*****Recursos Humanos:***

Os Recursos Humanos foram estrategicamente empregados durante a criação e implementação do novo processo de regularização de migrantes, que envolveu uma equipe reduzida da Polícia Federal. Nosso foco foi motivar os servidores, realinhando-os com o propósito do serviço e envolvendo-os nas melhorias esperadas no cotidiano do setor. Esses profissionais demonstraram um comprometimento excepcional ao lidar com um grande volume de processos, decorrente da alta demanda acumulada devido às limitações do processo anterior.

Recursos Financeiros:

Não foi necessário realizar qualquer despesa financeira para a criação e implementação do projeto. Utilizamos ferramentas já disponíveis na Polícia Federal, como Power Automate, Microsoft Forms e o e-mail institucional, eliminando a necessidade de investimentos adicionais.

Recursos Tecnológicos:

1. Formulário Digital: Utilizando o Microsoft Forms, desenvolvemos um formulário com navegação guiada e linguagem simplificada e traduzida, permitindo que estrangeiros identifiquem o serviço migratório desejado sem necessidade de comparecer presencialmente à Polícia Federal.
2. Automação de Processos: Com o Power Automate, implementamos fluxos automatizados para cada resposta no formulário. Isso resulta no envio automático de e-mails contendo a lista de documentos necessários e instruções específicas.
3. E-mail Institucional: Estabelecemos uma caixa de entrada de e-mails institucional dedicada à recepção de documentos dos imigrantes. Isso permite análise por parte dos policiais sem a necessidade de presença física.

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR

4. Interação Eletrônica: Os analistas oferecem orientações eletrônicas aos imigrantes e agendam a coleta biométrica e validação da documentação de forma virtual.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

Os problemas foram identificados por meio de: Observação Direta e Feedback: Observação direta e escuta dos desafios enfrentados pelos migrantes ao tentar agendar e ser atendido na Delegacia de Imigração da Superintendência de Polícia Federal em Santa Catarina.

Análise de Eficiência e Efetividade: Avaliação revelou uma baixa taxa de sucesso nos agendamentos para a conclusão do processo migratório, aproximadamente 33%, devido à necessidade de três ou mais visitas presenciais. Isso resultou em longos períodos de espera e dificuldades na obtenção de datas de agenda.

Também foi identificada a emergência de um mercado onde empresas usavam “bots” para capturar a maioria das vagas eletronicamente. Estudos e Conversas com a Equipe: Realização de estudos internos e conversas com a equipe para melhor entender as dificuldades enfrentadas e discutir possíveis soluções.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

Eliminação da Comercialização de Vagas: Implementamos a política de permitir agendamentos apenas por policiais, para migrantes com documentação completa, combatendo o uso de “robôs” e a venda de vagas por empresas. Isso promove maior transparência e equidade no acesso aos agendamentos. Universalização do acesso ao processo migratório: Introduzimos o QR Code para acesso ao formulário digital, disponível na Delegacia de Imigração de Florianópolis, no site da SR/PF/SC, consulados e ONGs.

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR

Essa medida facilita o acesso dos migrantes às informações necessárias e permite o início do processo migratório de forma online, eliminando a necessidade de visita física à Polícia Federal. Economicidade e transparência do processo: A análise preliminar da documentação por e-mail, com interação direta entre o migrante e o analista responsável, permite um controle rigoroso e transparente do processo. Os migrantes são informados claramente sobre os documentos necessários e recebem feedback sobre a completude da documentação antes de agendar o atendimento presencial. Isonomia quando do acesso à informação: A criação e disponibilização de um formulário digital que direciona os migrantes ao serviço adequado, combinado com automação para enviar a lista de documentos necessários e instruções para os próximos passos, garante que todos recebam informações consistentes, claras e padronizadas. Isso reforça a transparência no processo e assegura igualdade de acesso à informação.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

1. A automatização do envio de e-mails contendo instruções e a lista de documentos necessários para o serviço desejado pelo migrante foi desafiadora devido à falta de expertise na utilização do programa Power Automate entre os servidores da Polícia Federal.

Solução: Contamos com o suporte do órgão central de TI da PF, que providenciou um especialista da Microsoft dos EUA para esclarecer dúvidas e assegurar o sucesso da implementação.

2. Implementar uma mudança radical no atendimento sem interrupção temporária na prestação dos serviços.

Solução: Capacitamos os servidores e terceirizados responsáveis pelos atendimentos, promovendo engajamento e motivação da equipe.

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR

3. Convencer, engajar e capacitar a equipe para adoção e correta operação do novo sistema.

Solução: Focamos em desenvolver uma compreensão empática da situação dos migrantes e uma visão eficaz de gestão da unidade.

4. A limitação da licença gratuita do Power Automate da Polícia Federal, que restringia o número de envios diários de e-mails, resultando em atrasos no recebimento da lista de documentos após o envio do formulário de serviço.

Solução: Iniciamos o processo licitatório para contratação da versão premium do software.

5. Lidar com o volume significativo de solicitações recebidas rapidamente pela unidade, decorrente da remoção de barreiras no acesso ao início do processo migratório.

Solução: Motivamos a equipe e organizamos mutirões para atender à demanda emergencial.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

1. Compreensão e Apoio da Chefia Imediata: A criação e implementação do processo contaram com o apoio da chefia imediata, cuja validação só pôde ser verificada após a implementação. Este apoio foi especialmente significativo, dado que a iniciativa começou como um projeto piloto conduzido por apenas três servidores da Polícia Federal.

2. Apoio Incondicional da Equipe: A equipe, mesmo em número reduzido, demonstrou total engajamento com o projeto desde o início e trabalhou intensamente acima de suas capacidades. Isso foi evidente quando um grande volume de processos chegou quase simultaneamente à unidade, devido à acumulação de demanda por atendimento.

CATEGORIA 2 // 3º LUGAR

3. Disponibilidade das Ferramentas de Informática: A implementação da solução foi viabilizada pela disponibilidade das ferramentas de informática necessárias.

Responsável institucional:

Raffael De Bona Dutra - Delegado de Polícia Federal

Equipe envolvida:

Nome	Cargo
Thompson Thales Silvestrin	Agente de Polícia Federal
Márcia Aiko Tsunoda	Perita Criminal

Links:

<https://drive.google.com/file/d/103JW-vYMTjo972SR-xkGp9OxJrw8klOX/view>

<https://forms.office.com/r/Lc0UnzH2mi>

CATEGORIA 2 // Escolha do Público**Sistema de Certidões: Desburocratização da emissão de nada consta para agentes públicos pelas corregedorias do País**

Instituição: Controladoria-Geral da União

Resumo

O Sistema de Certidões da CGU melhorou o acesso a certidões correcionais no Poder Executivo Federal ao reduzir a burocracia e o tempo para emissão de certidões negativas. Antes, agentes públicos e privados enfrentavam dificuldades ao precisar consultar múltiplos órgãos para obter informações sobre sanções.

Desde 2020, o Sistema automatiza a emissão e validação de certidões integrando dados de bases dos sistemas correcionais como CGU-PJ, CGU-PAD, ePAD e Banco de Sanções, bem como cadastros CEIS, CNEP, CEPIM, centralizando informações correcionais. Até julho de 2024, foram emitidas mais de 2,7 milhões de certidões, sendo 1.106.840 em 2024, refletindo sua eficiência ao reduzir o tempo de obtenção e, por outro lado, reduzindo custos para a Administração Pública no processo de emissão de certidões correcionais, contribuindo para a maior celeridade do processo de contratação pública e contribuindo para a Transparência e o controle social.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

No contexto governamental brasileiro, a obtenção de certidões correcionais era frequentemente uma tarefa burocrática e morosa para os cidadãos, empresas e o próprio governo. A busca por informações exatas sobre sanções ou restrições aplicadas a agentes públicos ou entes privados, fundamentais para a nomeação de servidores públicos, processos de contratação pública, entre outros, normalmente obrigava o interessado na contratação a buscar o balcão de atendimento de diversos órgãos governamentais, de diferentes poderes e esferas de governo, uma vez que a maior parte dos bancos de dados não são integrados.

CATEGORIA 2 // Escolha do Público

A Controladoria-Geral da União (CGU) identificou essa problemática e buscou soluções para simplificar e agilizar esse processo. O objetivo da iniciativa foi tornar mais eficiente o acesso às certidões correcionais, a partir da emissão e a validação de certidões negativas correcionais que atestam a existência ou não de qualquer sanção impeditiva que ainda produza efeito jurídico, facilitando a vida dos usuários e reduzindo a carga administrativa do governo. A intervenção foi baseada na percepção dos gestores da Corregedoria- Geral durante a prática correcional ao longo dos anos, durante a rotina processual das unidades correcionais, eventos realizados pela Corregedoria-Geral da União, manifestações do fala.BR, entre outros.

O Sistema de Certidões da CGU é uma plataforma automatizada que emite e valida certidões negativas relacionadas a punições cadastradas nos sistemas correcionais. Ele abrange servidores e empregados públicos federais do Poder Executivo Federal, bem como entes privados. O problema que o sistema visa resolver é a necessidade de fornecer certidões correcionais de forma ágil e confiável, garantindo a transparência e a responsabilização pública.

Qual foi a inovação implementada?

A disponibilização à sociedade e governo do sistema de certidões da CGU representa uma contribuição significativa para a administração pública, pois simplifica um processo relevante para o dia a dia de muitos cidadãos e empresas na medida em que torna o processo de busca de certidões correcionais mais eficiente, reduzindo os custos e a quantidade de requisições para a obtenção dessas informações. Ao concentrar a emissão de certidões correcionais, a ferramenta aumenta a transparência nas relações entre governo e sociedade, trazendo benefícios tangíveis para os usuários e para a eficiência governamental.

A relevância do projeto está em sua capacidade de fornecer informações claras e confiáveis sobre a situação correcional de servidores e empresas. Isso contribui para

CATEGORIA 2 // Escolha do Público

a governança digital, permitindo que os cidadãos e órgãos públicos tomem decisões baseadas em dados confiáveis. Além disso, a automação reduz a burocracia e agiliza o acesso às certidões, beneficiando a sociedade como um todo.

Como demonstração da crescente relevância da plataforma, verifica-se que o sistema de Certidões já emitiu mais de 2,7 milhões de certidões negativas correcionais até o momento. Em 2023, 1.201.291 certidões foram emitidas, sendo 940.299 para entes privados e 260.992 para agentes públicos. Até julho de 2024, o sistema já emitiu 1.106.840 certidões, sendo 220.523 para Agentes Públicos e 886.317 para entes privados. Na falta do Sistema, todo este quantitativo de certidões correcionais emitidas de forma automática seriam emitidas de forma manual, sobrecarregando unidades correcionais de diversos órgãos e elevando o tempo de resposta ao cidadão de segundos para horas ou dias.

Quais são os objetivos da iniciativa?

- Automatizar a emissão de certidões negativas correcionais.
- Reduzir o tempo necessário para a emissão de certidões correcionais.
- Desburocratizar o processo de emissão de certidões correcionais.
- Reduzir o quantitativo de homem-hora alocado para a consulta e emissão de certidões negativas correcionais nas Unidades de Corregedorias do Poder Executivo Federal.

CATEGORIA 2 // Escolha do Público**Qual é o público-alvo da iniciativa?**

1. Órgãos e entidades públicas
2. Unidades interessadas na consulta de sanções.
3. Sociedade em geral, especialmente agentes públicos e entidades privadas.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

Agosto/2020 - início: testes em produção.

Dezembro/2020 - disponibilização do Sistema de Certidões em Produção.

Junho/2024 - implementação da consulta de registros do Banco de Sanções/CGU.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Automatizar a emissão de certidões correcionais no Poder Executivo Federal	Certidões negativas emitidas de forma automática	2,7 milhões de certidões negativas emitidas automaticamente	Dez/2020 a Jul/2024	Base de dados - CGUDATA - quantitativo de certidões emitidas

CATEGORIA 2 // Escolha do Público**Outras informações sobre os resultados da iniciativa:**

Os benefícios do sistema são múltiplos. Ele fortalece a confiança e a credibilidade na Administração Pública, uma vez que a utilização dos cadastros pode aumentar a confiança da sociedade na gestão pública, mostrando um compromisso com a integridade e a transparência; promove a credibilidade dos processos licitatórios, uma vez que há um esforço evidente para evitar corrupção e má conduta.

O Sistema fortalece também o combate à Corrupção e Promoção da Integridade. Com a exibição das sanções a partir de um CPF ou CNPJ pesquisado, a divulgação de empresas e pessoas sancionadas contribui para o combate à corrupção e para a promoção de práticas éticas nos negócios e na administração pública. Simplifica a identificação de irregularidades e práticas ilegais em processos públicos, gerando ganhos em transparência a partir do acesso fácil e rápido a certidões. Promove a agilidade, considerando que a automação reduz o tempo de resposta, beneficiando servidores, empresas e cidadãos.

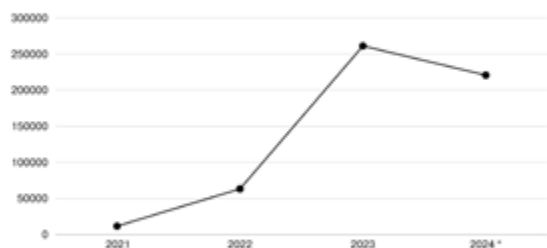
Melhora a prática da responsabilização de agentes públicos e entes privados, permitindo que as pessoas verifiquem a situação correcional de agentes públicos e empresas. Possibilita a redução de custos humanos, uma vez que apenas as consultas positivadas segundo os critérios de consulta geram demanda pela emissão de certidões manuais positivas com efeito negativa, reduzindo drasticamente o volume de certidões demandado às unidades de corregedoria. Antes, a emissão de todo o conjunto de certidões era manual.

Melhora do endereçamento das demandas, pois ao identificar os órgãos cadastradores das sanções, o Sistema de Certidões otimiza ao agente público ou ente privado a busca por informações mais detalhadas da sanção e a busca por soluções de tratamento desses casos.

CATEGORIA 2 // Escolha do Público

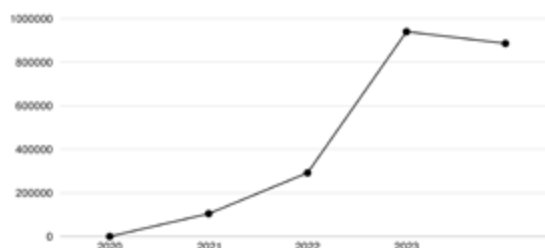
Os gráficos abaixo demonstram o quantitativo de certidões correccionais emitidas desde o início da implementação do sistema. Observa-se que o Sistema de Certidões vem se consolidando como uma ferramenta essencial para a Administração Pública.

Figura 1. Certidão negativa correccional - Agente Públicos (ePAD, e CGU-PAD, Banco de Sanções) - evolução de número de certidões emitidas



Fonte: CGUDATA. Sanções contabilizadas até 18 de julho de 2024.

Figura 2. Certidão negativa correccional (ePAD, e CGU-PJ, CEIS, CNEP E CEPIM) - evolução de número de certidões emitidas



Fonte: CGUDATA. Sanções contabilizadas até 18 de julho de 2024.

Como os recursos foram utilizados?

Recursos Humanos:

Foram necessárias duas equipes da DTI, responsáveis pelo desenvolvimento e sustentação do Sistema de Certidões; e uma equipe da CGM, responsável pela operacionalização e evolução do sistema.

Recursos Financeiros:

O Sistema de Certidões não envolveu a alocação de recursos específicos para a ação, estando seus custos constantes nas rubricas orçamentárias relativas a custeio de pessoal e infraestrutura de tecnologia da informação da CGU.

Recursos Tecnológicos:

Servidores. APIs de comunicação com os sistemas correccionais. Página web da aplicação.

CATEGORIA 2 // Escolha do Público**Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?**

A situação problema verificada pela Corregedoria-Geral da União - CRG, enquanto supervisora da atividade correcional do Poder Executivo Federal - PEF, era que havia uma grande demanda às Corregedorias do Poder Executivo Federal para a emissão de certidões correcionais, com dados que poderiam ser obtidos a partir dos dados e informações disponíveis em sistemas já operacionalizados por essas Unidades. No próprio desenvolvimento do trabalho das Unidades Correcionais, verificou-se que era um problema comum aos demais poderes e esferas, de forma que o órgão passou a priorizar soluções que contribuíssem para a alteração desta realidade também para outros entes, de forma que o Sistema está sendo estruturado para também permitir a emissão de certidões por corregedorias estaduais e municipais que tenham interesse em aderir ao Sistema.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

O Sistema de Certidões é integrado ao Portal da Transparência (<https://portaldatransparencia.gov.br/>) e ao Banco de Sanções. Abaixo temos os principais cadastros federais referentes às sanções que são consultados para a emissão de Certidões Negativas:

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) - Consolida a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que restringiram o direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP) - Consolida as sanções aplicadas a pessoas jurídicas, pela prática de atos lesivos, com base na Lei no 12.846/2013.

Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF) - Consolida as sanções expulsivas

CATEGORIA 2 // Escolha do Público

aplicadas a servidores públicos, como demissões e cassação de aposentadorias.

Acordos de Leniência - Acordos de Leniência celebrados por todas as autoridades legitimadas pela Lei no 12.846/2013.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

A implementação do sistema de certidões requer que os órgãos cadastradores mantenham as informações registradas de forma correta e atualizada, de forma a refletir de forma fidedigna o teor das certidões emitidas.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

Ampliação da exigência da certidão negativa correcional nos requisitos de cadastro para participação de certames em contratações públicas.

Responsável institucional:

Daniel Rodrigues Pelles - Coordenador-Geral de Modernização da CRG

CATEGORIA 2 // Escolha do Público**Equipe envolvida:**

Nome	Cargo
Fabiola Ferreira Rodrigues Signoretti	Outro
Viviane Souza Gomes	Outro
Oscar Haruo Miyake	Auditor Federal de Finanças e Controle
Marcio Haruzo Otta	Auditor Federal de Finanças e Controle
Marcelo Machado Justo Pinheiro	Auditor Federal de Finanças e Controle
Euclides Pereira do Lago Júnior	Auditor Federal de Finanças e Controle
Bárbara Diniz Pessoa Garcia	Auditor Federal de Finanças e Controle
Tatiana Penna Vicentine	Auditor Federal de Finanças e Controle
Victor Hugo Silva do Nascimento	Auditor Federal de Finanças e Controle
Marcos Sampaio dos Reis Alencar	Auditor Federal de Finanças e Controle
Marco Aurélio de Aguiar Santos	Auditor Federal de Finanças e Controle
Jéssica Lacerda Félix	Auditor Federal de Finanças e Controle
Iuri de Moura Carneiro	Auditor Federal de Finanças e Controle
Gabriel Cardoso Pimenta	Auditor Federal de Finanças e Controle
Frederico Oliveira de Paula	Auditor Federal de Finanças e Controle
Fabio Sampaio da Costa	Auditor Federal de Finanças e Controle
Bruno Felipe dos Santos Pinto	Outro
Diego Araújo de Castro	Analista Técnico de Políticas Sociais

Links:

<https://certidoes.cgu.gov.br/>

<https://cgugovbr.sharepoint.com/:o/s/ou-crg-cgmc/>

[En5BABVD2FLAIPDLkMBdZq8BmKAK4E6N9BavEJNs0TJ2zQ?e=AiKLkR](https://cgugovbr.sharepoint.com/:o/s/ou-crg-cgmc/En5BABVD2FLAIPDLkMBdZq8BmKAK4E6N9BavEJNs0TJ2zQ?e=AiKLkR)

CATEGORIA 3: INOVAÇÃO EM SERVIÇOS OU POLÍTICAS PÚBLICAS NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, DO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAL (MUNICÍPIOS OU CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS COM MAIS DE 200 MIL HABITANTES)

1º LUGAR

Programa de Recondicionamento de Computadores e Inclusão Digital - Sukatech

Instituição: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás

Resumo

Instituído por meio do Decreto Estadual n.º 9718, de 24 de setembro de 2020, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, o Sukatech é um Programa operacionalizado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, em parceria com a OSC Programando o Futuro, que tem como finalidade apoiar o descarte correto e sustentável de equipamentos, materiais e bens de informática da administração pública estadual, e proporcionar acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação.

Para tanto, o referido decreto institui que todos os órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional têm a responsabilidade e a incumbência de comunicar ao órgão administrador do programa a existência de equipamentos de informática e eletrônicos, peças-parte ou componentes classificados como ociosos, recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis.

Para promoção da Logística Reversa e da Economia Circular, o projeto do Governo do Estado de Goiás, através da SECTI, prevê a estruturação e a operacionalização de um Centro de Recondicionamento e Capacitação (CRC), visando a implementação das políticas públicas nacionais formuladas pelo Governo Federal, capaz de reciclar e recondicionar resíduos eletroeletrônicos, animar a cadeia produtiva do segmento, capacitar jovens e adolescentes na área e promover a educação ambiental.

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

Desta forma, o projeto atua na reciclagem, reutilização e remanufatura dos equipamentos inservíveis advindos da Administração Pública (através do processo de desfazimento), recondicionando-os (ou destinando-os de forma ambientalmente correta) em um CRC, e doando-os a instituições públicas e/ou não-governamentais, que atuem na inclusão digital/social da população goiana.

Para além do recondicionamento dos computadores, o programa Sukatech capacita jovens e adolescentes, com aulas práticas no próprio CRC. Esses alunos recebem formação profissional através de cursos de formação em: informática básica; manutenção de computadores e celulares; e eletrônica e robótica livre, todos com acréscimo da matéria de empreendedorismo na carga horária, para que o egresso da capacitação tenha o conhecimento mínimo para abertura do próprio negócio. Ainda, há a promoção da conscientização social e sustentável dos alunos, com introdução à matéria de Ética e Responsabilidade Ambiental.

Desta forma, pode-se dizer que sua atuação está estruturada em três frentes:

I - A COLETA dos resíduos eletroeletrônicos, que contempla a separação por propriedade e o descarte correto, tecnicamente chamado de destinação. Da coleta resultará a matéria prima para a Capacitação;

II - A CAPACITAÇÃO é a atividade de formação profissionalizante desenvolvida pelos educadores sociais, voltada às tecnologias da informação e comunicação, estimulando a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento local. Da capacitação resultarão os equipamentos recondicionados, para reposição ao governo e/ou para atender a organizações ou outras entidades promotoras de inclusão digital/social;

III - A DOAÇÃO, a partir do recondicionamento de computadores. Os equipamentos para doação, redistribuição e outras parcerias, saem certificados a partir de recondicionamento,

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

troca dos componentes, na instalação de programas e aplicativos, na limpeza e no teste final.

No que tange às metas, em seu primeiro Plano de Trabalho estas eram:

Recolhimento de 500 toneladas de materiais eletrônicos;

Capacitação de 1000 pessoas formadas nos cursos de tecnologia; e Recondicionamento e doação de 1500 computadores doados à instituições públicas e/ou sem fins lucrativos.

Importante salientar que todas foram atingidas dentro do prazo de vigência contratual.

Finalizado o 1º Aditivo ao Termo de Colaboração, outros dois foram realizados, estes com a ampliação das metas, as quais estão relacionadas abaixo:

Aquisição de um novo caminhão para coleta de equipamentos eletrônicos;

Capacitação de 2100 alunos nos cursos de tecnologia, com previsão de certificados nos moldes da formação PRONATEC;

Recondicionamento e doação de 2000 computadores;

Coleta de 750 toneladas de resíduos eletrônicos;

Aquisição de um moinho, para inclusão de polímeros plásticos, com meta de 100 toneladas recolhidas;

Tratamento de painéis fotovoltaicos;

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

Descentralização do CRC, com implementação de 5 Sukatech Labs no interior;

Monetização/plano de investimento dos recursos gerados pela venda do material recolhido;

Contratação de serviço de avaliação, monitoramento e sistematização de informações, para análise dos impactos gerados pelo Programa. Atualmente, estamos em seu 3o Termo Aditivo, com um grande alcance por todo o estado e sempre buscando impactar positivamente no âmbito social e ambiental.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

O relatório "Global E-Waste Monitor 2017", realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), posicionou o Brasil como o maior produtor de lixo eletrônico na América Latina e o 7o no mundo, chegando a descartar, por ano, 1,5 milhão de toneladas. O estudo ainda aponta que o crescente volume de lixo eletrônico, incluindo produtos descartados, como baterias, tomadas/carregadores, celulares, laptops, televisores, refrigeradores e brinquedos eletrônicos, representam um importante ameaça ao meio ambiente e à saúde humana. Identificando em 2016, a geração de 44,7 milhões de toneladas métricas de resíduos eletrônicos no mundo, um aumento de 8% na comparação com 2014 e prevendo um crescimento de mais 17%, alcançando 52,2 milhões de toneladas métricas em 2021.

O lixo eletrônico analisado, continha depósitos de ouro, prata, cobre, paládio e outros materiais recuperáveis, cujo valor total era estimado em 55 bilhões de euros. Considerando que dentre os mercados emergentes, o Brasil é o país que gera o maior volume mundial de lixo eletroeletrônico per capita, com 0,5 kg por habitante, percebe-se, que as baixas taxas de reciclagem podem impactar negativamente a economia,

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

tendo em vista também a quantidade de material útil e de valor que não é reutilizado. Em 2014 o país gerou aproximadamente 1.100 mil toneladas de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos(REEE) pequenos, número que aumentou para 1.247 mil toneladas em 2015, segundo estudo da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SDP/MDIC) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Neste sentido, e analisando especificamente as questões estruturais/físicas dos órgãos públicos, um grande problema era o alto volume de resíduos eletrônicos acumulados/gerados, de forma que o acervo destes gerava transtornos físico-operacionais para a máquina estatal, bem como para o meio ambiente.

É evidente que o descarte inadequado de resíduos eletroeletrônicos gera poluição e perda de valor material, considerando a presença de materiais e metais preciosos em placas de circuito, fazendo-se necessária uma solução que facilitasse a recuperação desses materiais, transformando os resíduos em recursos e proporcionando um retorno econômico.

Por fim, sabe-se que a fabricação de novos eletrônicos consome muita energia e recursos, resultando em emissões significativas de carbono no meio ambiente. Desse modo, a consolidação da logística reversa no tratamento destes materiais é fundamental para a sustentabilidade econômica, preservação ambiental e qualidade da saúde coletiva.

Qual foi a inovação implementada?

A inovação implementada foi o desenho de uma política pública de logística reversa de tratamento e condicionamento de resíduos eletroeletrônicos produzidos pelos órgãos públicos do estado de Goiás, denominado de Programa Sukatech. A principal inovação é que o governo do estado não contribui mais com o descarte incorreto de lixo eletrônico, que agora vai para um Centro de Recondicionamento.

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

Assim, Goiás se tornou pioneiro no tratamento de resíduos oriundos do setor público, tendo a legislação mais ágil no desfazimento de patrimônio público, os quais, nos termos do §3o do art. 2o do Decreto no 9.718/2020, para ser considerado inservível deve ser classificado como: antieconômico, irrecuperável, ocioso e/ou Recuperável. Ainda, por meio do Decreto que instituiu o Projeto (Decreto Estadual no 9.718/2020), houve:

- A. A criação de um Centro de Recondicionamento de Computadores;
- B. O estabelecimento de uma estrutura logística de coleta e destinação de REEs;
- C. A implementação de uma trilha formativa de capacitação profissional em: informática básica; robótica e eletrônica; e manutenção de computadores e celulares; cursos estes em que os alunos utilizam dos próprios materiais e equipamentos do CRC para estudo e prática.

Destaque-se, ainda, as parcerias com outros Programas da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação: ?Goianas na Ciência e Inovação?, onde o Sukatech participa com a abertura de turmas específicas para mulheres nos cursos de tecnologia oferecidos e do programa: ?Cidadão Tech?, mais especificamente com o projeto ?Idoso Tech?, para o letramento digital de pessoas acima de 60 anos.

Quais são os objetivos da iniciativa?

Os objetivos do Programa baseiam-se em apoiar o descarte correto e sustentável de equipamentos, materiais e bens de informática da administração pública estadual e do setor privado, atuando na construção da logística reversa e economia circular do setor eletroeletrônico, ao passo em que recicla e recondiciona estes resíduos, que em sua maioria são provenientes de desfazimentos de órgãos da administração pública.

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

Além de animar a cadeia produtiva do segmento, o programa ainda capacita jovens e adolescentes em tecnologia, promovendo conscientização social a respeito do descarte correto destes materiais e sensibilizando-os por meio da educação ambiental, além de habilitá-los para atuarem no setor de tecnologia. No primeiro Plano de Trabalho (execução entre maio de 2021 e novembro de 2023), os objetivos específicos foram:

- Recondicionar e doar 1.500 computadores;
- Promover a reciclagem/recolhimento de 500 toneladas de lixo eletrônico;
- Capacitar 1000 alunos nos cursos de informática básica, manutenção de computadores e robótica e eletrônica;
- Promover 04 campanhas de educação ambiental, em forma de Gincana nas escolas e Caravana do descarte.

Ressalte-se que todas elas foram atingidas. Agora, em nosso Plano de Trabalho atual (novembro de 2023 a novembro de 2026), as metas/objetivos específicos foram ampliados, sendo:

- Implantação de novos polos descentralizados de economia circular e logística reversa no interior do Estado, com ao menos 5 SukatechLabs instalados no interior;
- Coleta de 750 toneladas de lixo eletrônico;
- Recondicionamento e doação de 2000 equipamentos eletrônicos, que poderão ser doados às escolas estaduais ou a outras instituições que fomentem a inclusão digital;
- Tratamento de polímeros plásticos, por meio de uma máquina moinho, com meta de 100 toneladas recolhidas;
- Capacitação de 2100 alunos nos cursos de: a) Informática Básica + empreendedorismo; Manutenção de Computadores e Celulares + empreendedorismo; e c) Eletrônica e

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

Robótica + empreendedorismo. Ainda neste sentido, há a previsão de certificação, via Pronatec, como curso de qualificação, para os alunos que fizerem a trilha de formação dos 3 (três) cursos, desde que preenchidos os requisitos necessários para tanto;

- Realização de campanhas educacionais e ambientais dentro do Estado, como gincanas nas Escolas e Caravanas do Descarte.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

A. Na Capacitação o público-alvo são adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, com a priorização de mulheres;

B. No recolhimento de eletrônicos: órgãos públicos do poder estadual e empresas privadas;

C. Nas doações de computadores e notebooks o público-alvo são as entidades filantrópicas (associações, institutos e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos).

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?**Principais etapas para implementação:**

A. Elaboração de um Projeto de Decreto, para aprovação do Programa de Recondicionamento de Equipamentos Eletrônicos no Estado, o qual fora aprovado e publicado em 24 de setembro de 2020, e instituiu o Programa (DECRETO No 9.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020);

B. Abertura de edital de Chamamento Público No 01/2020-SEDI, em sessão pública, conforme as disposições da Lei no 13.019/2014 e suas alterações: Nesta etapa, realizou-se a seleção de Organização da Sociedade Civil a fim de celebrar Termo de Colaboração,

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

objetivando a estruturação e a operacionalização de um Centro de Recondicionamento e Capacitação - CRC capaz de reciclar e recondicionar resíduos eletroeletrônicos, animar a cadeia produtiva do segmento, capacitar jovens e adolescentes na área e promover a educação ambiental. Importante destacar que a vencedora do Chamamento foi a OSC ?Programando o Futuro?, com publicação do resultado no Diário Oficial em 08 de janeiro de 2021.

C. Adequação, Estruturação e Inauguração da Unidade Polo de Economia Circular - CRC: Nesta etapa, primeiramente buscou-se por um local onde pudesse ser instalada a sede do CRC, o qual foi implementado na quadra de esportes da Escola do Futuro José Luiz Bittencourt, projeto este que também é de competência desta Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Após, iniciou-se a estruturação e adequação física, com reforma e aquisição de mobiliários e serviços. Por fim, a realização da inauguração no final do 2o semestre de 2021.

D. Recondicionamento de computadores - Coleta/destinação e distribuição de computadores para os pontos de inclusão digital em Goiás, com entrega de software de gestão com objetivo de centralizar os dados gerados de toda a operação: Nesta etapa, fora realizado um workshop de movimentação de bens para apresentação do Programa aos gestores de órgãos públicos, instruindo-os quanto ao Processo de Desfazimento de Bens. Ainda, houve a aquisição de caminhão para transporte e recolhimento dos equipamentos a serem recondicionados/doados, junto da aquisição de materiais para transporte (caixas, plástico bolha e fitas).

E. Capacitação dos jovens/adultos e recursos humanos: Nesta etapa, realizou-se a contratação de técnicos especializados para ministração dos cursos de capacitação, além da aquisição de material didático. Ainda, foram contratados os demais colaboradores necessários, tais como: coordenador geral, supervisores e auxiliares técnico e logístico.

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

F. Campanhas educacionais: Nesta etapa, visando o atingimento das metas do plano de trabalho, fora contratado serviço de criação e modelagem de campanha ambiental; serviço de avaliação, monitoramento e sistematização de informações; material de divulgação e criação da identidade visual do mascote "Sukatron" das campanhas.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Certificar alunos em curso de tecnologia	1000	1537	junho de 2021 a junho de 2024	Através dos certificados de conclusão
Doar computadores recondicionados	1500	1858	junho de 2021 a junho de 2024	Através dos termos de doação
Coletar resíduos eletroeletrônicos	500 toneladas	616,10 toneladas	junho de 2021 a junho de 2024	Relatório gravimétrico de recebimento

Outras informações sobre os resultados da iniciativa:

Do início do Projeto até o mês de junho de 2024, os principais resultados foram:

- 1.537 alunos certificados nos cursos de tecnologia;
- Mais de 11.646 alunos impactados em campanhas educacionais;
- Mais de 72 entidades atendidas com inclusão digital;
- Mais de 1500 computadores doados;
- Mais de 500 toneladas de resíduos recolhidos;

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

- 260 toneladas de resíduos para reciclagem;
- 9 PEVs (pontos de entrega voluntária) instalados;
- 3 premiações recebidas pelo programa (Prêmio Goiás Sustentável 2023 pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento (SEMAD));
- Prêmio Destaque em Sustentabilidade, no concurso de boas práticas da Secretaria de Estado da Administração (SEAD);
- Prêmio no Seminário Internacional dos Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos (SIREE), que tinha como temática principal: "Resíduos eletroeletrônicos: novos caminhos para a transição energética e economia circular".

Os indicadores de monitoramento e avaliação são entregues pela OSC "Programando o Futuro" e validados pelo governo. Periodicamente, um servidor da SECTI (geralmente o(a) gestor(a) do contrato visita a sede para verificar como está o andamento das atividades, elaborando um relatório de visita técnica.

Semestralmente, o gestor do CRC encaminha um PDF, à SECTI, contendo:

- a) Relatório de todas as atividades acadêmicas desenvolvidas no CRC;
- b) Relatório dos equipamentos eletroeletrônicos inservíveis que entraram no CRC;
- c) Relatório dos equipamentos eletroeletrônicos que foram recondicionados e qual o local de doação;
- d) Relatório descritivo e fotográfico com detalhamento das obras propostas e executadas para adequação;
- f) Relatório Fotográfico dos cursos em andamento e das aulas práticas;

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

- g) Cópia do material pedagógico utilizado nos cursos oferecidos no CRC;
- h) Cópia dos certificados entregues aos alunos concluintes dos cursos de capacitação com a devida comprovação de carga horária cumprida pelos alunos;
- i) Relatório descritivo das campanhas com detalhamento dos quantitativos arrecadados, número de pessoas envolvidas, impactos gerados;
- j) Relatório descritivo das atividades envolvendo as gincanas, com detalhamento do material pedagógico utilizado, detalhamento das ações desenvolvidas, detalhamento dos membros da comunidade escolar envolvidos na ação.

Os presentes dados foram levantados com base nos relatórios e um dashboard (BI) apresentado e disponibilizado pela OSC executora do Projeto, a qual faz a alimentação por meio um software específico, que gera os dados.

Por fim, válido mencionar que em nosso aditivo (para execução do projeto entre 2023 e 2026) fora acrescentado a necessidade de entrega de um Relatório de impacto socioambiental dos resíduos coletados e encaminhados para reciclagem/recondicionamento, além da previsão de contratação de um serviço de avaliação, monitoramento e sistematização de informações, para análise dos impactos gerados pelo Programa.

Como os recursos foram utilizados?***Recursos Humanos:***

A equipe interna das áreas tática e operacional do Programa na Secretaria, a qual atualmente faz parte da Gerência de Difusão de Ciência e Tecnologia, é composta por 3

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

(três) pessoas, sendo: um gerente; uma gestora de contrato; e um assessor.

O Programa também conta com o apoio de outras gerências da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável onde o Programa está alocado, membros do Escritório Setorial de Projetos, apoio do parceiro executor, a OS responsável pela logística, armazenamento, recondicionamento, certificações, ou seja, a maior parte do operacional do Programa. Ao todo são cerca de 16 pessoas envolvidas na iniciativa, de forma exclusiva ou não.

Recursos Financeiros:

Os recursos do Programa são provenientes do Fundo Protege e, para execução do Plano de Trabalho foram destinados um total de R\$2.950.598,16 (dois milhões, novecentos e cinquenta mil, quinhentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos). Deste valor, R\$368.926,32 foram destinados para custos de manutenção compartilhada entre a OS Gestora da Escola do Futuro José Luiz Bittencourt (proprietária do local onde o CRC está instalado) e a OSC vencedora do Chamamento Público do Sukatech, os quais cuidam da: vigilância, energia, limpeza, internet etc) e, R\$ 2.581.671,84 (dois milhões, quinhentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos) repassados para a Parceira-privada (Programando o Futuro), com o seguinte apostilamento:

A. R\$322.765,36? destinados à: Adequação, estruturação e inauguração da unidade polo de economia circular (CRC);

B. R\$261.660,80 destinados à: Realização de workshop de movimentação de bens e aquisição de veículo (caminhão de coleta) e demais insumos para recolhimento e doação de equipamentos eletrônicos;

C. R\$1.583.845,68 destinados à: Processo seletivo, contratação e despesas com encargos de 13 (treze) colaboradores para execução do Projeto no CRC, dentre:

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

Coordenador Geral (1), Coordenador Pedagógico (1), Supervisor Técnico (1), Supervisor Administrativo (1) e Auxiliar Técnico Logístico (3) e Educadores Sociais (6); e

D. R\$413.400,00 destinados à: Materiais e serviços necessários para a realização de campanhas educacionais.

No que tange à eficiência dos recursos utilizados, entendemos que estes foram bem aplicados. No curso do programa, houve um novo apostilamento para deslocamento de rubricas, a fim de atender da melhor forma às necessidades do projeto, considerando os recursos limitados que tínhamos para a execução de um projeto com tantas atividades simultâneas.

Recursos Tecnológicos:

Entre recursos tecnológicos, o Programa conta com painel de monitoramento de indicadores em Microsoft Power BI, um caminhão de logística dos resíduos eletroeletrônicos, computadores e instrumentos de verificação da qualidade dos resíduos eletroeletrônicos que chegam ao Centro de Recondicionamento.

Outros Recursos:

N/A

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

Através de pesquisas sobre o tema, verificou-se que, segundo o relatório Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (2019), produzido pelo Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana, a região Centro Oeste, mesmo com 79% de sua territorialidade coberta por serviço de coleta e gestão de resíduos sólidos, realiza somente 18,64% da destinação correta destes. Nesse sentido é possível identificar a necessidade de políticas que assegurem o aumento nos índices de gestão de resíduos

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

sólidos como elemento para o estabelecimento de uma cadeia produtiva sustentável e que chegue a um aproveitamento integral na gestão do acondicionamento dos resíduos, aumentando a vida útil dos produtos que seriam descartados.

Ainda, por meio de escutas ativas da cadeia produtiva, setor público e a sociedade civil como um todo - alvo da política pública -, constatou-se que para a resolução do problema ambiental e social do descarte incorreto de materiais eletroeletrônicos, poderíamos agir pela economia circular e logística reversa. Assim é possível uma maior vida útil ao eletroeletrônico, e ainda, sua destinação correta para a cadeia produtiva gera uma monetização, haja vista o valor econômico do resíduo.

No que se refere à necessidade de capacitação de jovens, sabe-se que as mudanças trazidas pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação provocaram impacto nos padrões da sociedade, atingindo todas as esferas da atividade humana. Assim, o conhecimento é determinante para acrescentar desenvolvimento social e humano para superação de desigualdades.

Neste sentido, a capacidade de desenvolvimento cultural, social e econômico da sociedade depende, necessariamente, do grau de informação e conhecimento disseminados, fazendo-se necessário que haja uma política de inclusão digital que tenha como premissa promover o acesso e uso das tecnologias da informação e comunicação pela população, que é o caso do Sukatech.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

É possível encontrar alguns dados do Programa por meio de informações fornecidas no site da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI - <https://goias.gov.br/inovacao/programa-sukatech/>), além das divulgações que sempre são feitas nas

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

redes sociais (instagram @sectigoias). Ainda, existe o Comitê de Compliance e a ouvidoria dentro da Pasta.

Os dados financeiros estão disponíveis no portal da transparência do Estado, com a descrição e principais informações do Projeto (<https://transparencia.go.gov.br/>).

Por fim, a entidade gestora "Programando o Futuro?" possui um site com alguns dos dados do Programa, com acesso disponibilizado a toda a população (<https://www.programandoofuturo.org.br/sukatech-goias-na-rota-da-inovacao/>).

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

A primeira dificuldade foi pelo fato do Projeto ter sido implementado durante a Pandemia de Covid-19, período em que a população estava em isolamento e em que os servidores dos órgãos públicos trabalhavam de forma remota ou híbrida. Tal evento atrasou o início das atividades de recolhimento e, principalmente, a abertura das turmas de capacitação. O atraso foi recompensado por meio de um esforço árduo para atingimento das metas após o período pandêmico.

Ainda no início, havia uma grande dificuldade quanto ao desfazimento de bens pelos órgãos públicos, visto as constantes dúvidas das comissões de patrimônio dos órgãos, por não saberem como deveriam realizar a autuação de um processo para tanto. Felizmente, essa dificuldade foi vencida com a elaboração de Instruções Normativas Intersecretariais, que esclareceram a forma como o processo deveria ocorrer, traduzindo. O disposto no Decreto 9718/2020, bem como, por meio da realização de workshops de desfazimento, onde pudemos sanar os principais questionamentos.

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

Neste mesmo sentido, destacamos que os gestores de patrimônio possuem amplo acesso à equipe do Programa e, sempre que necessário, entram em contato para eventuais esclarecimentos, o que facilita o processo.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

Diversos fatores contribuíram. Podemos citar:

A. O trabalho dinâmico e adaptável, que atua de forma simultânea em várias frentes; Que olha para as necessidades do mercado de trabalho e da comunidade em que está inserido, buscando, ainda, adaptar os cursos de tecnologia oferecidos para a real necessidade dos atendidos;

B. O investimento na melhoria da estrutura do CRC e a busca pela resolução, de forma rápida, dos problemas que surgem durante a execução de um projeto;

C. A relação harmoniosa que a Secretaria tem com a entidade gestora que executa o Projeto, a qual está em constante progresso e que, inclusive, obteve a certificação ISO 9001, que busca garantir a otimização dos processos por meio da Gestão da Qualidade;

D. A excelente aceitação dos gestores de patrimônio dos órgãos públicos estaduais quanto ao desfazimento dos bens nos moldes do Decreto 9718/2020, de forma que o Programa faz recolhimentos de eletrônicos por todo o Estado e soluciona o problema do acúmulo de resíduos em depósitos, que para além dos problemas ambientais, gerava preocupações em razão da falta de espaço;

E. A constante realização de parcerias com outros órgãos, através de termos de cooperação, por meio da instalação de PEVs (pontos de entrega voluntária de eletrônicos), onde destacamos nosso principal parceiro: SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente), que está nos apoiando na aquisição dos PEVs, devido ao alto custo de fabricação (em torno de R\$7000,00 cada);

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR

F. A busca por parceiros públicos dentro do Estado de Goiás, fora do âmbito do Poder Executivo, como é o caso do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) que, por meio de termos de doação é nosso principal parceiro no que se refere ao recolhimento de bens, devido à alta quantidade de doações de inservíveis;

G. A realização de campanhas educacionais e de sensibilização ambiental no Estado (como caravanas do descarte), em parceria com mais de 24 municípios, as quais beneficiam a população do Estado, principalmente a mais carente, e ainda dá a oportunidade de ganho de computadores recondicionados, através de sorteios.

H. E por fim, a divulgação em massa que o Programa busca fazer de suas atividades, por meio de noticiários locais de televisão, rádio, carros de som e sites da secretaria. Isso gera muita procura e traz uma excelente aprovação da população, pois torna perceptível o trabalho do Estado, que olha para a população em situação de vulnerabilidade.

Responsável institucional:

Valquiria Duarte Vieira Rodrigues - Gerente

CATEGORIA 3 // 1º LUGAR**Equipe envolvida:**

Nome	Cargo
Thiago Pereira da Silva	Chefe de Gabinete
Jose Porto Franca Neto	Assessor de Projetos
Clara Gomes Veloso da Silva	Chefe do Escritório Setorial de Projetos
Rafael Teixeira Escorcio Athayde	Assessor Técnico (PMO)
Marcia Pires Lobo	Gerente de Formação da Cultura da Sustentabilidade
Karll Cavalcante Pinto	Gerente de Fomento a Tec. Social, Colab.e Sustentabilidade
Jose Frederico Lyra Netto	Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação
Raphael dos Santos Veloso Martins	Subsecretário de Inovação Tecn. e Desenv. Sustent.
Valquiria Duarte Vieira Rodrigues	Superintendente
Thiago Henrique Aguiar da Silva	Assessor
Thiago Angelino Martins da Silva	Gerente de Difusão de C&T
Izis Karoline de Oliveira	Assessora e Gestora do contrato Sukatech

Parceiros:

Nome	Instituição	Cargo
Fabiana Maria Nunes Perini	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Gerente
Kaoara Batista de Sá	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Superintendente
Vilmar Simion	Programando o Futuro	Diretor
Kelly Cristina	Programando o Futuro	Coordenadora Geral

Links:

<https://goias.gov.br/inovacao/programa-sukatech/>

<https://transparencia.go.gov.br/>

<https://drive.google.com/drive/folders/1prgBfrrbkB3z-fgrpP9--L7OkKiwYHni?usp=sharing>

<https://www.programandoofuturo.org.br/sukatech-goias-na-rota-da-inovacao/>

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR**NAVIO - Navegação Ampliada para Vigilância Intensiva e Otimizada**

Instituição: Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul

Resumo

As comunidades ribeirinhas enfrentam dificuldades significativas para acessar cuidados de saúde adequados devido à distância geográfica, infraestrutura precária e recursos limitados, expondo-as a diversos riscos à saúde, incluindo patógenos zoonóticos emergentes e reemergentes. Neste sentido, esta iniciativa buscou implementar de forma inovadora um sistema móvel de monitoramento genômico para realizar vigilância em saúde itinerante na extensão do Rio Paraguai, visando detectar e monitorar patógenos emergentes e reemergentes com abordagem em saúde única. Esses esforços geram dados valiosos para informar e apoiar o controle e a disseminação desses patógenos em diferentes regiões. Com isso, cria-se uma política pública inclusiva que provê acesso aos serviços de saúde e vigilância de alta tecnologia em tempo real favorecendo a implementação de intervenções terapêuticas mais eficazes e estabelece uma vigilância eficiente para monitorar a disseminação de patógenos para outras regiões geográficas o que promove grande impacto positivo para a sociedade.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

Mato Grosso do Sul possui na extensão do Rio Paraguai comunidades ribeirinhas de difícil acesso, por isso, para levar atendimento a estas pessoas existe uma série de desafios complexos e interligados a serem vencidos. Primeiramente, o isolamento geográfico é um dos principais obstáculos. Muitas dessas comunidades estão situadas em áreas extremamente remotas, afastadas de centros urbanos e acessíveis apenas por meio de barcos. As viagens fluviais podem ser longas, levando horas ou até dias, e são frequentemente complicadas pelas condições variáveis dos rios, como as secas.

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR

Além disso, a infraestrutura precária agrava ainda mais a situação. A falta de estradas e pistas de pouso adequadas limita severamente o uso de veículos terrestres e aeronaves, tornando o transporte de pessoas e suprimentos um desafio logístico significativo. A comunicação também é um problema, pois muitas dessas comunidades têm acesso limitado a estes meios, dificultando a coordenação e resposta rápida a emergências de saúde.

Os recursos limitados são outro fator crucial. A escassez de profissionais de saúde dispostos a trabalhar em áreas remotas é notável. Médicos, enfermeiros e outros especialistas muitas vezes não estão disponíveis nessas regiões, e a logística para transportar medicamentos, vacinas e equipamentos médicos é complicada e onerosa. Condições climáticas adversas, como chuvas intensas e calor extremo, podem interromper ainda mais o transporte e as operações de saúde, e desafios naturais, como a presença de animais selvagens e doenças tropicais, requerem atenção especializada. As barreiras culturais e sociais também desempenham um papel significativo. Diferenças culturais e linguísticas podem dificultar a comunicação e a aceitação das práticas de saúde pelos moradores. A falta de conhecimento sobre práticas de saúde preventivas e a importância do atendimento médico podem reduzir a procura por esses serviços.

Essas comunidades enfrentam dificuldades significativas para acessar cuidados à saúde adequados devido à distância geográfica, infraestrutura precária e recursos limitados, expondo-as a diversos riscos à saúde, incluindo patógenos zoonóticos emergentes e reemergentes. Infelizmente, elas carecem de mecanismos eficazes para a detecção e controle precoce desses patógenos.

Ademais, as condições de vida como moradias inadequadas, ausência de água potável e esgotamento sanitário, falta de energia elétrica e conectividade são problemas estruturantes que agravam ainda mais os riscos à saúde.

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR**Qual foi a inovação implementada?**

Foi desenvolvida uma política pública de vigilância em saúde para a população ribeirinha por meio da implementação de sistema móvel de vigilância integrado com tecnologias de sequenciamento, instalado em um navio da marinha, visando a prevenção e controle precoce de epidemias, com abordagem em saúde única, contemplando assim, os ribeirinhos, seus animais e o ambiente em que vivem.

Essa abordagem permite a identificação e caracterização de patógenos circulantes nessas comunidades, facilitando uma resposta rápida e eficaz a doenças emergentes. Dada a natureza remota dessas populações, a abordagem móvel é crucial para fornecer capacidades de monitoramento e superar os desafios associados ao acesso direto ao sistema de saúde. Ao implementar esse sistema móvel de monitoramento genômico, coleta-se amostras biológicas de indivíduos, animais e ambiente, realiza-se análises genômicas de alta resolução e estabelece-se um banco de dados para monitoramento contínuo e vigilância epidemiológica em tempo real. Além disso, os profissionais de saúde locais receberam treinamento e qualificação para aprimorar sua capacidade de detectar e prontamente relatar casos suspeitos.

Quais são os objetivos da iniciativa?

Implementar um sistema móvel de monitoramento genômico para realizar vigilância itinerante na extensão do Rio Paraguai, visando detectar e monitorar patógenos emergentes e reemergentes com abordagem em saúde única;

Utilizar análise espacial-temporal de alta resolução para identificar locais prioritários para vigilância e controle de patógenos circulantes e circulantes na área de estudo, considerando o aumento do risco de transmissão devido a fatores de estresse impulsionados pelo clima;

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR

Oferecer atendimento médico, odontológico e laboratorial a indivíduos das comunidades ribeirinhas, realizando atividades relacionadas à atenção primária; Construir novas relações de diálogo e interação em saúde respeitando a cultura e hábitos da comunidade

Qual é o público-alvo da iniciativa?

Tramo Norte: Compreende um trecho de cerca de 669 Km de extensão, cujas localidades/povoados localizados no ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL são: Porto Domingos Ramos, Carandazinho, Baía do Castelo, Jatobazinho, Porto Santa Catarina, Paraguai Mirim, Porto São Francisco, Porto São Pedro, Porto Chané, Fazenda Amolar, Aterro do Binega, Porto Tamarineiro, Barra de São Lourenço. Compreendem cerca de 1000 ribeirinhos.

Tramo Sul compreende um trecho de cerca de 520 Km de extensão, cujas localidades/povoados principais são: Codrasa, Porto da Manga, Porto Morrinho, Porto Albuquerque, Forte Coimbra, Porto Esperança, Barranco Branco e Porto Murtinho. Compreendem cerca de 500 ribeirinhos.

As comunidades vizinhas às áreas ribeirinhas podem apresentar melhorias indiretas em suas próprias condições de saúde e infraestrutura. A redução da incidência de doenças transmissíveis nestas comunidades pode diminuir a propagação de tais agentes para áreas adjacentes, promovendo uma saúde pública mais robusta e resiliente. Acessar estas comunidade de áreas remotas e implementar um sistema de vigilância em tempo real promove a detecção imediata de uma ameaça à saúde e possibilita medidas efetivas para contenção da propagação da mesma, por isso a sociedade como um todo é indiretamente beneficiada. Ao melhorar a saúde dessas comunidades, contribuimos para a redução das desigualdades sociais e promovemos a justiça social. Além disso, ao apoiar a saúde em áreas remotas, demonstramos um compromisso com a equidade e os direitos humanos, valores fundamentais que reforçam a coesão e a solidariedade social em uma nação.

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR**Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?**

1. Estabelecimento de parceria e alinhamento da identificação do problema e objetivos do projeto NAVIO entre a SES/MS, SES/MT e a Fiocruz/MG para execução em 5 anos;
2. Apresentação da proposta ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul;
3. Apresentação da proposta para a Marinha do Brasil (Comando do 6o Distrito Naval) por membros da SES/MS e Fiocruz/MG, com definição de responsabilidades das partes;
4. Redação e assinatura do Termo de Cooperação entre SES/MS e Marinha do Brasil (Comando do 6o Distrito Naval);
5. Reunião de alinhamento entre SES/MS, SES/MT e Fiocruz/MG para formação das equipes de execução, com escolha de três pontos focais: saúde humana, saúde animal e saúde ambiental;
6. Visita e apontamento de ajustes necessários nos três navios disponibilizados pela Marinha do Brasil para participação na missão;
7. Compra e envio de materiais pela SES/MS e Fiocruz/MG para adequação dos navios;
8. Reunião de alinhamento da SES/MS com as Secretarias Municipais de Saúde que atendem estas comunidades (Porto Murtinho, Ladário e Corumbá) acerca da oferta de insumos médicos e odontológicos para a missão;
9. Reunião de alinhamento da SES/MS com áreas técnicas estaduais acerca da missão;
10. Reunião de alinhamento da SES/MS e Fiocruz/MG com o Comando do 6o Distrito Naval de Ladário para determinar cronograma da primeira missão, incluindo o trecho da ação (Tramo Sul);
11. Montagem dos navios com as estruturas laboratoriais necessárias para execução da missão;

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR

12. Compra e envio de insumos médicos, odontológicos, laboratoriais para a base do Comando do 6o Distrito Naval para abastecimento dos navios;
13. Deslocamento dos profissionais da SES/MS e instituições parceiras para a base do Comando do 6o Distrito Naval de Ladário para ajustes finais nos navios (5 dias antes do início da missão);
14. Missão iniciada em novembro de 2023, com atendimentos médicos, odontológicos, educação em saúde, coleta de amostras, execução de exames, entrega de medicamentos para tratamento da população ribeirinha;
15. Manutenção de apoio em terra pela Coordenadoria de Saúde Única da SES/MS para casos graves que poderiam ser detectados;
16. Retorno a base do Comando do 6o Distrito Naval após 21 dias de missão;
17. Desmontagem dos navios, com armazenamento dos equipamentos na base do Comando do 6o Distrito Naval;
18. Transporte de amostras para o LACEN/MS para realização de diagnósticos que não foram realizados no navio (principalmente das amostras animais e ambientais);
19. Em fevereiro de 2024 foi realizada a segunda missão, que seguiu os mesmos passos a partir do item 10 desta lista, porém esta foi realizada para o Tramo Norte do Rio Paraguai e teve duração de 35 dias.
20. Estamos neste momento iniciando a partir do item 10 desta lista, organizando a terceira missão com previsão de ocorrer em setembro de 2024.

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Oferecer atendimento médico, odontológico e laboratorial a indivíduos das comunidades ribeirinhas, realizando atividades relacionadas à atenção primária.	Atender 100% dos ribeirinhos que procuraram atendimento no navio	Atendimento a 867 ribeirinhos	novembro de 2023 e fevereiro de 2024	Total de registro de indivíduos atendidos
Vigilância One Health, coletando amostras de seres humanos, animais e ambientais em comunidades ribeirinhas localizadas às margens do Rio Paraguai	Coletar amostras de 100% dos ribeirinhos que aderirem a pesquisa, de água de consumo e uso geral dos ribeirinhos, de amostras de animais	4730 testes rápidos realizados de amostras humanas; 3730 PCR de amostras humanas; 3120 sorologias humanas; 250 exames de fezes humanas; 145 amostras de água; 9300 vetores (mosquitos); 150 amostras de fezes de animais; 25 amostras de sangue de aves domésticas; 25 amostras de equideos	Novembro de 2023 e fevereiro de 2024	Quantidade de resultados das amostras coletadas

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR

Estruturação de navios da Marinha com equipamentos laboratoriais para prover condições para realização de vigilância em saúde em tempo real	Estruturar três navios com equipamentos para vigilância	Estrutura adequada para vigilância em três navios	Novembro de 2023 e fevereiro de 2024	Por meio da realização de exames laboratoriais realizados para vigilância
Realizar análise genômica de alta resolução nas amostras coletadas para identificar quaisquer patógenos emergentes e reemergentes	Realizar sequenciamento de 100% das amostras positivas no RT-qPCR	Quatorze amostras de SARS-CoV-2 e 18 amostras de outros vírus respiratórios sequenciadas	Novembro de 2023 e fevereiro de 2024	Resultados do sequenciamento de amostras coletadas
Qualificar profissionais de saúde da marinha em vigilância para a detecção precoce e notificação oportuna de casos suspeitos visando a Implementação de ações de vigilância em saúde	Capacitar 100% dos profissionais de saúde da Marinha envolvidos nas missões	Treinamento de 12 oficiais para administração de vacinas em seres humanos; Capacitação dos profissionais acerca de sistemas de informação de notificação de agravos	Novembro de 2023 e fevereiro de 2024	Número de profissionais capacitados em vigilância em saúde
Assinatura do Termo de Cooperação com a Marinha do Brasil para garantir o acordo entre as partes com definição de tarefas e duração de execução	Produção de um instrumento legal para execução do projeto publicado em DOU	Cumprimento das metas previstas no Termo de Cooperação	Novembro de 2023 e fevereiro de 2024	Análise documental

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR**Outras informações sobre os resultados da iniciativa:**

Após detecção da qualidade da água de consumo, ações foram tomadas com relação a distribuição de filtro de barro e hipoclorito às famílias e trabalho de educação em saúde relacionado ao uso e higienização dos filtros, assim como para uso do hipoclorito e da importância da qualidade da água para a saúde.

Atividades educativas em saúde bucal, por meio de palestras e orientações sobre higienização em saúde bucal com distribuição de kits (escova, creme dental e fio dental) aliado a trabalho de educação referente ao uso e importância da higienização.

Foram identificados ribeirinhos com sífilis ativa, leishmaniose visceral, HTLV, alguns vírus respiratórios, parasitoses intestinais. Todos foram medicados e quando necessário, encaminhados para referência ao hospital do município mais próximo que já aguardava o paciente devido ao alinhamento feito pelo apoio dado por terra pela Coordenadoria de Saúde Única, que mantinha contato via internet 24 horas com os navios.

Como os recursos foram utilizados?***Recursos Humanos:***

Por missão, participaram cerca de 120 militares da Marinha do Brasil (Comando do 6º distrito Naval de Ladário, e 30 indivíduos, dentre eles, pesquisadores de instituições nacionais e internacionais e servidores da SES/MS e SES/MT.

Os recursos humanos, que executam esta missão, fazem parte das parcerias e propiciam a realização do projeto, sendo fundamental para a execução do mesmo.

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR**Recursos Financeiros:**

Recursos ou doação de testes rápidos para execução dos exames ocorreu por meio da parceria com: NIH, Fiocruz/MG, CTvacinas, SES/MS e SES/MT por meio dos LACENs, Loccus, Biomanguinhos, OPAS-OMS, IBMP;

Recursos ou doação de insumos médicos e odontológicos para o estado de Mato Grosso do Sul: doação efetivada por vários municípios do estado de Mato Grosso do Sul e pela SES/MS.

Despesas de operacionalização dos navios e alimentação foram custeadas pela Marinha. Os filtros de barro foram doados e as despesas com servidores custeadas pelas instituições.

Os recursos utilizados por meio das parcerias propiciaram a realização do projeto e foi fundamental para a execução do mesmo. O governo do estado, por meio da SES/MS pretende manter esta iniciativa, tornando-a como política de vigilância em saúde.

Recursos Tecnológicos:

Utilização de tecnologias genômica funcional de alto rendimento e modelagem computacional. Aproveitando a tecnologia de sequenciamento de última geração e uma abordagem metagenômica com o sequenciador MinION, é possível identificar patógenos emergentes e genotipar patógenos circulantes e co-circulantes.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

A partir do relatado da Marinha do Brasil embasada nas ações de assistência previamente realizadas pode-se fazer o planejamento prévio para a primeira missão. Durante a realização da missão, os navios atracaram nas comunidades, e por meio do uso de lanchas rápidas militares e pesquisadores chegaram até as comunidades e realizaram um prévio estudo observacional a partir das informações relatadas pelos ribeirinhos e puderam iniciar as ações.

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR

Já na comunidade, pesquisadores realizaram o trabalho de educação em saúde, com uso de material educativo próprio desenvolvido pelos integrantes do projeto, consoantes as necessidades elencadas. Além disso, ofereceram aos ribeirinhos a possibilidade de atendimento médico e odontológico nos navios. Aos interessados em realizar exames de fezes, foram distribuídos coletores.

Geralmente os atendimentos ocorreram na manhã do dia seguinte do primeiro contato. Os ribeirinhos que não conseguiam chegar aos navios, foram transportados pelas lanchas. Chegando aos navios, o ribeirinho passou por triagem, onde foi convidado a também participar da pesquisa de vigilância. Os que aceitaram foram encaminhados para coleta de amostras, os que não aceitaram foram encaminhados diretamente para consulta médica/odontológica.

Os resultados dos exames laboratoriais (dos participantes ou não da pesquisa) foram liberados pouco tempo após o atendimento e o ribeirinho retornava ao médico sendo liberado com a medicação (se possível). Em casos graves, a Coordenadoria de Saúde Única da SES/MS era contatada e organizava toda a logística para deslocamento deste indivíduo até o hospital mais próximo.

Ressalta-se que o levantamento das expectativas das comunidades de uma missão é que provê o planejamento da próxima.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove? Um dos principais mecanismos de transparência foi a implementação de um sistema de gestão de informações de saúde (RedCap), onde todos os dados coletados durante as missões são registrados e disponibilizados de forma acessível aos gestores. Isso inclui dados sobre atendimentos, diagnósticos, tratamentos e distribuição de medicamentos. Métodos de comunicação como reuniões, palestras e sessões informativas são utilizados para garantir que os gestores municipais e estaduais estejam plenamente informados

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR

sobre as ações realizadas e os serviços disponíveis. Durante essas reuniões, são apresentados relatórios de atividades e resultados, e os gestores e áreas técnicas tem a oportunidade de expressar suas opiniões, preocupações e sugestões. Esse feedback é essencial para ajustar e melhorar as estratégias de intervenção.

Com relação ao ribeirão, os mesmos recebem os resultados laboratoriais em laudos emitidos em tempo real. Além disso, durante a espera por atendimento, os grupos recebem orientações sobre a realização do projeto, suas expectativas são recebidas por meio de escuta qualificada e sugestões são acolhidas.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Acesso a população atendida - solucionada com a parceria com a Marinha do Brasil;
Recursos - solucionado por meio da realização de parcerias com instituições de pesquisa, universidades, OPAS e municípios;

Mão de obra - solucionado por meio da disponibilização de servidores pela SES/MS e SES/MT, e de militares da Marinha do Brasil;

Logística para envio de materiais e pessoal até a base da Marinha em Ladário - solucionada pela equipe da SES/MS por meio de disponibilização de caminhões e ônibus;

Aquisição de novos equipamentos, sensibilização do governador de MS para destinação de recursos para compra;

Estruturação dos navios ? sensibilização de parlamentares para destinação de emendas para a Marinha do Brasil.

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?
Apoio da gestão do estado de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (Governador e Gestão da SES/MS);

Parceria firmada entre SES/MS, SES/MT, Marinha do Brasil e Fiocruz/MG;
Captação de pesquisadores para realização das missões de forma voluntária pela Fiocruz/MG;

Articulação de stecker holders no propósito de desenvolvimento do projeto de implementação da vigilância em saúde para a população ribeirinha residentes às margens do rio Paraguai.

Responsável institucional:

Crhistine Cavalheiro Maymone Gonçalves - Secretária de estado de Saúde adjunta

Equipe envolvida:

Nome	Cargo
Crhistine Cavalheiro Maymone Gonçalves	Secretária Adjunta de Estado de Saúde
Suzana Teruya Hiane	Farmacêutico bioquímico LACEN
Marina Castilhos Souza Umaki Zardin	Farmacêutica Bioquímica LACEN
Luiz Henrique Ferraz Demarchi	Diretor do LACEN
Giovana Soares Buzinaro	Coordenadora de Saúde Bucal
Larissa Domingues Castilho de Arruda	Superintendente de Vigilância em Saúde
Ana Paula Rezende Goldfinger	Coordenadora de Imunização
Danielle Ahad das Neves	Assessoria técnica de gabinete
Danila Fernanda Rodrigues Frias	Coordenadora de Saúde Única

CATEGORIA 3 // 2º LUGAR

Parceiros:

Nome	Instituição	Cargo
Alexandre Amendoeira Nunes	Marinha do Brasil - COMANDO DO 6º DISTRITO NAVAL	Contra-Almirante
Elaine Cristina de Oliveira	Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso	Diretora do LACEN - MT
Luiz Carlos Júnior Alcântara	Fiocruz - MG	Pesquisador

Links:

<https://www.saude.ms.gov.br/projeto-navio-chega-a-porto-murtinho-com-atendimento-a-populacao-ribeirinha/>

<https://www.ms.gov.br/noticias/projeto-navio-nova-etapa-garante-mais-qualidade-de-vida-a-populacao-ribeirinha-de-ms>

<https://www.ms.gov.br/noticias/com-vies-de-saude-unica-projeto-navio-leva-assistencia-a-populacao-ribeirinha-de-corumba>

<https://agenciadenoticias.ms.gov.br/projeto-navio-ribeirinhos-recebem-orientacoes-para-prevencao-e-diagnostico-do-cancer-de-prostata/>

<https://www.instagram.com/projetonavio1?igsh=MWp4eDd2NmMzYWZmMA==>

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR**Participa DF - Plataforma de Participação Social**

Instituição: Controladoria-Geral do Distrito Federal

Resumo

No serviço de ouvidoria, o maior desafio encontrava-se no grande volume de correções que a equipe providenciava, considerando que o registro era feito em sua integralidade pelo cidadão, que não conhece a fundo as características de funcionamento dos órgãos. Antes, era grande o número de denúncias de buracos na rua, por exemplo, quando esta tipologia é destinada a servidores públicos e atos de gestão, em sua maioria.

Sobre o serviço de informação ao cidadão (SIC), o sistema em uso na controladoria encontrava-se defasado - ainda estava em uso a versão de 2011, em que o cidadão deveria registrar seus dados e ter em mãos todos os protocolos registrados para acompanhamento, já que não haviam contas de acesso com repositório por pessoa.

A solução desenvolvida pela Controladoria Geral do Distrito Federal foi a criação da Plataforma Integrada de Participação Social do Distrito Federal - Participa DF, que unificou os serviços de ouvidoria e de acesso à informação, trazendo uma navegação mais amigável e funcionalidade inovadores que facilitam o registro das demandas e fortalecem o exercício do controle social, quais sejam:

- Identificação, no momento do cadastro, de pessoa com deficiência, para adequação do atendimento às necessidades do usuário (única unidade da federação com esta opção);
- No módulo Ouvidoria, utilização de Inteligência Artificial (Robô IZA) para definição da tipologia e sugestão do assunto, reduzindo o ônus informacional do cidadão (custos de fricção) e aumentando a assertividades dos registros;

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR

- No módulo Ouvidoria, inversão da lógica de registro de manifestações, começando o registro pelo relato, de forma a tornar a experiência mais acolhedora;
- No módulo de acesso à informação, automatização das reclamações por omissão de resposta dos órgãos, desonerando os usuários desse registro. No módulo de acesso à informação, a possibilidade de envio simultâneo do mesmo pedido a diversos órgãos, favorecendo pesquisadores e acadêmicos.

Como resultados, observamos um aumento substancial de utilização em ambos os serviços ofertados, redução do tempo de registro, identificação de pessoas com deficiência para adaptação do atendimento e qualificação dos serviços utilizando experiências dos usuários como elemento direcionador.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

Projeto iniciado em 2019, quando evidenciou-se que a dinâmica dos serviços de ouvidoria e e-sic encontravam-se com diversos pontos de melhoria necessários. No serviço de ouvidoria, o maior desafio encontrava-se no grande volume de correções que a equipe providenciava, considerando que o registro era feito em sua integralidade pelo cidadão, que não conhece a fundo as características de funcionamento dos órgãos (recebíamos denúncias de buracos em rua, por exemplo, quando esta tipologia é destinada a servidores públicos e atos de gestão, em sua maioria).

Sobre o serviço de informação ao cidadão (SIC), o sistema em uso na controladoria encontrava-se defasado - ainda estava em uso a versão de 2011, em que o cidadão deveria registrar seus dados e ter em mãos todos os protocolos registrados para acompanhamento, já que não haviam contas de acesso com repositório por pessoa.

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR

Considerando a necessidade de modernização de ambos serviços, e consequentemente de seus sistemas, e olhando para a jornada do usuário, identificou-se a necessidade de desenvolvimento de uma plataforma integrada de participação social, onde o usuário pudesse, a partir de um cadastro único, acessar os serviços oferecidos pela Controladoria Geral do Distrito Federal. Ambos os serviços - ouvidoria e e-sic - já se encontravam consolidados sobre a perspectiva dos usuários, mas funcionando em ambientes completamente diferentes, com fluxos de processos e de serviços próprios e não convergentes.

Ainda, percebeu-se, a partir da leitura dos relatos de ouvidoria, que os serviços eram acessados por pessoas com deficiência, mas com muitas dificuldades estruturais, sobretudo na obtenção efetiva de respostas. Isso deve-se à necessária adaptação da resposta às necessidades de cada usuário, o que não poderia ocorrer a menos que a deficiência fosse relatada na manifestação.

Qual foi a inovação implementada?

A partir dos desafios identificados em 2019, a Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF desenvolveu a Plataforma Integrada de Participação Social do Distrito Federal - Participa DF, para unificar os serviços (Ouvidoria e Acesso à Informação) e trazer novas funcionalidades para possibilitar ao cidadão uma experiência mais positiva e acessível, numa lógica citizen-driven.

O Participa DF foi prospectado e desenvolvido por servidores do quadro da CGDF, não gerando custos com contratação e trazendo como grande diferencial a utilização de inteligência artificial, a Robô IZA, para auxiliar o cidadão nos registros de ouvidoria. A IZA faz a definição da tipologia, ou seja, classifica a demanda como denúncia, reclamação, sugestão ou elogio e também sugere o assunto, reduzindo o ônus informacional do

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR

cidadão (custos de fricção) e aumentando a assertividades dos registros, na medida em que são entregues diretamente aos órgãos responsáveis.

O Participa DF inovou, também, ao incluir a Identificação, no momento do cadastro, de pessoa com deficiência, para adequação do atendimento às necessidades do usuário, sendo a única unidade da federação com esta opção para o serviço de ouvidoria. Considerando o volume de registros de ouvidoria e acesso a informação, a plataforma foi customizada para atender às diversas especificidades da população do DF, inclusive de pessoas com deficiência.

Outro grande diferencial, dessa vez no serviço de acesso à informação, foi a automação das reclamações por omissão de resposta dos órgãos e entidades. Uma vez que a falta de resposta a um pedido de acesso à informação é considerada uma conduta irregular pela Lei no 12.527/2011 e também pela Lei Distrital no 4.990/2012, a CGDF decidiu automatizar o registro da reclamação, desonerando o cidadão de ter que voltar ao sistema para reivindicar seu direito fundamental.

Além disso, o Participa DF também foi pioneiro na implementação das seguintes funcionalidades:

No módulo Ouvidoria, inversão da lógica de registro de manifestações, começando o registro pelo relato, de forma a tornar a experiência mais acolhedora e próxima de um atendimento presencial, com auxílio da inteligência artificial para qualificar o registro. No módulo de acesso à informação, a possibilidade de envio simultâneo do mesmo pedido a diversos órgãos, favorecendo pesquisadores e acadêmicos.

Desta forma, o Participa DF disponibiliza aos seus usuários facilidades e modernos recursos, tornando acessível e inovadora a sua experiência e fortalecendo o exercício do controle social, que é um dos pilares da nossa democracia. Em síntese, o Participa DF

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR

quando comparado aos demais sistemas tecnológicos de mesma natureza, traz em si diversas inovações, qualificando tanto a experiência dos cidadãos quanto o tratamento dessas demandas para a melhoria das políticas públicas.

Quais são os objetivos da iniciativa?

Qualificar os processos de trabalho relacionados às demandas da sociedade, com uso de tecnologias de informação e comunicação, inteligência artificial e insights comportamentais, para:

1. Promover maior inclusão e acessibilidade social na gestão pública do DF?;
2. Melhorar a experiência do usuário da ouvidoria e do acesso à informação;
3. Fortalecer a cidadania;
4. Aprimorar os serviços de ouvidoria e de acesso à informação;
5. Fomentar o exercício do controle social;
6. Aprimorar a transparência pública;

Qual é o público-alvo da iniciativa?

O público alvo é toda e qualquer pessoa física ou jurídica que tenha interesse em registrar uma manifestação de ouvidoria ou solicitar acesso a uma informação do Poder Executivo do Distrito Federal.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

A proposta foi alavancada em quatro grandes eixos:

1. Modelos de Negócio: voltada para melhoria no conceito do negócio, mapeando

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR

oportunidades de redesenho integral. Trabalhou-se com o escopo da plataforma, unificando cadastros e bases de dados.

2. Processos e Operações: melhoria sistêmica de fluxos e processo, com adequações e automação de etapas.

3. Experiência do Cliente: foco na interface dos usuários, trabalhando com elementos de processamento de linguagem natural (PLN)

4. Cultura Organizacional: desenho contributivo, utilizando da experiência e sugestões de cerca de 400 servidores operadores do sistema, bem como de insights colhidos a partir dos registros anteriores. A partir da definição dos eixos, o projeto seguiu o ciclo do design thinking, com as etapas:

1. IDEIAÇÃO (2019/2020): Foco nos problemas vivenciados em ambos os serviços, com mapeamento das oportunidades de melhoria. Pode ser sintetizado em 3 grandes etapas:

- Análise exploratória: Como os serviços são prestados? Como são as interações com os usuários? quais as dificuldades enfrentadas? Como os dados se comportam?
- Levantamento de requisitos: mapeamento das premissas das áreas de negócio e de gestão, bem como das vivências dos usuários. Também envolveu o levantamento das necessidades das equipes de desenvolvimento
- Proposição de modelos: Os modelos devem ser, no mínimo, tão eficazes quanto os usuários e não devem dificultar ou impedir o acesso aos serviços. Não devem introduzir vieses sistemáticos ligados a atributos sociais, de raça, origem etc.

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR**2. PROPOSIÇÃO (2020/2022):**

- Unificação dos serviços em etapas: Unificação do cadastro e da interface do usuário na plataforma.
- Implantação de melhorias: Inovações nos processos, fluxos, funcionalidades
- Treinamento dos modelos de I.A: Início com escopo reduzido, com usuários internos apenas, mas já com a perspectiva do lançamento de novo sistema em 2022.

3. IMPLEMENTAÇÃO (08/12/2022):

Capacitação da rede de ouvidorias do DF sobre as alterações na operação;

- Fluxos dos serviços de ouvidoria e acesso à informação redesenhados;
- Trabalho de comunicação destinado ao público explicando as mudanças e vantagens na nova plataforma com a IZA.?
- Redução das interações do usuário e diminuição do tempo de registro de manifestação (redução dos custos de fricção)
- Diminuição da quantidade de reclassificações (retrabalho)

4. MONITORAMENTO e EVOLUÇÃO (2023-):

- Monitoramento da Assertividade da Inteligência Artificial
- Monitoramento da satisfação dos usuários
- Mapeamento de oportunidades de melhorias (hackathons e datathons);
- Maior integração entre os serviços

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Fortalecer a cidadania	Aumento do no de usuários	85 mil novos usuários no Participa DF, cadastrados em 2023, sendo 83.758 pessoas físicas e 1.585 pessoas jurídicas (2023)	2023	Cadastros no sistema
Fomentar o exercício do controle social;	Aumento dos pedidos de acesso à informação	152% de aumento do número de pedidos registrados em 2023, comparado ao mesmo período de 2022, no sistema antigo	2023	Banco de dados
Aprimorar os serviços de ouvidoria e de acesso à informação;	Redução do tempo médio de registro de manifestações de ouvidoria	Redução de 60% - de 15 para 06 minutos	2023	Google analytics
Promover maior inclusão e acessibilidade social na gestão pública do DF;	Demandas de pessoas com deficiência	2712 pessoas com deficiência identificada no cadastro (autodeclaração), possibilitando adaptações no atendimento	2023	Cadastros no sistema
Melhorar a experiência do usuário da ouvidoria e do acesso à informação;	Satisfação com sistema	81% de satisfação do usuário com o sistema - aumento de 6 p.p em comparação a 2022 (75%)	2023	painel.ouv.df.gov.br

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR**Outras informações sobre os resultados da iniciativa:**

Os serviços de ouvidoria e de acesso à informação são indispensáveis para a promoção de uma boa governança, pois fortalecem o controle social, capacitam os cidadãos, aumentam a transparência, combatem a corrupção, melhoram os serviços públicos e aumentam a confiança nas instituições.

Ao unificar os serviços de ouvidoria e de acesso à informação, em uma plataforma mais intuitiva e acessível, com utilização de inteligência artificial e novas regras de negócio, o Participa DF tornou mais simples não só o registro pelo cidadão, mas, também, a gestão das demandas pelos órgãos e entidades.

Com cerca de 7 da população do Distrito Federal cadastrada no sistema, além de melhorar a experiência do cidadão, as inovações implementadas trouxeram diversas melhorias para o controle social. Entre elas, destacamos:

Mais segurança no tratamento dos dados: cadastro e armazenamento dos dados de usuários mais seguros, adequados à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, com validação dos registros de CPF junto à base da Receita Federal do Brasil;

Redução do tempo médio de resposta dos órgãos: tempo médio de resposta aos pedidos de acesso à informação era de 12 dias em 2022, passando para 09 dias em 2024;

Acessibilidade: plataforma acessível para pessoas com baixa visão ou cegueira, com testes executados por voluntários cegos.

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR**Como os recursos foram utilizados?*****Recursos Humanos:***

A inovação - em todo o seu fluxo de design - foi desenvolvida integralmente por equipes internas, integrantes do corpo técnico da Controladoria-Geral do Distrito Federal. Trata-se de um projeto onde as áreas de negócio - Ouvidoria e Transparência - trabalharam de forma sinérgica com as equipes de Tecnologia e da alta gestão para mapear necessidades de melhorias e novas funcionalidades, considerando também toda a vivência de mais de 10 anos de relacionamento com a sociedade.

Recursos Financeiros:

A iniciativa não contou com disponibilização de orçamento.

Recursos Tecnológicos:

Plataforma desenvolvida em ambiente web, com uso de inteligência artificial . A iniciativa utilizou recursos tecnológicos pré-existentes. A ferramenta está hospedada em infraestrutura própria do Governo do Distrito Federal.

Outros Recursos:

Campanha de comunicação da nova plataforma desenvolvida internamente, pela equipe de comunicação da Controladoria.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

A partir dos registros de ouvidoria - em 2019 já somavam 580.000 - foi possível identificar oportunidades de melhorias. Por vezes, recebemos como manifestações, sugestões dos próprios usuários.

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR

Foram executadas 07 jornadas dos usuários, para percepção de retrabalhos e possibilidades de automação de etapas, bem como de simplificação de procedimentos nos serviços.

Ainda, com relação aos usuários com deficiência, foram analisadas cerca de 3.000 manifestações onde o cidadão relatava sua deficiência para reforçar a necessidade de atendimento adaptado.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

Além dos próprios serviços de Ouvidoria e de Acesso à Informação que funcionam em si como mecanismos de transparência e controle social, todos os registros de ouvidoria são passíveis de avaliação pelo usuário, após a obtenção da resposta administrativa. Os dados de ouvidoria estão disponíveis em transparência ativa (www.painel.ouv.df.gov.br), contemplando inclusive os dados da pesquisa de satisfação. Os dados de pedidos de acesso à informação estão disponíveis em painel público também ([link aqui](#))

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Como barreira encontrada no desenvolvimento do Participa DF, destaca-se o quantitativo reduzido das equipes do projeto, tanto da área de negócio, como também da área de desenvolvimento tecnológico.

Ainda, é importante mencionar as restrições orçamentárias como um dificultador do desenvolvimento, considerando que todas as etapas foram desenvolvidas internamente. AS necessidades de adaptação de desenvolvimento às tecnologias já em propriedade da CGDF são elementos limitadores dos processos de desenvolvimento da solução.

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR

Por fim, considerando que as manifestações de ouvidoria são resguardadas por sigilo, em especial as denúncias, a utilização de modelos de inteligência artificial aumentou significativamente os riscos de implementação, sobretudo em virtude da Lei Geral de Proteção de Dados.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

1. Apoio da alta gestão para implementação de inovações em participação social;
2. Apetite ao risco, considerando sempre as perspectivas de todos os stakeholders no desenho dos negócios.
3. Elevada maturidade institucional dos serviços de ouvidoria e acesso à informação;
4. Grande volume e histórico de registros de ouvidoria, possibilitando o desenvolvimento modelos matemáticos para utilização da inteligência artificial na gestão de demandas;
5. Modelo de governança do relacionamento com o cidadão institucionalizado em todos os órgãos e entidades do Governo (marco regulatório único, sistema único e rede de ouvidorias funcional e complementar), onde as ouvidorias se colocam como pontos focais de ambos os serviços.
6. Tempo de desenvolvimento: projeto iniciado (ideação) em 2019 e implantado em 2022, com 03 anos de desenvolvimento ajustado.

Responsável institucional:

Flaviana Mônica Ferreira Santos de Souza - Chefe de Gabinete

CATEGORIA 3 // 3º LUGAR**Equipe envolvida:**

Nome	Cargo
Maria Fernanda Cortes de Oliveira	Ouvidora Geral do Distrito Federal
Lanier Rosa Silva	Chefe da Assessoria de Comunicação
Ravena Maria Lobo de Souza Alcantara	Assessora
Marcos Vinícius Santana	Assessor
Cleiton Oki de Brito	Coordenador de Gestão do Atendimento
Roberson Bruno Lobo Olivieri	Coordenador de Articulação e Gestão da Qualidade
Augusto César Ribeiro Nunes	Diretor de Ciência de Dados
Rogério Martins Campos	Gerente de Implantação de Software
Alison Ricardo da Silva	Diretor de Integração de Software
João Gabriel Barreto Cardoso	Diretor de Desenvolvimento de Software
Camila Rocha de Queiroz Fonseca	Coordenadora de Desenvolvimento e Operações
Lano Thiago Soares de Castro	Desenvolvedor
Victor Hugo Franco	Gerente de Dados Abertos
Felipe da Silva Fonseca	Diretor de Acesso à Informação
Lúcia Brasileiro de Figuerêdo Coimbra	Assessora
Breno Rocha Pires e Albuquerque	Controlador-Geral Adjunto
Hostilio Ribeiro	Coordenador de Transparência

Links:

www.participa.df.gov.br

www.painel.ouv.df.gov.br

https://www.canva.com/design/DAGGc5CVjSo/07_MfbY3HByOnDvIbC5VFw/view?utm_content=DAGGc5CVjSo&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=editor

<https://app.powerbi.com/>

CATEGORIA 3 // ESCOLHA DO PÚBLICO**Ambiência aliada à humanização do cuidado pediátrico nas unidades de urgência e emergência do município do Rio de Janeiro**

Instituição: Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro (RioSaúde) - Prefeitura do Rio de Janeiro

Resumo

O projeto “Ambiência Aliada à Humanização do Cuidado Pediátrico nas Unidades de Urgência e Emergência do Município do Rio de Janeiro” visou transformar a experiência das crianças nas UPAs, que anteriormente possuíam setores pediátricos frios e impessoais, o que aumentava a ansiedade e dificultava a adesão ao tratamento. A solução inovadora foi criar ambientes temáticos, lúdicos e acolhedores para as salas pediátricas, desviando o foco do ambiente hospitalar. Foram implementadas decorações alegres, coloridas e interativas, além da instalação de televisores que exibem desenhos animados educativos. Os principais objetivos foram criar ambientes confortáveis e humanizados, reduzir o estresse e melhorar a experiência geral do atendimento. Com essas mudanças, buscou-se não apenas tratar as crianças, mas também promover seu bem-estar emocional, social e psicológico, gerando uma experiência positiva para elas.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

As unidades de pronto atendimento (UPAs) são equipamentos de saúde de alta relevância para a rede de saúde do município do Rio de Janeiro, responsáveis por proporcionar atendimento imediato em situações de urgência e emergência. O diagnóstico inicial revelou que os ambientes dessas unidades eram frequentemente frios e impessoais, o que gerava uma experiência de atendimento negativa na pediatria, tanto para as crianças quanto para suas famílias. Muitas vezes, essas unidades priorizavam aspectos clínicos

CATEGORIA 3 // ESCOLHA DO PÚBLICO

do atendimento em detrimento de uma abordagem mais humanizada, resultando em áreas de atendimento desprovidas de conforto e de elementos que pudessem entreter as crianças.

A gravidade do problema era percebida pelo aumento da ansiedade e do estresse nas crianças, o que afetava seu comportamento dentro da unidade, além de gerar resistência ao tratamento. A experiência negativa impactava não apenas a saúde emocional das crianças, mas também a eficácia dos procedimentos médicos e a adesão ao tratamento. Era evidente a necessidade de encontrar uma solução para esses problemas. Transformar os ambientes dos consultórios e setores de internação em espaços lúdicos e mais acolhedores, adaptados às necessidades das crianças, era essencial. A implementação dessas mudanças busca reduzir a ansiedade das crianças, melhorar a experiência geral do atendimento e, conseqüentemente, promover uma recuperação mais eficaz e satisfatória, atendendo de maneira mais holística às necessidades das crianças e suas famílias.

Qual foi a inovação implementada?

Para transformar a experiência das crianças durante sua passagem pelas unidades de urgência e emergência, foi desenvolvido um projeto de ambiência com foco na humanização dos espaços e do cuidado voltado para os setores pediátricos das unidades de urgência e emergência do município do Rio de Janeiro, sob gestão da RioSaúde. Este projeto buscou criar salas temáticas que levam os pacientes a um ambiente lúdico e acolhedor, desviando o foco do ambiente hospitalar e oferecendo uma experiência mais positiva, interativa e confortável tanto para as crianças quanto para suas famílias.

Entre as principais implementações, destaca-se o uso cuidadoso das cores, escolhidas para impactar positivamente o bem-estar dos pacientes e ajudar a criar um ambiente mais tranquilo e relaxante. Outra adição importante foi a instalação de televisores que exibem

CATEGORIA 3 // ESCOLHA DO PÚBLICO

vídeos e desenhos animados educativos, com o propósito de entreter e conscientizar as crianças. Além disso, foram elaborados materiais informativos adaptados para explicar os procedimentos médicos de forma leve e amigável, facilitando a compreensão do processo.

Quais são os objetivos da iniciativa?

Os objetivos do desenvolvimento da ambiência nos espaços infantis dentro das unidades de saúde eram:

- 1 - Criar ambientes mais confortáveis e humanizados, com base na concepção de espaços temáticos, interativos e lúdicos;
- 2 - Reduzir o estresse e a ansiedade das crianças durante a permanência nas unidades de urgência e emergência;
- 3 - Melhorar a experiência dos pacientes e de seus familiares dentro das unidades;
- 4 - Melhorar o ambiente de trabalho para os profissionais de saúde;
- 5 - Aumentar a satisfação dos clientes internos e externos;
- 6 - Reformar todos os setores pediátricos das unidades sob gestão da RioSaúde.

Esses objetivos visam gerar um ambiente de atendimento que não apenas trate as necessidades médicas das crianças, mas também considere e melhore seu bem-estar social, emocional e psicológico.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

Por se tratar de um projeto desenvolvido inicialmente para ser operacionalizado dentro das unidades de saúde de urgência e emergência do município do Rio de Janeiro,

CATEGORIA 3 // ESCOLHA DO PÚBLICO

consideramos, quantitativamente, como público-alvo os moradores do município, que em 2024 foram estimados em cerca de 6,9 milhões de pessoas, sendo aproximadamente 1,5 milhões crianças.

O público-alvo do projeto é dividido nos seguintes grupos:

Público-alvo direto:

- Pacientes pediátricos

Este é o grupo diretamente impactado pela iniciativa, uma vez que o projeto visa aprimorar a qualidade dos espaços e serviços, melhorando a sua experiência durante a sua permanência na unidade de saúde.

Público-alvo indireto:

- Famílias e acompanhantes das crianças: Este grupo inclui pais, responsáveis e acompanhantes das crianças que estão recebendo atendimento.
- Profissionais das unidades: Embora não seja o público-alvo principal, a equipe médica, de enfermagem e multidisciplinar são indiretamente beneficiada pela melhoria dos espaços.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

A implementação do projeto envolveu uma série de etapas e ações cuidadosamente planejadas para transformar os ambientes de atendimento e melhorar a experiência das crianças e suas famílias. As principais etapas da implementação, apresentadas de forma cronológica, foram as seguintes:

CATEGORIA 3 // ESCOLHA DO PÚBLICO

DIAGNÓSTICO - Baseou-se na análise dos indicadores de satisfação, na observação direta do comportamento das crianças nos ambientes hospitalares e no feedback de familiares e profissionais das unidades. Avaliaram-se as condições atuais dos setores, identificando pontos críticos e áreas de melhoria.

PESQUISA - Foi realizada uma pesquisa sobre as melhores práticas e tendências em espaços pediátricos, humanização dos serviços de saúde e desenvolvimento de conceitos temáticos e interativos. Também foi feito um levantamento das necessidades específicas de cada unidade, com base em feedbacks de pacientes e da equipe profissional.

PLANEJAMENTO - Nesta etapa, foram definidos os recursos e objetivos do projeto, como a criação de ambientes lúdicos e acolhedores para as crianças e a melhoria da experiência geral dos pacientes. Foi formada uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais de saúde, incluindo médicos, enfermeiros e psicólogos, além de especialistas em arquitetura e design, para garantir que o projeto atendesse às necessidades clínicas e emocionais dos pacientes e seguisse as normas pertinentes.

CRIAÇÃO - Desenvolvimento dos projetos de design e comunicação para as salas temáticas, incluindo layouts, decoração e seleção de materiais. A aprovação dos layouts foi realizada pela equipe multidisciplinar, que avaliou a conformidade com as normativas e regulamentações vigentes para o setor da saúde.

REFORMA, INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO - Foram realizadas as reformas necessárias nos setores, incluindo a renovação dos ambientes, troca de mobiliário, climatização, instalação de revestimentos decorativos e de televisores. Também ocorreu a organização dos espaços, dispondo móveis e equipamentos de forma a otimizar o conforto e a funcionalidade dos ambientes.

CATEGORIA 3 // ESCOLHA DO PÚBLICO

AValiação - Após a entrega dos setores, foi feita uma avaliação do impacto das mudanças na experiência dos pacientes e na satisfação das famílias. Também foram coletados feedbacks dos profissionais das unidades para garantir a eficácia das melhorias implementadas.

MANUTENÇÃO - É realizado constantemente uma vistoria técnica nos setores para avaliar as condições das salas e a aplicabilidade do projeto e dos materiais, a fim de garantir as correções e ajustes necessários para que os objetivos sejam alcançados.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Reformar todos os setores pediátricos das unidades reinauguradas, sob gestão da RioSaúde	Reformar e ambientar 100% dos setores pediátricos das unidades de urgência e emergência reinauguradas	100% dos setores pediátricos das unidades foram reformados e ambientados.	janeiro/2023 a junho/2024	Coleta de dados e avaliação
Melhorar o ambiente de trabalho para os profissionais de saúde que atuam nos setores pediátricos	Alcançar mais de 80% de satisfação dos profissionais de saúde que atuam na pediatria	100% dos profissionais se mostraram satisfeitos com os novos espaços pediátricos	novembro a dezembro de 2024	Pesquisa de feedback
Aumentar a satisfação dos clientes internos e externos	Alcançar mais de 80% de satisfação dos pacientes pediátricos e seus familiares	96% dos pacientes/familiares questionados se mostraram muito satisfeitos com a estrutura das salas e do atendimento	maio a agosto de 2023	Pesquisa de satisfação

CATEGORIA 3 // ESCOLHA DO PÚBLICO**Outras informações sobre os resultados da iniciativa:**

Além dos resultados obtidos pelos indicadores apresentados, as equipes de profissionais das unidades avaliaram o sucesso do projeto devido à mudança no comportamento dos pacientes pediátricos, que passaram a demonstrar atitudes mais tranquilas e leves ao entrarem nos espaços.

Como os recursos foram utilizados?***Recursos Humanos:***

Os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento e execução do projeto pertencem ao Núcleo de Comunicação da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro - RioSaúde, a qual gerencia as unidades de saúde onde o projeto foi implementado. O projeto contou, também, com o apoio de um grupo de trabalho multidisciplinar, composto por especialistas da área da saúde e arquitetura da empresa, para garantir o desenvolvimento adequado conforme as especificidades do segmento.

Recursos Financeiros:

O projeto não dispôs de recursos financeiros próprios; todo o processo de produção e execução foi realizado com as verbas já alocadas no processo para a reforma da unidade.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

O projeto identificou as necessidades dos usuários por meio de uma abordagem centrada no paciente, utilizando a análise dos indicadores de satisfação das unidades de saúde, a observação direta do comportamento das crianças nos ambientes hospitalares e o feedback de familiares e profissionais. Além disso, foram realizadas pesquisas sobre estudos, melhores práticas e tendências em espaços pediátricos, humanização dos serviços de saúde e desenvolvimento de conceitos temáticos e interativos.

CATEGORIA 3 // ESCOLHA DO PÚBLICO

Após a implantação dos setores, foram conduzidas avaliações que incluíram novas pesquisas de satisfação e entrevistas presenciais com as famílias, garantindo que as mudanças realmente melhorassem a experiência hospitalar.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

Os mecanismos de transparência adotados são os utilizados pela Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro e pactuados com os órgãos de controle. As informações estão disponíveis nos relatórios de atividades e de gestão produzidos e publicados no site da RioSaúde, empresa responsável pela gestão das unidades de saúde. Além disso, matérias e publicações são feitas periodicamente no site e nas redes sociais da RioSaúde.

Em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011), a transparência é garantida, assegurando que todas as informações relevantes sobre o projeto sejam acessíveis ao público. Esses instrumentos asseguram que as informações estejam disponíveis e acessíveis, promovendo maior transparência e participação da sociedade.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Por se tratar de um projeto de ambiência desenvolvido para unidades de saúde, o maior desafio foi garantir que os materiais utilizados fossem adequados ao ambiente hospitalar e que todas as regulamentações técnicas vigentes fossem seguidas. A solução para essa barreira foi buscar fornecedores especializados e formar um grupo de trabalho com profissionais experientes para orientar o desenvolvimento e a implantação do projeto. Outra dificuldade significativa foi a execução das reformas das salas, considerando que

CATEGORIA 3 // ESCOLHA DO PÚBLICO

as unidades de saúde funcionam 24 horas por dia e atendem um grande volume de pacientes. Para superar essa dificuldade, a transformação dos setores foi realizada de maneira cuidadosa e coordenada, com a colaboração de todas as categorias profissionais da unidade, a fim de minimizar o impacto sobre o atendimento diário.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

O sucesso da iniciativa deve-se a vários fatores. Em primeiro lugar, a abordagem centrada no paciente garantiu que o ambiente fosse projetado cuidadosamente para atender às necessidades emocionais e psicológicas das crianças, criando espaços confortáveis e humanizados. A colaboração entre as equipes das unidades de saúde, gestores, pais e, sempre que possível, as próprias crianças, foi essencial para a criação de um ambiente funcional e acolhedor. A conformidade com as regulamentações do setor foi crucial para assegurar um ambiente seguro para os pacientes. Além disso, a alocação eficiente de recursos e o suporte contínuo da gestão das unidades de saúde foram fundamentais para a realização e manutenção do projeto.

Responsável institucional:

Wesley Santos de Almeida - Coordenador de Comunicação

CATEGORIA 3 // ESCOLHA DO PÚBLICO**Equipe envolvida:**

Nome	Cargo
Wesley Santos de Almeida	Coordenador
Luana Oliveira	Assessora
Aline Cordeiro	Assessora
Roberto Rangel	Presidente

Links:

https://drive.google.com/drive/folders/1yFaRQx4DJfDKJk_Hq9nduhtLh6IH_KyE?usp=sharing

https://drive.google.com/file/d/15qBaYobjiGcpnQ-_urek8TQNNQ-9zJ9nX/view?usp=sharing

CATEGORIA 4 - INOVAÇÃO PARA O CUIDADO**1º LUGAR:****Equipe Multiprofissional de Apoio às Gestantes e Puérperas em Situação de Vulnerabilidade: relato da experiência em Belo Horizonte**

Instituição: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Resumo**Cenário Antes da Inovação:**

Antes da inovação, as gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade na cidade de Belo Horizonte enfrentavam barreiras importantes no cuidado, como falta de vinculação ao Centro de Saúde e uma dificuldade de articulação assertiva entre os equipamentos de cuidado de referência desta paciente.

Essa população, em decorrência de diversos fatores socioeconômicos e sociais, como pobreza, falta de moradia, sofrimento mental, situação de violência e histórico de uso de álcool e outras drogas, enfrentavam barreiras significativas para se vincular à rede de saúde e receber o cuidado necessário durante a gestação, parto e puerpério.

Diante da complexa realidade vivenciada por essa população, era evidente a necessidade de uma intervenção específica que garantisse o acesso à saúde e a proteção dos direitos das gestantes, puérperas e seus bebês em situação de vulnerabilidade.

A Inovação Implementada:

A inovação implementada foi a criação da Equipe Multiprofissional de Apoio às Gestantes e Puérperas em Situação de Vulnerabilidade (EMAP-GPV) em março de 2018, em Belo Horizonte - MG. A EMAP-GPV é um serviço de saúde móvel e transitório, que realiza articulações intersetoriais para fortalecer o vínculo das gestantes, puérperas e seus bebês em situação de vulnerabilidade aos serviços de saúde e socioassistenciais. A equipe é composta por profissionais da psicologia, serviço social e enfermagem, que realizam

CATEGORIA 4 // 1º LUGAR

visitas domiciliares, acolhimento e construção de um plano de cuidado individualizado.

Características da EMAP-GPV:

Equipe multiprofissional: A equipe é composta por psicólogos, assistente social e enfermeiro, que atuam de forma integrada para oferecer um atendimento abrangente às gestantes, puérperas e seus bebês.

Acolhimento humanizado: A equipe da EMAP-GPV prioriza o acolhimento humanizado e a escuta ativa das gestantes e puérperas, buscando construir um vínculo de confiança e respeito.

Atuação em rede: A EMAP-GPV trabalha em conjunto com diversos serviços da rede de Saúde e demais equipamentos que ofertam o cuidado a este público, como Centros de Saúde, Maternidades, CREAS e CERSAM, para garantir um cuidado integral às gestantes e puérperas.

Principal Resultado Obtido:

Fortalecimento da Rede: Articulação mais assertiva entre maternidades e serviços de saúde e assistência social.

Aumento do vínculo com a rede de saúde: Observou-se um aumento na vinculação das gestantes e puérperas atendidas pela EMAP-GPV aos serviços de pré-natal, puerpério e puericultura.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

Antes da inovação, as gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade na cidade de Belo Horizonte enfrentavam barreiras importantes no cuidado, como falta de vinculação ao Centro de Saúde e uma dificuldade de articulação assertiva entre os equipamentos de cuidado de referência desta paciente.

CATEGORIA 4 // 1º LUGAR

Essa população, em decorrência de diversos fatores socioeconômicos e sociais, como pobreza, falta de moradia, situação de violência, sofrimento mental e histórico de uso de álcool e outras drogas, enfrentavam barreiras significativas para se vincular à rede de saúde e receber o cuidado necessário durante a gestação, parto e puerpério.

Diante da complexa realidade vivenciada por essa população, era evidente a necessidade de uma intervenção específica que garantisse o acesso à saúde e a proteção dos direitos das gestantes, puérperas e seus bebês em situação de vulnerabilidade.

Qual foi a inovação implementada?

A inovação implementada foi a criação da Equipe Multiprofissional de Apoio às Gestantes e Puérperas em Situação de Vulnerabilidade (EMAP-GPV) em março de 2018, em Belo Horizonte - MG. A EMAP-GPV é um serviço de saúde móvel e transitório, que realiza articulações intersetoriais para fortalecer o vínculo das gestantes, puérperas e seus bebês em situação de vulnerabilidade aos serviços de saúde e socioassistenciais.

A equipe é composta por profissionais da psicologia, serviço social e enfermagem, que realizam visitas domiciliares, acolhimento e construção de um plano de cuidado individualizado.

Características da EMAP-GPV:

Equipe multiprofissional: A equipe é composta por psicólogos, assistente social e enfermeiro, que atuam de forma integrada para oferecer um atendimento abrangente às gestantes, puérperas e seus bebês.

Acolhimento humanizado: A equipe da EMAP-GPV prioriza o acolhimento humanizado e a escuta ativa das gestantes e puérperas, buscando construir um vínculo de confiança e respeito.

CATEGORIA 4 // 1º LUGAR

Atuação em rede: A EMAP-GPV trabalha em conjunto com diversos serviços da rede de Saúde e Socioassistencial, como Centros de Saúde, Maternidades, CREAS e CERSAM, para garantir um cuidado integral às gestantes e puérperas.

Quais são os objetivos da iniciativa?

- Construir e fortalecer o elo entre gestantes, puérperas e seus bebês com os serviços de saúde, principalmente na Atenção Primária.
- Viabilizar de forma efetiva as ofertas de cuidado na saúde.
- Promover a autonomia e a viabilização dos direitos dessas mulheres.
- Fortalecer os vínculos afetivos entre mãe e bebê e com o circuito familiar.
- Melhorar a comunicação e articulação intersetorial entre os serviços de saúde e os demais equipamentos que oferecem cuidado a este público.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

A equipe atende gestantes, a partir da 20ª semana e puérperas residentes de Belo Horizonte, que se encontrem nas seguintes situações de vulnerabilidade:

Sem vinculação com o Centro de Saúde ou com vínculo fragilizado com a rede SUS BH; com histórico de mudança de território/regional;

Somado a: vínculos familiares rompidos ou fragilizados; ou que estejam em situação de rua, que tenham histórico recente de vida nas ruas ou que residam em moradia improvisada, muito precária e ainda sem acompanhamento da rede; ou que estejam em uso prejudicial de álcool e outras drogas; ou em sofrimento mental grave; ou em situação de violência.

O prazo de acompanhamento é de até 42 dias após o parto.

CATEGORIA 4 // 1º LUGAR**Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?**

- Criação do Grupo de Trabalho (2016): Formação do grupo com representantes da Secretaria Municipal de Saúde para discussão e articulação do cuidado de casos de gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade.
- Definição do Projeto (2016-2017): Elaboração do projeto e definição das estratégias de atuação. Foram estabelecidos critérios para identificar as gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade que teriam direito ao acompanhamento da EMAP-GPV.
- Início das atividades da EMAP-GPV (Março de 2018): Formação da equipe e início do atendimento.
- Acolhimento e Atendimento: Realização de visitas domiciliares, acolhimento e construção do plano de cuidado com realização de reuniões / discussões entre os equipamentos que ofertam o cuidado.
- Discussão de Casos: Reuniões periódicas para discussão dos casos acompanhados e definição de estratégias de manejo.
- Fortalecimento dos Vínculos: Articulação com serviços de saúde e socioassistencial para garantir a continuidade do cuidado.
- Monitoramento e Avaliação: Acompanhamento dos resultados e impactos do trabalho realizado pela equipe.

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Construir e fortalecer o elo entre gestantes, puérperas e seus bebês com os serviços de saúde, principalmente na Atenção Primária	Aumentar o vínculo com a rede de saúde	Aumento do número de gestantes e puérperas atendidas: O número de gestantes e puérperas acompanhadas pela EMAP-GPV aumentou de 195 em 2018 para 230 em 2023, demonstrando um crescimento na cobertura e no vínculo com a rede de saúde. Dados: 2018: 195 / 2019: 210 / 2020: 151 / 2021: 171 / 2022: 198 / 2023: 230 / 2024: 80 (até maio)	2018 a maio/2024	número de acompanhamentos realizados
Viabilizar de forma efetiva as ofertas de cuidado na saúde	Melhorar a qualidade do atendimento	Aumento das ações realizadas: A quantidade de atendimentos nas maternidades (256), reuniões e discussões de caso (986), e visitas domiciliares (1745) indica um esforço substancial para oferecer cuidados contínuos e de qualidade. Qualidade do atendimento: A atuação da EMAP-GPV contribuiu para a melhoria da qualidade do atendimento prestado	2018 a maio/2024	número de ações realizadas
Promover a autonomia e a viabilização dos direitos dessas mulheres	Aumentar a conscientização e o acesso aos direitos de saúde	Autonomia e direitos: Embora os dados quantitativos específicos sobre a autonomia não sejam mencionados, a melhora na vinculação com a rede de saúde e a qualidade do atendimento sugere um impacto positivo na promoção dos direitos e da autonomia das mulheres atendidas	2018 a maio/2024	Durante os atendimentos realizados e as articulações realizadas

CATEGORIA 4 // 1º LUGAR**Outras informações sobre os resultados da iniciativa:**

- Fortalecimento da Rede: Articulação mais assertiva entre maternidades e serviços de saúde.
- Aumento do vínculo com a rede de saúde: Observou-se um aumento na vinculação das gestantes e puérperas atendidas pela EMAP-GPV aos serviços de pré-natal, puerpério e puericultura.
- Melhora na qualidade do atendimento: A atuação da EMAP-GPV contribuiu para a melhoria da qualidade do atendimento prestado às gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade.

Como os recursos foram utilizados?***Recursos Humanos:***

- Custos operacionais e logísticos para a mobilidade da equipe
- Custos Operacionais e Logísticos: Os custos relacionados à mobilidade são essenciais para garantir que a equipe possa realizar visitas domiciliares e atender em diferentes locais, o que é crucial para fortalecer o vínculo e garantir a continuidade do cuidado.
- Eficiência Financeira: Esses custos são uma parte necessária do orçamento para alcançar as metas estabelecidas, como o aumento no número de visitas domiciliares (1.745) e atendimentos nas maternidades (256).

Recursos Financeiros:

- Custos operacionais e logísticos para a mobilidade da equipe
- Custos Operacionais e Logísticos: Os custos relacionados à mobilidade são essenciais para garantir que a equipe possa realizar visitas domiciliares e atender em diferentes locais, o que é crucial para fortalecer o vínculo e garantir a continuidade do cuidado.

CATEGORIA 4 // 1º LUGAR

- Eficiência Financeira: Esses custos são uma parte necessária do orçamento para alcançar as metas estabelecidas, como o aumento no número de visitas domiciliares (1.745) e atendimentos nas maternidades (256).

Recursos Tecnológicos:

- Sistema informatizado de saúde para consulta de históricos de atendimento
- Sistema Informatizado de Saúde: A utilização de um sistema informatizado para consulta de históricos de atendimento melhora a eficiência e a qualidade do cuidado, permitindo um acompanhamento mais preciso e integrado das gestantes e puérperas.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

- Dois psicólogos (20 horas semanais cada)
- Um profissional de serviço social (30 horas semanais)
- Um enfermeiro (40 horas semanais)

A equipe é composta por profissionais qualificados dedicados a diferentes áreas do cuidado (psicologia, serviço social e enfermagem). A distribuição das cargas horárias (2.080 horas anuais para psicólogos e enfermeiro, 1.560 horas anuais para o assistente social) até o momento parece balanceada para cobrir as necessidades das gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

- Divulgação de Dados: Estatísticas e dados relevantes sobre o atendimento prestado às gestantes e puérperas são compartilhados com a rede intersetorial.
- Materiais Informativos: Criação de materiais informativos em linguagem clara e acessível sobre os serviços oferecidos pela EMAP-GPV.

CATEGORIA 4 // 1º LUGAR

- E-mail: Um canal de e-mail é disponibilizado para o envio de solicitações e sugestões relacionadas à iniciativa.
- Coleta de dados: A EMAP-GPV utiliza diversos instrumentos para coletar dados sobre suas atividades e resultados, como formulário de encaminhamento dos casos, fichas de acompanhamento e relatórios de visitas domiciliares.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

No desenvolvimento da EMAP-GPV, algumas barreiras foram encontradas ao longo do processo de implementação. Essas barreiras foram superadas por meio de estratégias específicas e adaptativas, garantindo a continuidade e o sucesso da iniciativa. Abaixo estão as principais barreiras enfrentadas e as soluções implementadas para superá-las:

Adesão dos Envolvidos

Barreira: Garantir a adesão e o engajamento de todos os atores envolvidos dentro da rede intersetorial, com os equipamentos que ofertam o cuidado a estas pacientes.

Soluções:

Capacitação e Sensibilização: Realização de capacitação contínua para os profissionais envolvidos, destacando a importância da iniciativa e os benefícios esperados.

Comunicação Eficaz: Criação de canais de comunicação direta com todos os envolvidos, promovendo reuniões regulares, workshops e campanhas de sensibilização para manter todos informados e engajados.

Estigma e resistência ao atendimento:

Desafio: As gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade muitas vezes se sentiam estigmatizadas e receosas durante os atendimentos.

CATEGORIA 4 // 1º LUGAR

Solução: A equipe da EMAP-GPV priorizou a construção de um vínculo de confiança, o acolhimento humanizado e a abordagem sem julgamentos, conquistando a adesão gradual das usuárias.

Necessidade de monitoramento e avaliação contínuos:

Desafio: A coleta e análise de dados para avaliar o impacto da iniciativa e subsidiar o aprimoramento constante do atendimento.

Solução: A criação de ferramentas de coleta e análise de dados para garantir a qualidade do monitoramento e da avaliação.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

O sucesso da Equipe Multiprofissional de Apoio às Gestantes e Puérperas em situação de Vulnerabilidade pode ser atribuído a diversos fatores-chave que, juntos, criaram um ambiente propício para a implementação e a sustentabilidade da iniciativa. Abaixo estão os principais fatores que contribuíram para o sucesso da iniciativa:

- Equipe multiprofissional capacitada: Profissionais experientes e comprometidos com o atendimento humanizado.
- Abordagem integral e individualizada: Atendimento que considera as necessidades biopsicossociais da gestante, puérpera e bebê, promovendo o cuidado integral e a autonomia das mulheres.
- Atuação em rede: Articulação com diversos serviços da rede de saúde e demais equipamentos que ofertam o cuidado, facilitando o encaminhamento das usuárias.
- Monitoramento e avaliação contínuos: Coleta regular de dados sobre o perfil das usuárias, os serviços prestados e os resultados alcançados.

CATEGORIA 4 // 1º LUGAR**Responsável institucional:**

Amanda Arantes Perez - Coordenadora

Equipe envolvida:

Nome	Cargo
Paula de Oliveira Alves	Referência Técnica
Amanda Arantes Perez	Coordenadora de Atenção Saúde da Mulher/ Perinatal
Ana Cláudia da Silva Araújo	Referência Técnica
Maria Alice Viegas Lopes de Oliveira	Referência Técnica
Daisy Martins Rodrigues	Referência Técnica
Bárbara Arilda Fernandes Sahb Bessoni	Referência Técnica
Edna Francisca de Araújo	Assistente Social
Andréia Ramos Almeida	Referência Técnica
Priscilla Moreira de Oliveira	Referência Técnica
Juliana Cristina Oliveira Castro	Referência Técnica
Vanessa Gomes Rogana	Referência Técnica
Naiana Aparecida de Oliveira	Referência Técnica
Ingrid Martins Vasconcelos	Referência Técnica
Soriano Teixeira de Oliveira	Enfermeira
Letícia Marques Franco	Psicóloga
Maria Ludimila Asevedo Lino Silva	Psicóloga

CATEGORIA 4 // 2º LUGAR**Programa Estadual - Cuidar de quem cuida**

Instituição: Secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos do Mato Grosso do Sul.

Resumo

O Programa Cuidar de quem Cuida é uma ação do governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que visa dar visibilidade e atenção ao cuidador, uma vez que quem cuida acaba por adoecer durante o processo de cuidado contínuo. Neste sentido, à medida que é oportunizado ao cuidador estar mais atento a sua própria saúde, ter tempo para cuidar de si, de suas necessidades psíquicas e físicas e educacionais ele passa a cuidar melhor do outro.

O cuidador beneficiário e a pessoa sob sua responsabilidade serão acompanhados por equipe multidisciplinar da Secretaria de Estado responsável pela Política Pública de Assistência Social, realizando visitas periódicas para orientações técnicas bem como Cuidar: acompanhar o estado de saúde e de cuidados dispensados à pessoa com deficiência, podendo orientar as diligências necessárias com a unidade de saúde do município para assegurar eventuais tratamentos específicos.

O Programa Cuidar de quem Cuida prima propiciar a melhoria das condições de vida desses indivíduos, além de promover a inclusão social e elevar a conscientização sobre a importância da igualdade de oportunidade e acesso à saúde.

Uma das ações do programa prevê a elaboração e aplicação de questionário semiestruturado que deverá ser aplicado pelos profissionais da equipe multidisciplinar do programa para coletar informações relevantes e avaliar eficazmente às necessidades do cuidador e daquele que é cuidado.

CATEGORIA 4 // 2º LUGAR

O presente projeto demanda das visitas realizadas nas residências previamente cadastradas no Programa Cuidar de quem Cuida que identificou a necessidade em dar o suporte necessário a estas famílias, pois são cuidadores constituídos por mães, avós, netos e irmãos, que acompanham a pessoa sob sua responsabilidade diuturnamente e não possuem entendimento suficiente em propiciar à pessoa sob sua responsabilidade uma melhor qualidade de vida.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

Milhares de pessoas, majoritariamente mulheres, mães, tias, avós, irmãs, por razões diversas, cuidam diuturnamente de pessoas com deficiência. São pessoas que tiveram suas vidas impactadas pela necessidade de cuidar de um familiar, que passou a depender totalmente ou parcialmente de ajuda para realizar tarefas elementares da vida cotidiana, tais como se alimentar, tomar banho, trocar de roupas ou administrar a própria medicação. São pessoas que se viram impossibilitadas pelas circunstâncias da vida, de trabalhar fora, de gerar sua própria renda, de exercer sua vida profissional, justamente por não ter como arcar com os custos de um (a) cuidador (a).

Assim, o Programa Cuidar de Quem Cuida foi instituído por meio da Lei Estadual no 6.128, de 31 de outubro de 2023, e tem como objetivo contribuir com a promoção da dignidade humana mediante o pagamento de benefício social a cuidadores não remunerados de pessoa com deficiência, no valor de R\$900,00 e acompanhamento periódico das famílias beneficiadas. Para ter direito ao benefício, o (a) cuidador (a) deverá comprovar renda familiar per capita mensal não superior a 1/6 (um sexto) do salário mínimo nacional vigente, considerada a renda bruta. Entre outros requisitos, é preciso que o (a) cuidador (a) seja maior de 18 anos e tenha vínculo familiar ou seja responsável legal pela pessoa com deficiência, que possua grau 2 ou 3 de dependência, e cuide em tempo integral, sem percepção de renda formal. Além disso, nenhum dos membros do grupo familiar

CATEGORIA 4 // 2º LUGAR

podem ser beneficiários de Programas de Transferência de Renda federal, estadual ou municipal, exceto o Benefício de Prestação Continuada (BPC) concedido à pessoa com deficiência sob a responsabilidade do cuidador solicitante.

Qual foi a inovação implementada?

O Programa Cuidar de Quem Cuida, foi instituído por meio da Lei Estadual no 6.128, de 31 de outubro de 2023, e tem como objetivo contribuir com a promoção da dignidade humana mediante o pagamento de benefício social a cuidadores não remunerados de pessoa com deficiência, no valor de R\$ 900,00 nasce da necessidade de atenção e apoio integral aos cuidadores de pessoas com deficiência de Nível II e III (PCD2) e PCD3) em situação de pobreza ou pobreza extrema.

Este programa está embasado em três pressupostos fundamentais: Transferência de renda direta aos cuidadores a membros de família em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social; Oferta de atendimento especializado para indivíduos responsáveis diretamente pelo cuidado a pessoas com deficiência grau 2 e 3; Inserção prioritária do cuidador em programas e serviços complementares; Parceria com as demais Políticas Públicas o foco prioritário nos cuidadores de famílias em situação de vulnerabilidade.

Ao definir como pauta cuidar do cuidador, o programa pretende dar visibilidade ao autocuidar-se, presença de atitudes positivas, proativas e colaboradoras, evitando a superproteção, práticas de negligência, maus-tratos, violência psicológica, física, sexual ou de abandono, entre outros. Visa ainda colaborar para a implantação de uma rede colaborativa no território. Em seus eixos estruturantes, o programa define sua atuação e os desafios que a si mesmo impõe.

Neste sentido, o presente programa vem de encontro às demandas identificadas nos territórios como também o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a

CATEGORIA 4 // 2º LUGAR

equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e seus cuidadores uma vez que possibilitará ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social.

Quais são os objetivos da iniciativa?

- I. Transferir renda direta para cuidadores de pessoa com deficiência, membros de família em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, residentes no Estado de Mato Grosso do Sul.
- II. Promover apoio ao cuidador e à família, visando à autonomia, autocuidado e empoderamento na tarefa de cuidar;
- III. Elaborar em conjunto com os familiares ou representante legal, o plano individual de intervenção e corresponsabilização na prestação de cuidados;
- IV. Minimizar o impacto financeiro gerado pelas despesas inerentes ao cuidado;
- V. Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais previstas no programa;
- VI. Promover acessos à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, habitação, educação e assistência social;
- VII. Identificar se a vida do cuidador foi impactada positivamente pelo Programa CUIDAR DE QUEM CUIDA.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

Cuidadores de pessoas com deficiência (grau 2 ou grau 3) em situação de vulnerabilidade

CATEGORIA 4 // 2º LUGAR

social do Estado de MS, com idade superior a 18 anos.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

Fase 1:

- Levantamento de Dados e Construção da Linha de Base;
- Identificação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza já cadastradas e aquelas que ainda não recebem nenhum benefício via CADÚNICO;
- Levantamento de dados secundários junto às bases de dados governamentais.

Fase 2: Organização da equipe técnica estadual:

- Reuniões técnicas de organização e Planejamento do traçado metodológico;
- Elaboração de Instrumentais de visita, acompanhamento e Desenvolvimento das famílias;
- Sensibilização da equipe técnica da Superintendência de Benefícios
- Capacitação da Equipe técnica.

Fase 3: Operacionalização do Piloto:

- Identificação da população nas redes em determinado território;
- Disponibilização de formulário para cadastramento das famílias com perfil;
- Realização das visitas domiciliares para identificação das demandas;
- Reuniões mensais de acompanhamento das famílias;
- Visitas técnicas para estabelecimento de protocolo de referência e contrarreferência;
- Monitoramento e avaliação do processo de implantação.

Fase 4: Operacionalização para Implementação em todo território Estadual:

- Encontros de alinhamento entre equipe técnica e os Supervisores de equipe;

CATEGORIA 4 // 2º LUGAR

- Elaboração de Plano de Capacitação aos Técnicos Municipais;
- Apresentação do Programa aos 79 municípios do Estado via Comissão Intergestores Bipartite- CIB;
- Assinatura do termo de aceite e responsabilidade junto aos municípios.
- Elaboração e aprovação da Lei, Decreto e Resolução;
- Levantamento de dados e construção da linha de base;
- Organização da equipe técnica estadual e de reuniões técnicas de organização e planejamento do traçado metodológico;
- Sensibilização da equipe técnica da Superintendência de Projetos Estruturantes - SUPES;
- Elaboração de instrumentais de visita, monitoramento para o acompanhamento das famílias beneficiadas;
- Capacitação da equipe técnica;
- Termo de parceria junto a Secretaria de Estado de Saúde.

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Cuidador de PCD	2.000	2.000	indeterminado	Excelente

CATEGORIA 4 // 2º LUGAR**Outras informações sobre os resultados da iniciativa:**

O Programa Cuidar de Quem Cuida disponibilizou nesta primeira etapa a implantação de 2 mil vagas, já tendo sido habilitados para o Programa mais de 800 pessoas, até a data de 19 de julho de 2024, sendo um programa de por período indeterminado, com lista de espera para inserção.

À medida que avançamos, é imperativo que continuemos a avaliar e adaptar nossas estratégias. O cuidado de qualidade não é uma solução única, mas sim um processo contínuo de aprendizado, ajuste e crescimento. Ao mantermos um compromisso constante com a melhoria, podemos assegurar que o legado do CUIDAR de QUEM CUIDA perdure impactando positivamente as vidas dos cuidadores e das Pessoas com Deficiência de Nível 2 e 3, e servindo como um modelo para iniciativas futuras.

Como os recursos foram utilizados?**Recursos Humanos:**

R\$ 737.100,00

Recursos Financeiros:

R\$ 737.100,00

Recursos Tecnológicos:

Recurso próprio

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

20 - técnicos visitantes.

Os recursos financeiros foram utilizados na transferência de recursos às famílias beneficiárias e no pagamento de diárias para as equipes técnicas para verificação das informações prestadas no ato do cadastramento.

CATEGORIA 4 // 2º LUGAR**Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?**

Cadastramento do Beneficiário via plataforma digital e a Parceria com os Municípios pactuado na Comissão Intergestores Bipartite - CIB/MS.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Barreira: Localizar os beneficiários apontados no CADÚNICO;

Resultados: Estabelecimento de parceria com a Secretaria de Estado de Saúde; Capacitação dos trabalhadores do programa junto a equipe técnica da saúde; visitas in loco as famílias nos 79 municípios; parceria com as demais áreas da secretaria para realização das visitas; habilitação de mais de 800 pessoas para ingresso no programa e realização do repasse de recursos financeiros as mesmas chegando a um montante de R\$ 737.100,00.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?

Planejamento: a) embasado em critérios técnicos, b) amparo legal na tipificação nacional dos serviços para que o mesmo estivesse dentro do escopo da Política de Assistência Social c) Parceria com a Secretaria de Estado de Saúde, d) comprometimento da equipe técnica.

Desenvolvimento de uma metodologia de trabalho que prevê: capacitação das equipes técnicas, protocolos de referência e contra referência entre as equipes do território, previsão orçamentária para execução do programa e vontade política.

CATEGORIA 4 // 2º LUGAR**Responsável institucional:**

Moema Guedes Urquiza - Superintendente de Programas Sociais Estruturantes

Equipe envolvida:

Nome	Cargo
Patrícia Souza dos Santos	Coordenadora de Apoio ao Cuidado
Maristania Vieira	Gestora de Ações Sociais
Marcia Ratti	Gestora de Ações Sociais

Links:

<https://www.sead.ms.gov.br/>

<https://www.sead.ms.gov.br/programa-cuidar-de-quem-cuida/>

CATEGORIA 4 // 3º LUGAR**Formação de Doulas Comunitárias da Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com as Maternidades da rede SUS-BH**

Instituição: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Resumo*Cenário Antes da Inovação*

Até o momento não há políticas públicas com financiamento para formação de Doulas comunitárias e voluntárias, causando assim um déficit de Doulas nos serviços de saúde do SUS. A presença da Doula no pré-parto, parto e pós-parto é de suma importância para uma melhor assistência emocional e física no momento de insegurança, dor e medo. A mudança nesse contexto era necessária para melhorar a experiência das gestantes acompanhadas na rede de saúde de Belo Horizonte, reduzir intervenções desnecessárias como cesarianas, e proporcionar um atendimento mais humanizado e acolhedor.

Inovação Implementada

A inovação implementada foi a formação de Doulas Comunitárias, promovido pela Coordenação de Atenção Integral à Saúde da Mulher e Perinatal da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte em conjunto com as maternidades SUS-BH. Esse curso foi estruturado para proporcionar formação teórica e prática às Doulas, permitindo-lhes oferecer suporte emocional, físico e informacional às gestantes durante o ciclo gravídico-puerperal. A iniciativa incluiu a criação de um currículo abrangente, com temas como humanização do parto, métodos não farmacológicos de alívio da dor, e combate à violência obstétrica, além de práticas supervisionadas nas maternidades.

CATEGORIA 4 // 3º LUGAR

A formação possui 400 horas, composto por módulos teóricos e práticas supervisionadas, visa formar doulas capacitadas para oferecer apoio físico, emocional e informacional às gestantes, parturientes e puérperas. A formação é baseada em evidências científicas e nas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Principais resultados obtidos pela Inovação:

- Maior satisfação das gestantes com o suporte recebido; redução das complicações durante a gravidez e parto devido a um melhor suporte emocional e físico.
- Redução de complicações pós-parto associadas a cesarianas; aumento na saúde geral da mãe e do bebê.
- Melhor coordenação e continuidade dos cuidados prestados às gestantes; reconhecimento do papel das Doulas no sistema de saúde.
- O programa, que é pioneiro, não apenas melhorou a qualidade do atendimento às gestantes, promovendo práticas humanizadas e reduzindo intervenções desnecessárias, mas também estabeleceu um modelo que pode ser replicado em outras regiões do país. Além disso, o curso contribuiu para a conscientização sobre a importância do suporte contínuo durante o parto e o impacto positivo das Doulas na experiência das gestantes e seus familiares.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

Até o momento não há políticas públicas com financiamento para formação de Doulas comunitárias e voluntárias, causando assim um déficit de Doulas nos serviços de saúde do SUS. A presença da Doula no pré-parto, parto e pós-parto é de suma importância para uma melhor assistência emocional e física no momento de insegurança, dor e medo. A mudança nesse contexto era necessária para melhorar a experiência das gestantes, reduzir intervenções desnecessárias como cesarianas, e proporcionar um atendimento mais humanizado e acolhedor.

CATEGORIA 4 // 3º LUGAR**Qual foi a inovação implementada?**

A inovação implementada foi a formação de Doulas Comunitárias, promovido pela Coordenação de Atenção Integral à Saúde da Mulher e Perinatal da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte em conjunto com as maternidades SUS-BH: Maternidade Hilda Brandão da Santa Casa BH; Maternidade do Hospital das Clínicas UFMG; Maternidade Odete Valadares; Maternidade do Hospital Odilon Behrens; Maternidade do Hospital Júlia Kubitschek; Maternidade do Hospital Sofia Feldman; Maternidade do Hospital Risoleta Tolentino Neves.

Esse curso foi estruturado para proporcionar formação teórica e prática às Doulas, permitindo-lhes oferecer suporte emocional, físico e informacional às gestantes durante o ciclo gravídico-puerperal. A metodologia utilizada teve como referência as singularidades das práticas das Doulas, atrelada aos debates sobre a política de saúde pública desenvolvidos pelo Sistema Único de Saúde e ao cenário da atenção obstétrica. Considerando que as alunas possuem experiências e formações profissionais distintas, a metodologia proposta procura resgatar essas experiências, estabelecendo relações fundamentais entre teoria/prática, trabalho/ensino, de modo a permitir uma reflexão sobre suas práticas de atuação. A estrutura do ensino está organizada em: Atividades teórico-práticas ministradas em sala/ambiente coletivo: aulas expositivas e práticas diversas, com recursos para variadas linguagens; Atividades em dispersão: registros de campo, planejamento de atividades; Atividades integradas em ambientes de promoção à saúde pública: vivências e mostras sobre a Doulagem e a profissão.

O curso tem carga horária total de 400 horas, sendo 40 horas destinadas às aulas teóricas, e 360 horas ao acompanhamento de trabalhos de parto registrados e assinados pelo supervisor. As aulas teóricas são distribuídas em 05 dias.

A realização da prática nas maternidades acontece em um período de 08 meses (maio a dezembro) durante o ano de 2023/2024, sendo 01 plantão de 12 horas por semana,

CATEGORIA 4 // 3º LUGAR

no qual serão articulados diversos saberes, visando à discussão da prática profissional, tendo como cerne o planejamento e a reflexão continuada individual e coletiva da Doula. Ao final do curso, a aluna deverá ser capaz de exercer com proficiência suas atividades, articulando todo os saberes e práticas integradas estabelecidas ao longo das aulas, a partir dos fundamentos técnicos científicos disponíveis, estando habilitada a dar suporte informacional durante todo o ciclo gravídico puerperal e apoio físico e emocional contínuos no trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, com ética e reconhecimento do campo.

A iniciativa incluiu a criação de um currículo abrangente, com temas como humanização do parto, métodos não farmacológicos de alívio da dor, e combate à violência obstétrica, além de práticas supervisionadas nas maternidades.

Quais são os objetivos da iniciativa?

- Formar doulas comunitárias voluntárias para melhoria do cuidado durante assistência ao pré-parto, parto e pós-parto nas maternidades SUS-BH;
- Promover um atendimento humanizado e seguro no ciclo gravídico-puerperal.
- Fomentar o conhecimento e as práticas das Doulas comunitárias para oferecer suporte de qualidade às gestantes.
- Fortalecer a autonomia e o protagonismo das mulheres sobre seus corpos e escolhas durante o parto.
- Reduzir a incidência de cesarianas desnecessárias e intervenções clínicas invasivas.
- Integrar as doulas às equipes multidisciplinares de assistência à saúde da mulher no SUS.

CATEGORIA 4 // 3º LUGAR

- Ampliar e divulgar os conhecimentos sobre a assistência obstétrica humanizada.

Qual é o público-alvo da iniciativa?

Mulheres maiores de 18 anos de idade, residentes em Belo Horizonte que tenham interesse e desejam atuar como Doulas comunitárias voluntárias nas maternidades públicas de BH.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

- Diagnóstico e Planejamento (2023):
- Programação com o desenvolvimento do currículo e estruturação do curso de Doulas comunitárias;
- Processo seletivo: inscrição e seleção (Fevereiro de 2023/2024): abertura das inscrições através de formulário do Google, online, e seleção por entrevista eliminatória (2023/2024);
- Formação Teórica com carga horária de 40 horas no período de 5 dias (Abril de 2023 e Maio de 2024);
- Prática Supervisionada nas maternidades SUS-BH (Maio a dezembro de 2023 e Maio/2024 a Fevereiro de 2025): alocação das alunas nas 7 maternidades SUS-BH com 1 plantão de 12 horas por semana.
- Avaliação e Certificação (Janeiro 2024 e Fevereiro de 2025): avaliação contínua das alunas através de elaboração de produtos e portfólio, culminando na certificação das Doulas que alcançarem os requisitos de frequência e desempenho.

CATEGORIA 4 // 3º LUGAR

Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Integrar as doulas às equipes multidisciplinares de assistência à saúde da mulher no SUS	Inclusão das doulas nas equipes de saúde dentro do SUS	Melhor coordenação e continuidade dos cuidados prestados às gestantes; reconhecimento do papel das doulas no sistema de saúde	2023/2024	Estágio realizado nas maternidades SUS-BH
Aprimorar o conhecimento e as práticas das doulas comunitárias para oferecer suporte de qualidade às gestantes	Aumentar o número de doulas treinadas e capacitadas com conhecimento atualizado	Maior satisfação das gestantes com o suporte recebido; redução das complicações durante a gravidez e parto devido a um melhor suporte emocional e físico	2023/2024	Quantidade de inscrições para a formação de Doula
Reduzir a incidência de cesarianas desnecessárias e intervenções médicas invasivas	Reduzir a taxa de cesarianas para níveis recomendados pela OMS	Redução de complicações pós-parto associadas a cesarianas; aumento na saúde geral da mãe e do bebê	2023/2024	Taxa de cesariana das maternidades SUS-BH

CATEGORIA 4 // 3º LUGAR**Outras informações sobre os resultados da iniciativa:**

Foi aplicado para as alunas ao final das aulas teóricas do ano de 2023 e 2024, uma pesquisa de satisfação contendo perguntas sobre a importância do curso, motivações, conteúdo aplicado, avaliação dos facilitadores.

Como os recursos foram utilizados?***Recursos Humanos e Financeiros:***

Com recurso de contrapartida já utilizado pela PBH, foi fornecido o lanche para as alunas durante a semana de aulas teóricas. O material didático on-line foi enviado através de rede social criado para a turma. Canetas, blocos de anotação e pasta utilizados do serviço próprio da coordenação de Saúde da Mulher.

Infraestrutura: Sala de aula equipada com recursos audiovisuais e acesso à internet.

Recursos Tecnológicos:

Plataformas online: Utilização de formulários Google para inscrições e entrevistas online.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

Instrutores e supervisores: Profissionais qualificados para ministrar aulas teóricas e supervisionar a prática das doulas.

Coordenadores do curso: Responsáveis pela organização e implementação da iniciativa.

CATEGORIA 4 // 3º LUGAR**Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?**

Os mecanismos de transparência incluem a divulgação pública do processo de seleção e os critérios utilizados, bem como matérias em meios de comunicação, acessível para verificação e controle social.

O curso foi ofertado a cidadã belo-horizontina sem custo, além das participantes terem autonomia na avaliação e sugestão da proposta realizada para uma construção coletiva e inclusiva.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Desde o planejamento até a implementação do curso tivemos diversas barreiras como o aporte de recursos financeiros, como não há um financiamento direcionado para tal, tivemos que buscar as instituições acadêmicas parceiras da PBH . Além da dificuldade de articulação com os atores envolvidos, como os palestrantes que tivemos que buscar parceria com as maternidades públicas de BH e outras instituições parceiras.

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora?Planejamento Estruturado:

A elaboração de um currículo abrangente e bem estruturado, baseado em evidências científicas e nas recomendações de organismos internacionais, garantiu que as Doulas recebessem uma formação de alta qualidade.

CATEGORIA 4 // 3º LUGARApoio Institucional:

O apoio da direção contribuiu para o sucesso da prática, fornecendo suporte na tomada de decisão e implementação dos processos.

O suporte da Coordenação de Atenção Integral à Saúde da Mulher e Perinatal e das maternidades SUS-BH proporcionou a infraestrutura e os recursos humanos necessários para a realização do curso e das práticas supervisionadas.

Parcerias Estratégicas:

A colaboração com diversas instituições e organizações forneceu apoio logístico e técnico, crucial para a implementação e sustentação do programa.

Metodologia de Avaliação Contínua:

A utilização de avaliações contínuas através da elaboração de produtos, portfólios e questionários de satisfação permitiu ajustes e melhorias contínuas no programa.

Foco na Humanização do Parto:

A promoção de práticas humanizadas e centradas na mulher, incluindo métodos não farmacológicos de alívio da dor e combate à violência obstétrica, atraiu gestantes e profissionais de saúde comprometidos com a melhoria da experiência do parto.

Uso de Tecnologia:

A utilização de tecnologias para inscrições, entrevistas e comunicação facilitou a organização e a eficiência do programa, além de garantir um acompanhamento mais próximo das Doulas em formação.

Esses fatores combinados criaram um ambiente favorável para a implementação e o sucesso da iniciativa, resultando em uma melhoria significativa na assistência às gestantes e no fortalecimento das práticas de humanização do parto no SUS em Belo Horizonte.

Responsável institucional:

Amanda Arantes Perez - Coordenadora

Equipe envolvida:

Nome	Cargo
Amanda Arantes Perez	Coordenadora de Atenção Saúde da Mulher/ Perinatal
Ana Cláudia da Silva Araújo	Referência técnica
Andréia Ramos Almeida	Referência técnica
Bárbara Arilda Fernandes Sahb Bessoni	Referência técnica
Daisy Martins Rodrigues	Referência técnica
Ingrid Martins Vasconcelos	Referência técnica
Juliana Cristina Oliveira Castro	Referência técnica
Maria Alice Viegas Lopes de Oliveira	Referência técnica
Naiana Aparecida de Oliveira	Referência técnica
Paula de Oliveira Alves	Referência técnica
Priscilla Moreira de Oliveira	Referência técnica
Vanessa Gomes Rogana	Referência técnica

CATEGORIA 4 // 3º LUGAR

Parceiros:

Nome	Instituição	Cargo
Tácila Fagundes Lacerda Braga Rodrigues	Hospital Sofia Feldman	Coordenação Centro Obstétrico
Ana Maria dos Santos Rodrigues de González	Hospital Sofia Feldman	Coordenação Equipe de Doulas
Priscila de Oliveira Martins	Hospital das Clínicas da UFMG	Coordenação de Enfermagem da Maternidade
Marden Daniel Muniz	Hospital das Clínicas da UFMG	Coordenação Equipe de Doulas
Debora Carla Soares de Meira	Maternidade Henrique Horta HOSPITAL ODILON BEHRENS	Coordenação da Gerência de Mulher
Denise Faria de Oliveira Morais	Maternidade Henrique Horta HOSPITAL ODILON BEHRENS	Coordenação das Doulas - enfermeira obstétrica
Rosângela de Jesus Lima	Maternidade do Hospital Risoleta Tolentino Neves	Gerente da Linha do Cuidado Materno-Infantil
Vanessa Paula Faria	Maternidade Santa Casa BH	Coordenadora da maternidade
Aline Carolina Marques Araújo	Maternidade Santa Casa BH	Enfermeira Obstétrica- Coordenação das Doulas
Rosângela Cássia Dias Correia Lima	Maternidade do Hospital Júlia Kubitscheck	Enfermeira obstetra e referência das Doulas
Luzia Maria da Silva Ventura	Maternidade Odete Valadares	Enfermeira obstetra e referência das Doulas
Fernanda A. Pereira Raimundo	Maternidade Henrique Horta HOSPITAL ODILON BEHRENS	Coordenação das Doulas - enfermeira obstétrica

CATEGORIA 4 // 3º LUGAR**Links:**

<https://docs.google.com/forms/d/1OrMZk9YHDDjpHk1OpH2lRjRSKnMbNL7DKNwuLEOCoi0/edit>

https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1PDKepoOdyB5jCPTwxP7Z4H3aw_Ql1xuw

https://docs.google.com/forms/d/1OuZM4P3Zwq_RYE5iryxHTbgftoaU2YnZ7TFXDDkwTgs/edit

CATEGORIA 4 // ESCOLHA DO PÚBLICO**Projeto Óculos Amigo**

Instituição: Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital do Paraná

Resumo

Antes, os estudantes com cegueira total da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná contavam apenas com alguns livros traduzidos para o braille. Com os óculos, equipados com uma saída de áudio e uma câmera de 13 megapixels que capta imagens e transcreve áudio por meio de inteligência artificial, sem a necessidade de conexão com a internet, a capacidade de leitura se tornou muito mais ampla. Além de reconhecer diferentes tipos de textos e cores, os óculos também são capazes de identificar cédulas de dinheiro (real ou dólar) e de identificar até 200 tipos de rostos humanos, fortalecendo a autonomia e autoestima das crianças.

Além da Secretaria de Inovação, responsável pela aquisição e a supervisão do projeto, outras duas secretarias estão envolvidas diretamente na iniciativa: a Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (Sedef) e a Secretaria da Educação (Seed). A primeira viabilizou a compra dos equipamentos, por meio do Fundo para Infância e Adolescência (FIA), que é administrado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (Cedca-PR). A segunda tem participação efetiva no dia a dia da implementação do novo recurso tecnológico no ambiente escolar.

Qual era a situação-problema a ser enfrentada?

A rede estadual de ensino do Estado do Paraná possui atualmente mais de 2000 alunos com alguma deficiência severa de acuidade visual, que apresentam desafios para ensino/

CATEGORIA 4 // ESCOLHA DO PÚBLICO

aprendizagem. A utilização de tecnologias assistivas, em complemento ao braille, pode aumentar as possibilidades de aprendizado, diminuir a dependência de membros família, amigos e/ou professores, dando melhor qualidade de vida aos beneficiados e promovendo uma educação mais inclusiva e democrática. Em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná foram selecionados os alunos com cegueira total da rede para experimentar projeto piloto para utilização de tecnologia assistiva, óculos OrCam MyEye, solução revolucionária de tecnologia assistiva vestível e ativada por voz, que auxilia na leitura instantânea de textos de qualquer livro ou tela, reconhece perfeitamente os rostos de familiares e amigos, identifica com precisão produtos com códigos de barra, tudo comunicado em tempo real. Os recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência foram autorizados para o projeto após aprovação junto ao Conselho da Criança e Adolescente, com apoio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família.

Qual foi a inovação implementada?

Do ponto de vista simbólico, impacta a vida no núcleo escolar e familiar, aumentando a autonomia daqueles que não possuem visão. Os alunos tem demonstrado o sucesso da iniciativa, melhorando seus índices escolares, autoestima, intensidade de leitura e aprendizado.

Quais são os objetivos da iniciativa?

Melhorar a qualidade de vida, em especial o aprendizado com mais autonomia, dos alunos com cegueira total da Rede Estadual de Ensino, promovendo a inclusão na sala de aula. O uso dos dispositivos não se restringe apenas ao ambiente escolar, mas auxilia também no dia a dia dos alunos no ambiente familiar.

CATEGORIA 4 // ESCOLHA DO PÚBLICO**Qual é o público-alvo da iniciativa?**

Crianças com cegueira total da Rede Estadual de Ensino, estando em fase de estudo a ampliação para os com outros níveis de deficiência visual.

O adolescente João Pedro Machado, 15 anos, de Guarapuava, recebeu seu Óculos Amigo e não conteve a alegria no dia da entrega. “É uma sensação muito boa, é um avanço que estamos tendo. Eu quero agradecer a todos que estão cooperando para que isso aconteça. Que Deus abençoe a vida de cada um. Eu tenho o sonho de ser radialista e locutor, e eu vou usar até na rádio um dia”, declarou. O equipamento ajuda também na qualidade de trabalho dos professores e pedagogos da escola e contribui para auxiliar o núcleo familiar dos estudantes.

Quais foram as principais etapas da implementação da iniciativa?

- 1) Identificação de necessidades da Secretaria de Educação, sendo apontada a dificuldade de contratação de tecnologias assistivas;
- 2) Busca de tecnologias assistivas que melhorasse a aprendizagem e autonomia das crianças;
- 3) Elegibilidade de prioridade, com quantidade de alunos com deficiência visual total;
- 4) Viabilidade de recursos para implantação da tecnologia (humanos, orçamentário/financeiro, materiais);
- 5) Estudo jurídico da aquisição;
- 6) Compra e distribuição;
- 7) Avaliação e monitoramento.

CATEGORIA 4 // ESCOLHA DO PÚBLICO**Quais foram os principais resultados obtidos pela inovação?**

Objetivo da Iniciativa	Meta	Resultados alcançados	Período de apuração	Como avaliou
Entregar tecnologia assistiva que melhorasse a qualidade de aprendizagem de alunos com deficiência visual	147 alunos com cegueira total recebesse tecnologia assistiva	100%	6 meses	Relatórios de acompanhamento

Outras informações sobre os resultados da iniciativa:

- Melhoria da qualidade de ensino/aprendizagem;
- Melhoria da autoestima da criança;
- Incremento da autonomia.

Como os recursos foram utilizados?**Recursos Humanos:**

Provenientes do Fundo da Infância e Adolescência, R\$2,19 milhões, com cada unidade ao custo de R\$14,9 mil. Mas o valor vai muito além do financeiro. Sem substituir os métodos tradicionais de ensino, essa tecnologia está gerando autonomia para crianças e adolescentes do Paraná.

Recursos Financeiros:

Provenientes do Fundo da Infância e Adolescência, R\$2,19 milhões, com cada unidade ao custo de R\$14,9 mil. Mas o valor vai muito além do financeiro. Sem substituir os métodos tradicionais de ensino, essa tecnologia está gerando autonomia para crianças e adolescentes do Paraná.

CATEGORIA 4 // ESCOLHA DO PÚBLICO***Recursos Tecnológicos:***

Óculos Orcam My Eye. Os óculos, fabricados em Israel, estão equipados com uma saída de áudio e uma câmera de 13 megapixels que capta imagens e transcreve áudio por meio de inteligência artificial, sem a necessidade de conexão com a internet. Além de reconhecer diferentes tipos de textos e cores, os óculos também são capazes de identificar cédulas de dinheiro (real ou dólar) e de identificar até 200 tipos de rostos humanos.

Outros Recursos:

Logística para entrega.

Servidores, veículos para deslocamento, locais para capacitação.

Como a iniciativa identificou as necessidades dos seus usuários/cidadãos?

Foi envolvida equipe multidisciplinar para capacitação dos alunos e familiares, e professores, para conhecer e utilizar a tecnologia, em diversos municípios do Estado. Diversos servidores, das mais diversas áreas da secretaria, foram envolvidos, como forma de sensibilização e entendimento da importância e impacto da política pública que ampliou de forma substancial a acessibilidade e inclusão.

Quais são os mecanismos de transparência e controle social que a iniciativa promove?

Facilita a diminuição de preconceitos e aumenta a inclusão e autonomia dos alunos com deficiência visual.

Quais foram as principais barreiras encontradas no desenvolvimento da prática inovadora e como foram vencidas?

Desmistificar que o uso da tecnologia substituiria o braille, e que poderia contribuir para adaptação dos alunos em sala de aula.

CATEGORIA 4 // ESCOLHA DO PÚBLICO

Quais foram os principais fatores que contribuíram para o sucesso da prática inovadora? Desmistificar que o uso da tecnologia substituiria o braille, e que poderia contribuir para adaptação dos alunos em sala de aula.

Responsável institucional:

Thiago Marcelino - Coord. de Desburocratização de Serviços Públicos

Equipe envolvida:

Nome	Cargo
Danielle Mokwa	Assistente
Vanessa Carneiro dos Anjos	Assistente
Isabeli Marteli	Assistente
Raphael Brito	Chefe do Núcleo Fazendário

Parceiros:

Nome	Instituição	Cargo
Luiza Simoneli	Secretaria do Desenvolvimento Social e Família	Diretora Geral
Maíra Tavares de Oliveira	Secretaria de Educação	Chefe do Departamento de Educação Inclusiva

Links:

<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Oculos-com-inteligencia-artificial-transformam-vidas-de-alunos-com-deficiencia-visual-no>

ANEXO 01 - EDITAL



<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7917/2/EDITAL%20N%c2%ba%2068%2c%20DE%2029%20DE%20MAIO%20DE%202024%20-%20%c3%8dntegra.pdf>

ANEXO 02 - RELAÇÃO DE AVALIADORES VOLUNTÁRIOS (AVALIAÇÃO INICIAL)

Alan Gabriel Camargo	Leila Giandoni Ollaik
Alexandra Jochims Kruel	Letícia Maria Vilanova de Souza Brasil
Aline Canciani	Lizandra Flores Chourabi
Álvaro Farias Pinheiro	Luiz Silva de Souza
Antonio Carlos Alves Carvalho	Magno Vila Castro Júnior
Antonio Carlos de Lemos Oliveira	Maraney Lopes Araujo
Artur 'Kjá	Marcelo Arno Nerling
Carlos Roberto Gonçalves Selva	Márcio de Andrade Batista
Carmen Lúcia S. Couto	Maria Betânia Silva Baul
Carolina Bessa Ferreira de Oliveira	Maria Luiza Costa Martins
Christiane Costa Assis	Maribel Alves Fierro Sevilla
Cindy Renate Piassetta Xavier	Nathalia Gomes Bezerra Cavalcanti Romeira
Cleide da Silva Santos	Nilton Nélío Cometti
Cristiane Yayoko Ikenaga Fernandes	Olga Maira Machado Rodrigues
Daniel Moraes Pinheiro	Paulo Rodolfo Ogliari
Emanuela Sousa Ribeiro	Pollyana de Carvalho
Erica Quintela Smith	Priscila de Oliveira
Ery Jardim	Rhuan Bittencourt
Eugenie Desiree Rabelo Néri Viana	Ricardo Castro
Fernando Reis da Cunha	Ricardo Esteves Kneipp
Flávio Maria Leite Pinheiro	Risonilson Abreu da Silva
Gisele Cardoso Cordeiro	Rodrigo Danniel da Silva Alexandre
Heloisa Hollnagel	Rodrigo Mota Narcizo
Igor Vinicius Lima Valentim	Ronaldo Fernandes Nogueira de Araujo
Ilan Chamovitz	Rosângela Maria Guimarães Rosa
Ivana Lopes Barros Silva	Sidnei Sousa Costa
Ivo José Paes e Silva	Thalita Natasha Ferreira Damasceno
Jesiel Souza Silva	Thereza Cristina Bandoli Legg
José Claudio Valbuza	Valquiria Melo Souza Correia
Juliano de Moraes Ferreira Silva	Vanessa de Oliveira Santana Dervinis
Kátia Ferraz Ferreira	Vinicius Scofield
Laura Ibiapina Parente	Viviane Silva de Paula
Leandro Monteiro de Lima	Yara Maria Garbelotto

ANEXO 03 - RELAÇÃO DE MEMBROS DO COMITÊ JULGADOR (AVALIAÇÃO FINAL)

Ariana Frances Carvalho de Souza - Controladoria-Geral da União

Bruno Rizardi - Catálise

Christiane Coelho da Rocha - Câmara dos Deputados

Ciro Campos Christo Fernandes - Escola Nacional de Administração Pública

Cláudia Martinelli Wehbe - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Felipe Massami Maruyama - Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia (CIETEC)

Laura Sobral - Instituto A Cidade Precisa de Você

Letícia Amédée Péret de Resende - Ministério das Mulheres

Luana Passos de Souza - Universidade Federal da Bahia

Luiza Lobato Andrade - Ministério do Desenv. e Assist. Social, Família e Combate à Fome

Marcio Amorim Feitoza - Fundação Oswaldo Cruz

Marcos Ricardo dos Santos - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Marina Farias Rebelo - Ministério do Desenv. e Assist. Social, Família e Combate à Fome

Pablo Pascale - Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Regina Stela Corrêa Vieira - Universidade Federal de São Paulo

Ronaldo Alves Nogueira - Ministério da Justiça e Segurança Pública

Sergio Andrade - Agenda Pública

Vanessa Almeida - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Vitor Cipriano de Fazio - Escola Nacional de Administração Pública

Virgínia Laís Gontijo - ONU Mulheres

28



Concurso Inovação no Setor Público



ENAP

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO